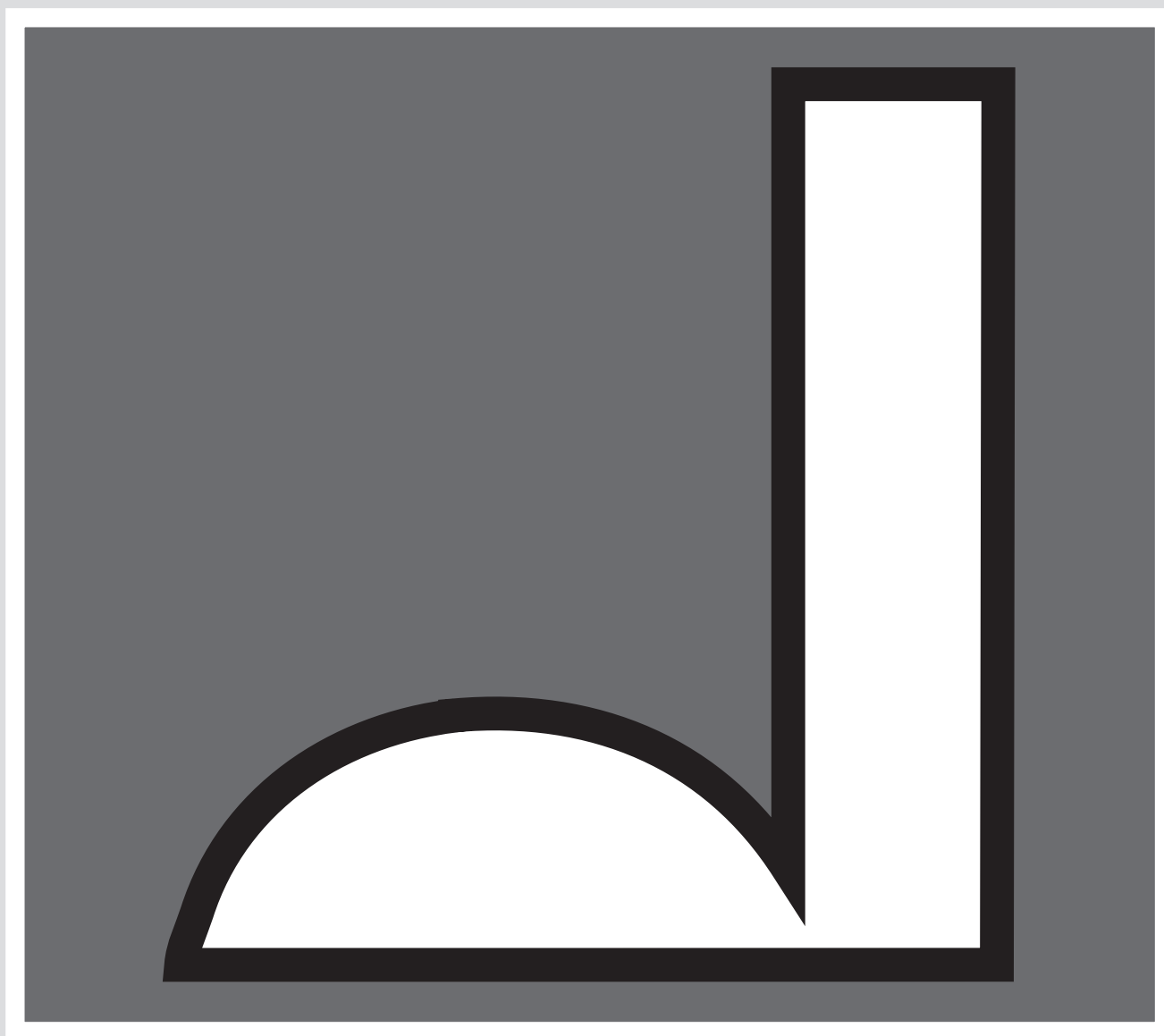




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 114 - SÁBADO, 8 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 105ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE JULHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 597, de 1999 (nº 3.073/2000, naquela Casa), que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos..... 23108

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2004 (nº 6.416/2005, naquela Casa), que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa..... 23109

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2006 (nº 7.154/2002, na Casa de origem), que altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social..... 23111

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2006 (nº 2.827/2003, na Casa de origem), que institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino. 23112

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória..... 23113

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2006 (nº 6.047/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências..... 23115

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006 (nº 6.142/2005, na Casa de origem), que modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971... 23120

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 791, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Sibá Machado e Paulo Paim, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dante de Oliveira, notável político e homem público brasileiro, artífice do movimento *Diretas Já*, criado durante a luta em favor do restabelecimento do Estado de Direito Democrático no Brasil. **Aprovado**, tendo usado da palavras os autores..... 23122

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Designação da Senadora Serys Slhessarenko e dos Senadores Antero Paes de Barros e Jonas Pinheiro para representarem o Senado Federal oficialmente nos funerais do grande brasileiro Dante de Oliveira..... 23123

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 792, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao enxadrista amazonense Renan Reis, pela conquista do 5º lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em junho de 2006 na cidade de Taubaté, SP..... 23123

Nº 793, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Mestre brasileiro de Jiu-Jitsu Reyson Gracie, pelo notável trabalho de divulgação que faz, na França, da chamada “arte suave”, e conseqüentemente do Brasil, que ele tão bem representa..... 23124

Nº 794, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental e à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, pela participação na pesquisa conjunta realizada pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, que resultou no mapeamento parcial do DNA do Guaraná..... 23124

1.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 20, de 2006-CN (nº 1.089-SGS-TCU– Plenário, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.039, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Acompanhamento das Receitas Não-Financeiras e da Limita-

ção de Empenho e de Movimentação Financeira da União, contendo a análise da arrecadação e dos limites de movimentação e empenho, e de pagamentos fixados pelo Poder Executivo por meio de Decretos de Contingenciamentos, assinalados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União nos relatórios à Comissão Mista de que trata o § 4º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO 2005), referente ao exercício de 2005 (TC nº 007.465/2005-0)..... 23125

1.2.6 – Parecer

Nº 865, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006 (nº 2.123/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à G.C.Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará. 23125

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 65, de 2006, da Comissão de Educação. 23128

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul. 23128

SENADOR SIBÁ MACHADO – Reflexões sobre o resultado do jogo entre as seleções brasileira e francesa na Copa do Mundo. Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-governador Dante de Oliveira. 23131

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da criação de reservas florestais que contemplem os interesses do País. Justificação a requerimentos de homenagem apresentados hoje por S.Exa. A trajetória política de Dante de Oliveira. 23134

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 795, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Governador Dante Martins de Oliveira, ocorrido dia 6 do corrente. Usa da palavra o autor. 23138

Nº 796, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, ocorrido ontem, em Cuiabá. 23141

1.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Defesa da participação de trabalhadores brasileiros no Mercosul. Críticas ao técnico da seleção brasileira de futebol. Leitura do artigo de autoria do economista e professor Paulo Nogueira Batista

Júnior, publicado na **Folha de S.Paulo**, edição de ontem. 23141

SENADOR JOSÉ SARNEY – Apoio à reeleição do Presidente Lula. 23145

SENADOR PAULO PAIM – Transcrição de artigos de autoria da professora Hebe Mattos e de Abdias Nascimento, respectivamente, a respeito do combate às políticas discriminatórias e em defesa das ações afirmativas. Registro de artigo de autoria do Diretor-Geral do Senado Federal, Agacieli da Silva Maia, a respeito do fator previdenciário. 23152

SENADORA HELOÍSA HELENA – Avaliação das dificuldades envolvidas em uma campanha eleitoral no Brasil. 23157

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo intitulado “Do alto do salto alto”, de autoria do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 11 de junho último. Preocupação com a fuga de fábricas e empregos do Brasil para o exterior. 23162

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações a respeito da matéria intitulada “Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de junho último. 23164

SENADOR MARCOS GUERRA – Transcrição da matéria intitulada “Lula chefia um governo de mão sujas, diz FHC”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 12 de junho último. Comentários sobre o artigo intitulado “Sujeira grossa digna dos mensaleiros”, publicado pelo jornal **Correio Brasileiro**, edição de 28 de junho último. 23166

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Análise do artigo intitulado “Ruína diplomática”, publicado pelo jornal **O Globo**, edição de 12 de maio último. 23169

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “Avanço limitado”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 13 de junho último. Transcrição do artigo “A saúde e os pobres”, de autoria do ex-prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de junho último. 23170

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Assinatura do Decreto Presidencial estabelecendo a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. 23173

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 23174

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 44 a 46, de 2006. 23178

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 160, de 2006. 23180

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.134, de 2006. (Republicação) 23181

Nºs 1.268 a 1.288, de 2006. 23181

5 – ATOS DO DIRETOR DO PRODASEN

Nºs 1 a 33, de 2006. 23192

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****7 – SECRETARIA DE COMISSÕES****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 105ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Arthur Virgílio, da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, matérias recebidas da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidas as seguintes:

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 1999 (Nº 3.073/2000, naquela casa)

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

EMENDA

Suprima-se o art. 5º do projeto de lei, renumerando-se o art. 6º para 5º. **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROJETO APROVADO ORIGINALMENTE PELO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde – SUS, os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.

§ 1º O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, selecionará os medicamentos e materiais de que trata o caput, com vistas a orientar sua aquisição pelos gestores do SUS.

§ 2º A seleção a que se refere o § 1º deverá ser revista e republicada anualmente ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos, tecnologias e produtos no mercado.

§ 3º E condição para o recebimento dos medicamentos e materiais citados no **caput** estar inscrito em programa de educação especial para diabéticos.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei serão financiadas com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento a ser baixado pelo Ministério da Saúde, ouvida a Comissão Intergestores Tripartite instituída pela Norma Operacional Básica do SUS de 1993.

Art. 3º É assegurado ao diabético o direito de requerer, em caso de atraso na dispensação dos medicamentos e materiais citados no art. 1º, informações acerca do fato à autoridade sanitária municipal.

Parágrafo único. O gestor municipal do SUS é obrigado a ressarcir os gastos que o diabético comprovadamente houver efetuado com a aquisição dos medicamentos e materiais referidos, no caso de ausência de resposta e atendimento.

Art. 4º A inobservância do disposto nesta lei por parte de servidor público configura crime de prevaricação, sujeitando o infrator às penalidades cominadas no art. 319 do Código Penal Brasileiro.

Parágrafo único. Independente das sanções civis, penais e administrativas, o Ministro de Estado e os Secretários responsabilizados pelo descumprimento disposições desta lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, por cometimento de crime de responsabilidade.

Art. 5º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor no prazo de trezentos e sessenta dias, a contar da data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de maio de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 155, DE 2004**

(Nº 6.416/2005, naquela Casa)

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 982 e 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 982. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial; se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.

Parágrafo único. O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.” (NR)

“Art. 983. O processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subseqüentes, podendo o juiz prorrogar tais prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

Parágrafo único (revogado).” (NR)

Art. 2º O art. 1.031 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.031. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 2.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos arts. 1.032 a 1.035 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.124-A:

“Art. 1.124-A. A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observa-

dos os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os contratantes estiverem assistidos por advogado comum ou advogados de cada um deles, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

§ 3º A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO APROVADO ORIGINALMENTE PELO
SENADO FEDERAL**

Altera as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, admitindo a realização de inventário e partilha extrajudiciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2.015 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.015. Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável:

I – por escritura pública, extrajudicialmente, quando existir um único bem a partilhar;

II – por termo nos autos do inventário ou escrito particular homologado pelo juiz.” (NR)

Art. 2º O art. 1.031 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.031. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 2.015, II, do Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos arts. 1.032 a 1.035 desta Lei.

.....”(NR)

Art. 3º A Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.037-A:

“Art. 1.037-A. Nos casos de partilha amigável realizada na forma prevista no art. 2.015, I, do Código Civil, a escritura pública só será lavrada pelo cartório competente depois de apresentada declaração assinada por todos os herdeiros e meeiro, se houver, com a atribuição de valor ao bem, plano de partilha e prova de quitação de tributos.

Parágrafo único. Não será admitida a partilha extrajudicial caso haja credor do espólio.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 982. Proceder-se-á ao inventário judicial, ainda que todas as partes sejam capazes. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973)

Art. 983. O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 6 (seis) meses subsequentes.

Parágrafo único. O juiz poderá, a requerimento do inventariante, dilatar este último prazo por motivo justo.

Art. 1.031. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 1.773 do Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos arts. 1.032 a 1.035 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, ao pedido de adjudicação, quando houver herdeiro único. (Parágrafo único Renumerado pela Lei nº 9.280, de 30-5-1996)

§ 2º Transitada em julgado a sentença de homologação de partilha ou adjudicação, o respectivo formal, bem como os alvarás referentes aos bens por ele abrangidos, só serão expedidos e entregues às partes após a comprovação, verificada pela Fazenda Pública,

do pagamento de todos os tributos. (Incluído pela Lei nº 9.280, de 30-5-1996)

Art. 1.032. Na petição de inventário, que se processará na forma de arrolamento sumário, independentemente da lavratura de termos de qualquer espécie, os herdeiros: (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

I – requererão ao juiz a nomeação do inventariante que designarem; (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

II – declararão os títulos dos herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no art. 993 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

III – atribuirão o valor dos bens do espólio, para fins de partilha. (Incluído pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

Art. 1.033. Ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 1.035 desta Lei, não se procederá a avaliação dos bens do espólio para qualquer finalidade. (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

Art. 1.034. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

§ 1º A taxa judiciária, se devida, será calculada com base no valor atribuído pelos herdeiros, cabendo ao fisco, se apurar em processo administrativo valor diverso do estimado, exigir a eventual diferença pelos meios adequados ao lançamento de créditos tributários em geral. (Incluído pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

§ 2º O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros. (Incluído pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

Art. 1.035. A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida. (Redação dada pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

Parágrafo único. A reserva de bens será realizada pelo valor estimado pelas partes, salvo se o credor, regularmente notificado, impugnar a estimativa, caso em que se promoverá a avaliação dos bens a serem reservados. (Incluído pela Lei nº 7.019, de 31-8-1982)

Art. 1.124. Homologada a separação consensual, averbar-se-á a sentença no registro civil e, havendo bens imóveis, na circunscrição onde se acham registrados.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 2.015. Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2006
(Nº 7.154/2002, Na Casa de Origem)

Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 96.

III — não será contado por um regime previdenciário o tempo de contribuição utilizado para fins de aposentadoria concedida por outro, salvo na hipótese de renúncia ao benefício;

Parágrafo único. Na hipótese de renúncia à aposentadoria devida pelo Regime Geral de Previdência Social, somente terá contado o tempo correspondente a sua percepção para fins de correspondente fins de obtenção de benefício por outro regime previdenciário, mediante indenização da respectiva contribuição, com os acréscimos previstos no inciso IV do **caput** deste artigo. “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.154, DE 2002

Acrescenta parágrafo único ao art. 54, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica acrescentado ao art. 54, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, o seguinte parágrafo único:

“Art. 54.

Parágrafo único. As aposentadorias por tempo de contribuição e especial concedidas pela Previdência Social, na forma da lei, poderão, a qualquer tempo, ser renunciadas pelo Beneficiário, ficando assegurada a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do benefício. (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto visa corrigir uma interpretação distorcida de órgãos de assessoramento jurídico da Previdência Social que, não obstante a falta de norma de direito substantivo em sentido formal, vem obstaculando o direito de renúncia de aposentadoria já concedida por tempo de contribuição e aposentadoria especial.

A lei de regência nenhuma proibição expressa tem nesse sentido, e o princípio constitucional é o de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O Tribunal de Contas da União tem, reiteradamente, proclamado o direito de o funcionário público renunciar à aposentadoria já concedida para obter outra mais proveitosa em cargo público diverso.

Igualmente, o Poder Judiciário tem reconhecido esse direito em relação à aposentadoria previdenciária, contudo, o Instituto Nacional de Seguridade Social insiste em indeferir essa pretensão, compelindo os interessados a recorrerem à Justiça para obter o reconhecimento do direito.

A renúncia é ato unilateral que independe de aceitação de terceiros, e, especialmente, em se tratando de manifestação de vontade declinada por pessoa na sua plena capacidade civil, referentemente a direito patrimonial disponível. Falar-se em direito adquirido ou em ato jurídico perfeito, como tem sido alegado por aquele instituto, é interpretar erroneamente a questão. Nesse caso, a garantia do direito adquirido e da existência de ato jurídico perfeito, como entendido naquele instituto, só pode operar resultado contra o Poder Público, sendo garantia do detentor do direito.

Se a legislação assegura a renúncia de tempo de serviço de natureza estatutária para fins de aposentadoria previdenciária, negar ao aposentado da Previdência, em face da reciprocidade entre tais sistemas, constitui rematada ofensa ao princípio da analogia em situação merecedora de tratamento isonômico.

Esse tem sido o entendimento de reiteradas decisões judiciais em desarmonia com a posição intransigente da Previdência Social.

Por isso, é que se impõe a inclusão, na lei, dessa faculdade individual para evitar que o beneficiário da aposentadoria já concedida e que pretenda obter uma aposentadoria em outra atividade pública ou privada possa manifestar esse direito, sem ter de recorrer ao Judiciário para que seja declarada a licitude de sua pretensão.

De todo exposto, é urgente que se institua o reconhecimento expresso, pela lei de regência da Previdência Social que regula os planos de benefícios, do direito de renúncia à aposentadoria por tempo de contribuição e especial, sem prejuízo para o renunciante da contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do mesmo benefício.

Sala das Sessões, 27 de Agosto de 2002. – Deputado **Inaldo Leitão**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios
da Previdência Social e dá outras providências.**

.....
Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

I – não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II – é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III – não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV – o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997 (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001))

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2006
(Nº 2827/2003, na Casa de Origem)**

**Institui a obrigatoriedade de incluir o
quesito cor/raça nas fichas de matrícula e
nos dados cadastrais das instituições de**

**educação básica e superior, públicas ou
privadas, em suas diversas modalidades
de ensino.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e/ou nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino.

Parágrafo único. O recolhimento desses dados deverá ser feito no ato da matrícula mediante auto declaração do estudante quando este for maior de 16 (dezesseis) anos ou declaração dos pais ou responsáveis legais quando o estudante for menor de 16 (dezesseis) anos.

Art. 2º As unidades de ensino deverão seguir, em suas fichas de matrícula e/ou dados cadastrais, o mesmo critério e adotar a mesma metodologia utilizada pelo Censo populacional do IBGE no tratamento do quesito cor/raça.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 4 de julho de 2006.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.827, DE 2003

**Institui a obrigatoriedade de incluir o
quesito cor/raça nas fichas de matrícula e
nos Dados cadastrais das Instituições de
Educação Básica e Superior, públicas ou
privadas, em suas diversas modalidades
de ensino;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e/ou nos dados cadastrais das Instituições de Educação Básica e Superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino.

Parágrafo único. O recolhimento destes dados deverá ser feito no ato da matrícula mediante auto declaração do estudante quando este for maior de 16 anos ou declaração dos pais ou responsáveis legais quando o estudante for menor de 16 anos.

Art. 2º As Unidades de Ensino deverão seguir, em suas fichas de matrícula e/ou dados cadastrais, o mesmo critério e adotar a mesma metodologia utilizada pelo Censo Populacional do IBGE, no tratamento do quesito cor/raça.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta se justifica pela ausência, em sua totalidade, de dados com relação à raça/cor de nossa população escolarizada. As informações existentes representam um universo amostral ou revelam-se de forma fragmentada em diversos instrumentos de análise.

Os dados de matrícula e/ou ficha cadastral das Unidades Escolares geralmente se referem a faixa etária, ano e série de escolarização, renda familiar, condições de moradia e transporte, entre outros, porém as informações contidas raramente mencionam o quesito racial.

Cabe destacar que existem alguns instrumentos de avaliação propostos pelo MEC/ INEP tais como: ENEM, SAEB, entre outros, que inseriram em suas fichas de inscrição a questão racial. Estes dados têm sido utilizados em estudos, análises estatísticas, levantamentos sócio-educativos e também pela mídia, porém, apesar da relevância e seriedade dos mesmos, ainda não representam o universo estudantil. Há também setores como a saúde que utiliza o critério racial em diversas situações.

A proposição em tela além de não ter implicação de acréscimo orçamentário, objetiva o recolhimento destes dados em sua totalidade, visto que, as Instituições de Ensino devem realizar o ato de matricular todos os seus alunos, nas suas diversas modalidades de ensino anualmente.

A obrigatoriedade de incluir o recolhimento de dados relativos à questão racial, independente do modelo de ficha de matrícula adotado por cada Unidade ou Sistema de Ensino, à todas as Instituições de Ensino Básico e Superior, público ou privado, em suas diversas modalidades, resguardados o grau de autonomia que lhes é conferida, torna possível à todas as esferas governamentais, ou não, a consolidação de dados universalizados, a produção de informação e de conhecimentos necessários à formulação e implantação de políticas públicas na área educacional e de políticas integradas.

Neste sentido, a coleta de dados relativos a cor/raça de todos os estudantes brasileiros propiciará ao estado e aos gestores públicos das diferentes esferas de governo, a implantação e execução de políticas afirmativas voltadas à promoção de democracia, de igualdade racial, de oportunidade e de inclusão social.

Esta proposta não interfere na autonomia das escolas e dos sistemas de ensino, na formulação de propostas de ficha de matrícula/ ou cadastro de acordo com as suas prioridades locais e regionais, mas resguarda a possibilidade de interesse nacional de identificação dos brasileiros.

Além disto, este levantamento poderá contribuir para a elaboração de Projetos Educacionais das Instituições de Ensino voltados à realidade local, levando em consideração as especificidades da clientela escolar e a sua contextualização sócio-histórica-cultural, visando deste modo, a oferta de ensino eficiente e de qualidade.

A exemplo dos levantamentos feitos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na ocasião o Censo Populacional – que se utiliza de um conjunto de critérios, dentre eles o quesito de cor/raça através de auto declaração, para melhor caracterizar a população brasileira, a coleta destes dados junto à todas Instituições de Ensino públicas e privadas, nas diversas modalidades e níveis de ensino, é de fundamental importância para uma investigação mais minuciosa a respeito da constituição racial de nossa população estudantil.

O recolhimento destes dados deverá ser feito no ato da matrícula mediante auto declaração do estudante, quando for maior de 18 anos ou declaração dos pais ou responsáveis legais quando o estudante for menor de 18 anos.

As Unidades de Ensino deverão adotar, em suas fichas de matrícula e/ou dados cadastrais, o mesmo critério indicado no Censo Populacional do IBGE e a mesma metodologia, ou seja, deverão perguntar ao indivíduo, com relação ao quesito cor/raça, em qual segmento ele se identifica: branco, preto, pardo, amarelo ou indígena.

Pelo exposto, e convicto da compreensão das senhoras e senhores parlamentares espero contar com o inestimável apoio para aprovação deste projeto lei.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2003.
– Deputado **Ivan Valente**, PT/SP.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

(Nº 4.735/2004, na Casa de Origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.735, DE 2004

Dá nova redação ao art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de vinte por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 876, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “dá nova redação ao art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 202–MJ

Brasília, 10 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que “dá nova redação

ao art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

2. O projeto decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho, e foi elaborado com o objetivo de reduzir a utilização desmesurada das ações rescisórias de caráter meramente procrastinatório, no âmbito da justiça laboral.

3. A Justiça do Trabalho, ao lidar com a ação rescisória, sempre entendeu que a atual redação do art. 836 excluía a exigência do depósito prévio para a sua propositura, ao contrário do que ocorre no processo civil. Graças a essa permissividade, a rescisória passou a constituir um recurso a mais, congestionando o desfecho da prestação jurisdicional. Com efeito, a parte às vezes opta por não interpor o recurso cabível, apenas para lançar mão da ação rescisória, que é mais rapidamente julgada.

4. A alteração proposta estabelece a obrigatoriedade do depósito prévio em valor equivalente a vinte por cento do valor da causa, mas ressalva a prova da miserabilidade jurídica do autor.

5. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a anexa proposta ao elevado descortino de Vossa Excelência, acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade ao rito do processo trabalhista.

Respeitosamente, – **Márcio Thomaz Bastos,**
Ministro de Estado da Justiça.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 836. É vedado aos órgãos de Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste título e a ação rescisória, que será admitida, na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, dispensado o depósito referido nos arts. 488, inciso II, e 494 daquele diploma legal. (Redação dada pela Lei nº 7.351, de 27-8-1985)

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....

TÍTULO IX

Do Processo nos Tribunais

CAPÍTULO IV

Da Ação Rescisória

Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I – se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II – proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

III – resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar lei;

IV – ofender a coisa julgada;

V – violar literal disposição de lei;

VI – se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

VII – depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII – houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;

IX – fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa;

§ 1º Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.

§ 2º É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato.

Art. 486. Os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.

Art. 487. Tem legitimidade para propor a ação:

I – quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular;

II – o terceiro juridicamente interessado;

III – o Ministério Público:

a) se não foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção;

b) quando a sentença é o efeito de conclusão das partes, a fim de fraudar a lei.

Art. 488. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282, devendo o autor:

I – cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa;

II – depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no nº II à União, ao Estado, ao Município e ao Ministério Público.

Art. 489. O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. (Redação dada pela Lei nº 11.280, de 2006)

Art. 490. Será indeferida a petição inicial:

I – nos casos previstos no art. 295;

II – quando não efetuado o depósito, exigido pelo art. 488, II.

Art. 491. O relator mandará citar o réu, assinando-lhe prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 30 (trinta) para responder aos termos da ação. Findo o prazo com ou sem resposta, observar-se-á no que couber o disposto no Livro I, Título VIII, Capítulos IV e V.

Art. 492. Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator delegará a competência ao juiz de direito da comarca onde deva ser produzida, fixando prazo de 45 (quarenta e cinco) a 90 (noventa) dias para a devolução dos autos.

Art. 493. Concluída a instrução, será aberta vista, sucessivamente, ao autor e ao réu, pelo prazo de 10 (dez) dias, para razões finais. Em seguida, os autos subirão ao relator, procedendo-se ao julgamento:

I – no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos, na forma dos seus Regimentos Internos;

II – nos Estados, conforme dispuser a norma de Organização Judiciária.

Art. 494. Julgando procedente a ação, o tribunal rescindir a sentença, proferirá, se for o caso, novo julgamento e determinará a restituição do depósito; declarando inadmissível ou improcedente a ação, a importância do depósito reverterá a favor do réu, sem prejuízo do disposto no art. 20.

Art. 495. O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2006

(Nº 6.047/2005, NA CASA DE ORIGEM)

(De Iniciativa do Presidente da República)

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas

em a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do Poder Público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano a alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

CAPÍTULO II
Do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do Sisana, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afeta à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no Sisana de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o Sisana o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do poder público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do Sisana.

Art. 8º O Sisan reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;

II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e

IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 9º O Sisan tem como base as seguintes diretrizes:

I – promoção da intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;

IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V – articulação entre orçamento e gestão; e

VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Art. 10. O Sisan tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no País.

Art. 11. Integram o Sisan:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao Consea das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do Sisan;

II – o Consea, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao Sisan;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sisan;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por ministros de Estado e secretários especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distrital e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O Consea será composto a partir dos seguintes critérios:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos ministros de Estado e secretários especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II — 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III — observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O Consea será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no Consea, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

CAPÍTULO III

Disposições Finais e Transitórias

Art. 12. Ficam mantidas as atuais designações dos membros do Consea com seus respectivos mandatos.

Parágrafo único. O Consea deverá, no prazo do mandato de seus atuais membros, definir a realização da próxima Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a composição dos delegados, bem como os procedimentos para sua indicação, conforme o disposto no § 2º do art. 11. desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.047, DE 2005

Cria o sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do Poder Público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; e

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação.

Art. 5º O direito humano à alimentação adequada requer a soberania alimentar da Nação brasileira.

§ 1º A soberania alimentar será alcançada por meio de políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais.

§ 2º O exercício da soberania alimentar pelo Estado brasileiro deverá ser acompanhado do comprometimento do País para com a realização do direito humano à alimentação adequada de todos os povos.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Art. 6º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da

população far-se-á por meio do Sisan, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no Sisan de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o § 1º poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o Sisan o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 4º O dever do Poder Público não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do Sisan.

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao Sisan;

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sisan;

f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional;

III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estados e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea, a Política e o Plano de Segurança Alimentar Nacional e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) coordenar a execução da Política e do Plano;

c) articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal;

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

§ 1º A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será precedida de conferências estaduais, distritais e municipais, que deverão ser convocadas e organizadas pelos órgãos e entidades congêneres nos estados, Distrito Federal e municípios, nas quais serão escolhidos os delegados à Conferência Nacional.

§ 2º O Consea será composto a partir dos seguintes critérios:

I – um terço de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – dois terços de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

§ 3º O Consea será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do Colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.

§ 4º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no Consea, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 11 Ficam mantidas as atuais designações dos membros do Consea, com seus respectivos mandatos.

Parágrafo único. O Consea deverá, no prazo do mandato de seus atuais membros, definir a realização da próxima Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a composição dos delegados, bem como os procedimentos para sua indicação conforme o disposto no § 2º do art. 10 desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 680, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria o Sistema Nacional de Se-

gurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências”.

Brasília, 11 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM nº 15/MDS

Brasília, 6 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. É com grande satisfação que encaminho, em anexo, o Anteprojeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que objetiva estabelecer o sistema e as diretrizes gerais da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio dos quais o Poder Público deverá assegurar o direito humano à alimentação adequada.

2. A proposta apresentada atende a uma das principais deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, ainda em 2004, foi instituído no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, um Grupo de Trabalho para elaborar o anteprojeto de lei, com participação de representantes governamentais, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, além de conselheiros da sociedade civil.

3. O processo de construção do anteprojeto de lei que ora apresento a Vossa Excelência contou com processo de consulta aos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e organizações da sociedade civil, tendo como marco a realização de uma videoconferência no último dia 26 de abril, com participação de 24 (vinte e quatro) Conselhos Estaduais. Assim, além de sintetizar os pontos de vista da sociedade civil e dos órgãos federais reunidos no Consea, a proposta apresentada contempla as propostas da rede de organizações e instituições mobilizadas em torno do tema.

4. Cumpre destacar, Senhor Presidente, a grande expectativa e mobilização geradas na construção da proposta, tanto por parte de governos estaduais e municipais, como por conselhos e organizações da sociedade civil.

5. Finalmente, além de cumprir a resolução da Conferência, a proposta que ora apresento criará condições para que o combate à fome e a promoção da alimentação saudável, questões prioritárias para o Governo de Vossa Excelência, tomem-se compromissos permanentes do Estado brasileiro, com participação da sociedade civil.

Respeitosamente, **Patrus Ananias** – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2006

(Nº 6.142/2005, na Casa de Origem)

Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre cooperativas associadas, bem como os atos complementares, quando vinculados às atividades dos sócios e sob a responsabilidade profissional destes, em cumprimento ao objeto social e á finalidade da sociedade.

Parágrafo único. Os atos praticados entre sócios e cooperativistas não caracterizam operações de mercado nem contrato de compra e venda de produtos e serviços, e os negócios de mercado realizados por conta dos sócios não implicam para a cooperativa prestação de serviços a terceiros, receita, faturamento ou qualquer vantagem patrimonial.” (NR)

POJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.142, DE 2005

Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 79 da Lei nº 5.764/71 pas-sará a vigorar com a seguinte redação:

“São atos cooperativos, os realizados entre as cooperativas e seus associados, por aquelas entre si em cumprimento do objeto social e a consecução dos fins institucionais. Também o são, os atos jurídicos praticados pelas cooperativas que, com idêntica finalidade, realizem com outras pessoas.”

Justificação

As cooperativas brasileiras, em face do atual texto do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, têm tido muita dificuldade em fixar-se como instituição peculiar, inobstante os muitos esforços dos vários organismos internacionais de ampliar sua utilização como agentes de redução da miséria, desemprego e pobreza (ONU, OIT, ACI etc.).

É de se observar que somos no Brasil, 7.355 (sete mil, trezentos e cinquenta e cinco) cooperativas, congregando 5.762.000 (cinco milhões, setecentos e sessenta

e dois mil) de cooperados, gerando 182.000 empregos, representando 6% (seis por cento) do PIB.

Somente no ramo de saúde, as cooperativas médicas atingem 11.000.000 (onze milhões) de usuários, atendidos por mais 100.000 (cem mil médicos); 3.000.000 (três milhões) de usuários de cooperativas odontológicas, sendo estes atendimentos, uma desoneração da responsabilidade do SUS sobre tais atendimentos.

Este conglomerado de cooperativas de saúde faz fluir para a Previdência Social, um formidável volume de recursos, uma vez que, nas cooperativas, não há, em face de sua peculiaridade, possibilidade de atuação informal ou marginal. Também, diminuem o número de atendimentos pelo SUS.

Estes números expressam a realidade concreta das cooperativas e a importância de sua construção e tratamento adequado, para o cenário nacional.

A cooperativa é uma instituição criada para prestar serviços ao seu sócio/cooperado, melhorando sua situação econômico e social, e possibilitando o desempenho de sua atividade, agindo, nessa qualidade, como sua mandatária, perante o mercado.

No entanto as cooperativas vêm enfrentando interpretação equivocadas, no sentido de se entender que somente nas relações internas, haveria ao ato cooperativo, sendo, qualquer relação da cooperativa com o mercado, mesmo que totalmente vinculado ao seu objetivo social, e delimitado aos interesses da associação, Udos como atos não cooperativos. Algumas questões judiciais têm dado ganho de causa às cooperativas, enquanto outras negam-lhes o direito, tornando-se, portanto, necessário um texto que não dê margem às dúvidas.

Conforme pacífico entendimento doutrinário, as operações decorrentes do ato cooperativo, não geram faturamento, receita, vantagens patrimoniais, ou resultados patrimoniais para a cooperativa.

Para tanto, solicito o apoio dos nobres pares, para aprimorarmos a legislação vigente, tornando-a mais esclarecedora e consentânea com a realidade do País.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Deputado **Inocêncio Oliveira**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

CAPÍTULO XII

Do Sistema Operacional das Cooperativas

SEÇÃO I

Do Ato Cooperativo

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– As matérias que acabam de ser lidas serão publicadas e remetidas às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, faço aqui a apresentação de um emocionado requerimento de voto de pesar, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, com pedido de inserção em Ata, pelo falecimento ocorrido ontem, dia 6 de julho de 2006, em Cuiabá, do grande brasileiro, grande político e homem público Dante Martins de Oliveira, um democrata por excelência que honrou os muitos mandatos recebidos do povo e o próprio povo. Ele foi o artífice do movimento das Diretas Já e autor da proposta de emenda à Constituição para a realização de eleições para Presidente da República, em 1985; emenda que acabou sendo, mercedamente, chamada de Emenda Dante de Oliveira.

Pede também o requerimento que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Dante, especialmente de sua mãe, de sua esposa, a Deputada Thelma de Oliveira, e de seus irmãos, bem como ao Governo do Estado de Mato Grosso.

Na justificativa, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que Dante de Oliveira tem seu nome definitivamente inscrito, com louvor, na História contemporânea do Brasil. Ele foi, até ontem, ao partir tão prematuramente, com 54 anos de idade, um incansável batalhador na política brasileira, homem detentor de fibra, correto e de reputação inatacável. Tanto assim que se preparava para retornar, com brilho e com consagrada votação, à Câmara dos Deputados, para a qual foi eleito em 1982.

Chegamos juntos ao Parlamento, Dante de Oliveira e eu – ainda, portanto, no período discricionário. Ele

era candidato a Deputado Federal pelo meu Partido, o PSDB, e, sem dúvida, seria eleito, para novamente honrar o mandato parlamentar que antes soube dignificar, inclusive com sua luta pela redemocratização, apresentando a proposta de emenda à Constituição que se tornou ícone na vida política brasileira. Ela desafiava o regime de exceção ao propor a realização de eleições diretas em 1985.

O movimento foi denominado Diretas Já e alcançou grande repercussão popular. Não obstante a pressão da sociedade civil, foi ela rejeitada e, em consequência, prevaleceu, naquele ano, a eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, que sufragou o nome de Tancredo Neves, como Presidente, e de José Sarney como Vice.

Dante de Oliveira, nome da mais alta expressividade na vida política, jamais deixando de ser aguerrido, sempre esteve presente no cenário político do seu Estado, o Mato Grosso, elegendo-se Governador em 1994, pelo PDT, e reelegendo-se, em 1998, pelo PSDB. Além disso, foi Prefeito de Cuiabá, também por duas vezes, a primeira em 1995, pelo PMDB, e a segunda em 1992, pelo PDT. No Governo José Sarney, foi Ministro da Reforma Agrária.

Pranteio – e sei que isso alcança o coração da Casa como um todo –, com profundo sentimento de dor, a perda desse notável político e meu amigo pessoal. Juntos chegamos ao Congresso Nacional, participando, ambos, do grupo que movimentava a esquerda do PMDB. Era esse grupo afetuosamente chamado de “capuchinhos”, porque quase todos usavam barba. Honrava-me ser amigo de Dante, pelo que pressinto que sua morte dificilmente será amenizada. Fica, no entanto, a certeza de que seu nome jamais será esquecido pela nossa Nação.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dante de Oliveira, notável político e homem público brasileiro, artífice do movimento – Diretas Já, criado durante a luta em favor do restabelecimento do Estado de Direito Democrático no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 6 de julho de 2006, em Cuiabá, do grande político Dante de Oliveira, um democrata por excelência que honrou os muitos mandatos recebidos do povo e artífice do movimento – Diretas Já, autor da proposta de emenda constitucional para a realização de eleições para Presidente da República em 1985, emenda que

acabou sendo, merecidamente, chamada de Emenda Dante de Oliveira.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Dante, especialmente a mãe, a sua esposa e a seus irmãos, bem como ao Governo do Estado de Mato Grosso.

Justificação

Dante de Oliveira tem seu nome definitivamente inscrito, com louvor, na História Contemporânea do Brasil. Ele foi até ontem, ao partir prematuramente, com 54 anos de idade, um incansável batalhador na política brasileira, detentor de fibra, correto e de reputação inatacável. Tanto assim que se preparava para retornar a Câmara dos Deputados, para a qual fora eleito em 1982, ainda no período discricionário. Ele era candidato a Deputado Federal pelo PSDB e, sem dúvida, seria eleito, para novamente honrar o mandato de deputado em que, antes, soube dignificar, inclusive com sua luta pela redemocratização, apresentando a proposta de emenda constitucional que se tornou ícone na vida política brasileira. Ela desafiava o regime de exceção ao propor a realização de eleições diretas em 1985. O movimento foi denominado – Diretas Já, e alcançou grande repercussão popular. Não obstante a pressão da sociedade civil, foi rejeitada e, em consequência prevaleceu, naquele ano, a eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, que sufragou o nome de Tancredo Neves. Nome da mais alta expressividade na vida política, jamais deixando de ser aguerrido, ele sempre esteve presente também no cenário político do seu Estado, o Mato Grosso, elegendo-se Governador em 1994, pelo PDT, e em 1998, pelo PSDB. Além disso, foi Prefeito de Cuiabá, também por duas vezes, em 1985, pelo PMDB, e em 1992, pelo PDT. No Governo José Sarney, foi Ministro da Reforma Agrária.

Pranteio, com profundo sentimento de dor, a perda desse notável político e meu amigo pessoal. Juntos chegamos ao Congresso Nacional, participando, ambos, do grupo que movimentava a esquerda do PMDB. Era esse grupo afetuosamente chamado de – Capuchinhos, porque quase todos tinham barba. Honrava-me ser amigo de Dante, pelo que pressinto que sua morte dificilmente será amenizada. Fica, no entanto, a certeza de que Dante de Oliveira é nome de que a Nação jamais se esquecerá.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sibá Machado**; Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)
– Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também fui colhido de surpresa, ontem, por uma mensagem, no celular, falando do acontecido. Depois, liguei para Cuiabá e falei com a Senadora Serys, que confirmou a notícia. Se não me engano, isso se deu às 21 horas.

Peço, de imediato, que adotemos a nota lida por V. Ex^a como de toda a Casa. Acho que os oitenta e um Senadores teriam o maior prazer em apor suas assinaturas a essa nota. Então, em nome de nossa Bancada, quero dizer que teremos a maior honra de poder tornar nosso o teor da leitura que V. Ex^a fez.

Dante de Oliveira, por sua coragem, deve ter seu nome gravado na memória de cada brasileira e cada brasileiro por todas as nossas gerações futuras. Sua contribuição à cidadania, ao processo de redemocratização, aquela emenda à Constituição solicitando as eleições diretas para o mandatário da Nação é algo que está acima de qualquer conceituação ideológica.

Então, é por dever de ofício e por cumprimento de um dever de cidadão que falo aqui em nome de nossa Bancada do respeito que tivemos e que continuaremos a ter pela memória de Dante de Oliveira.

Assim sendo, fazemos nossas as palavras que V. Ex^a acaba de proferir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação deste requerimento, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, quero me somar à iniciativa de V. Ex^a, que entendo ser não apenas de V. Ex^a, mas de todo o povo brasileiro.

Dante de Oliveira virou símbolo do próprio processo democrático. Eu não era sindicalista em 1982, mas já acompanhava a trajetória de inúmeros homens públicos, como V. Ex^a e também Dante de Oliveira. Estive em muitos comícios, em muitos palanques em que se defendiam as diretas com ambos, com V. Ex^a, com Leonel Brizola, com Lula, com Olívio, com Ulysses Guimarães. Eu falava como sindicalista, mas quando se falava no nome de Dante de Oliveira, aquela massa toda, nos comícios – lembro-me de Porto Alegre –, se sentia no seu momento de mais alta emoção, porque Dante era o autor da Emenda das Diretas Já.

É com muito carinho e com muito respeito que também assinei o documento de solidariedade, de sua iniciativa, a toda a família enlutada.

O Brasil perde um grande homem público, um político brilhante. Ele esteve nos visitando aqui no

Senado inúmeras vezes. Naquela simplicidade, ele cumprimentava a todos, abraçava a todos, perguntava como estava a luta. A última vez em que esteve aqui, perguntou-me: “E aí, Paim, como está o salário mínimo? Parece que avançou”.

Dante era isso, um homem de grandeza em todos os sentidos.

Por isso, o Brasil está triste, a democracia está triste. A Terra perdeu, mas sei que Dante, do céu, está olhando para cá neste momento e dizendo que cumpriu sua tarefa e que espera que façamos a mesma coisa na linha da defesa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da democracia.

Meus cumprimentos à sua iniciativa, Senador Arthur Virgílio, e a nossa solidariedade à família.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Em votação o requerimento de pesar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Mesa designa a Sr^a Senadora Serys Slhessa-renko e os Srs. Senadores Antero Paes de Barros e Jonas Pinheiro para representarem o Senado Federal oficialmente nos funerais do grande brasileiro Dante de Oliveira.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao enxadrista amazonense Renan Reis, pela conquista do 5º lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em junho de 2006 na cidade de Taubaté, SP.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao enxadrista amazonense Renan Reis, que conquistou o 5º lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em Taubaté-SP, no mês de junho de 2006.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação de Xadrez do Estado do Amazonas.

Justificativa

Embora muito jovem, Renan Reis já é um campeão de xadrez. O amazonense, que é detentor de vários títulos nessa categoria, inclusive a de Campeão Estadual, conquistou, em junho de 2006, o quinto lugar no Campeonato Brasileiro de Xadrez, realizado em Taubaté-SP. Para ele, “o xadrez é um esporte comple-

to, que ajuda na concentração, no raciocínio lógico e na criatividade”. Tanto e assim que Renan passou em primeiro lugar no vestibular para Ciências da Computação na Universidade Federal do Amazonas. Seu sonho é ir mais longe e se tornar campeão nacional. Vai chegar lá.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 793, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Mestre brasileiro de Jiu-Jitsu Reyson Gracie, pelo notável trabalho de divulgação que faz, na França, da chamada “arte suave”, e conseqüentemente do Brasil, que ele tão bem representa.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Reyson Gracie, grande Mestre brasileiro de Jiu-Jitsu, pelo seu extraordinário trabalho de divulgação dessa modalidade de esporte na França e, conseqüentemente, do Brasil, que ele tão bem sabe representar.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do homenageado, à Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu e ao Ministério das Relações Exteriores.

Justificativa

Reyson Gracie foi meu extraordinário professor de Jiu-Jitsu e sempre será meu grande amigo. Filho de Carlos Gracie, que os franceses chamam de *inventor do Jiu-Jitsu brasileiro*, Reyson desenvolve, na França, notável trabalho de divulgação dessa modalidade de esporte, também conhecida como “arte suave”. Em conseqüência, também eleva o nome do Brasil naquele País e na Europa. Na França, como diz ele em entrevista à imprensa local, o número de adeptos dessa arte ainda é pequeno, em torno de três mil, mas, com sua presença em Paris, a tendência é ampliar essa cifra. Pelo seu trabalho ali em desenvolvimento, os franceses costumam dizer que hoje Reyson Gracie é mais conhecido do que o Rei Pelé. Isso é verdadeiro, tanto que o Jiu-Jitsu brasileiro que ele ali pratica e ensina já começa a ser carinhosamente denominado de *Gracie Jiu-Jitsu*. Reyson é, pois, merecedor desse Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental e à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia pela participação

na pesquisa conjunta realizada pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, que resultou no mapeamento parcial do DNA do Guaraná.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental e à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia pela participação na pesquisa conjunta encetada pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, resultando no mapeamento parcial do DNA do Guaraná, uma das mais importantes frutas da Amazônia.

Requeiro, também, que esse voto seja levado ao conhecimento das duas entidades e, por seu intermédio, aos pesquisadores das duas empresas, que trabalharam no vitorioso projeto, assegurando, com esse esforço comum, o êxito do projeto.

Justificativa

O Guaraná é, reconhecidamente, uma das mais importantes frutas da Amazônia e também uma das suas maiores riquezas. Esse fruto já tem seu DNA parcialmente mapeado, como resultado de pesquisa conjunta realizada pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, dela participando, além de diversas universidades, também a Embrapa Amazônia Ocidental e a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. A pesquisa concluiu por resultados que decifraram 9 mil genes na fruta.

Nativa da Amazônia, o Guaraná conquista, com a pesquisa, novas aberturas para seu aproveitamento na indústria de cosméticos e medicamentos. Essa fruta é poderoso estimulante, reunindo três vezes mais cafeína do que o café. Com os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do Amazonas, vai ser possível descobrir os segredos do fruto que conferem tanta vitalidade aos usuários de seu extrato.

Ademais, com o mapeamento do DNA do Guaraná, sua produção e a produtividade têm tudo para crescer.

É, pois, merecido o voto de aplauso que estou requerendo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 20, de 2006-CN (nº 1.089-SGS-TCU-Plenário, Na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1039, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos Respetivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Acompanhamento das Receitas Não-Financeiras e da Limitação de Empenho e de Movimentação Financeira da União, contendo a análise da arrecadação e dos limites de movimentação e empenho, e de pagamentos fixados pelo Poder Executivo por meio de Decretos de Contingenciamentos, assinalados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União nos relatórios à Comissão Mista de que trata o § 4º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO 2005), referente ao exercício de 2005 (TC nº 007.465/2005-0).

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– O expediente retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 865, DE 2006

Da Comissão De Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006 (nº 2.123, 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à G. C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 267, de 2006 (nº 2.123, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à G. C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará, O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição

e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 267, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 267, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à G. C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 23 de maio de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 267/06 NA REUNIÃO DE 23/05/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Senador Juvêncio da Fonseca

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	RELATOR:
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS

267,06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JOSÉ JORGE					JONAS PINHEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES					CÉSAR BORGES				
EDISON LOBÃO					CRISTOVAM BUARQUE	X			
MARCELO CRIVELLA					MARCO MACIEL				
MARCOS GUERRA	X				ROMEU TUMA				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
LEONEL PAVAN	X				SÉRGIO GUERRA				
VAGO					LÚCIA VÂNIA	X			
					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA	X				ROMERO IUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					VAGO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/05/2006

SENADOR
Presidente Exatual da CE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)
– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)
– Com referência ao **Ofício nº 65, de 2006**, da Comissão de Educação, lido em 5 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo**

nº 267, de 2006, aprovado pela Comissão de Educação e cujo parecer acaba de ser lido, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)
– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Arthur Virgílio, e Senador Sibá Machado, venho à tribuna nesta sexta-feira, pela manhã – sei que o Brasil está triste pela morte do jovem Dante de Oliveira, e já fizemos aqui o devido registro, junto com V. Ex^{as} –, para falar sobre o meu Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, quero trazer à tribuna desta Casa o debate sobre a situação financeira dos Estados federados, mais especialmente, devido à nossa triste realidade, sobre a situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul é o terceiro maior Estado exportador, o quarto maior PIB nacional, um dos Estados com a melhor qualidade de vida do País.

Nas últimas décadas, o Estado atendeu às necessidades do Brasil, direcionando sua força produtiva – indústria, agricultura e serviços – para a exportação, gerando divisas para o equilíbrio financeiro do Brasil. Cerca de 58% das exportações gaúchas são de produtos manufaturados, de alto valor agregado e de mão-de-obra especializada, que dinamizam, com certeza, a economia e que fomentam a geração de emprego e de renda.

Mas todas essas conquistas estão se esvaindo, pois, com a valorização cambial, estamos perdendo a competitividade. Muitas empresas, das mais variadas áreas, como a de calçados e a da própria metalurgia, a de máquinas agrícolas, estão falindo. Enfim, está havendo demissões, estamos reduzindo a produção, ocasionando enormes problemas sociais e prejudicando as finanças do Estado.

Três anos consecutivos de estiagem, câmbio desfavorável, por ser um Estado exportador, e problemas de sanidade animal, que resultam em embargos às exportações de nossos produtos, são alguns dos fatores que provocaram prejuízos ao agronegócio, fomentando uma crise sem precedentes no nosso Estado. As finanças do Rio Grande do Sul refletem essa situação.

A dívida consolidada, que, em 2003, era de pouco mais de R\$26 bilhões, em abril deste ano, chegou a mais de R\$32 bilhões, apesar de todo sacrifício do Estado em pagar mais de R\$1 bilhão de juros por ano.

Sr. Presidente, em 2004, o serviço da dívida comprometeu 14,6% da Receita Corrente Líquida; ao final

deste ano, as previsões indicam que estaremos comprometendo cerca de 19%. Esse cenário compromete o futuro do Estado, pois não sobram recursos para os investimentos e para os serviços de que o povo gaúcho necessita.

Infelizmente, já estamos figurando na lista dos Estados que não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não conseguimos reduzir nossas dívidas aos limites exigidos pela lei. Todo ano, apresentamos um déficit de mais de R\$1 bilhão no orçamento. Com isso, estamos deixando de aplicar em infra-estrutura, em geração de empregos, em educação, em saúde e em segurança.

A sociedade gaúcha está perplexa e está exigindo das autoridades e dos candidatos ao Governo estadual um debate amplo sobre o tema e a apresentação de propostas viáveis com soluções duradouras, para enfrentar esse grave problema.

Iniciativas importantes começam a surgir. Em um primeiro momento, surgiram, de forma separada, o Pacto pelo Rio Grande e o Rio Grande que Queremos Agenda Estratégica 2006-2020. Na verdade, primeiramente, surgiu a Agenda Estratégica 2006/-2020 e, em seguida, o Pacto pelo Rio Grande. Fiquei preocupado, porque eram dois movimentos. Eu entendia que os dois movimentos tinham e têm o mesmo objetivo. Manifestei-me por meio de artigos em que pedia a união dos dois movimentos. Hoje, podemos dizer que o Pacto e a Agenda estão caminhando juntos. Diversas personalidades do Rio Grande trabalharam nesse sentido. Poderia lembrar aqui o Gerdau, por exemplo.

Como o horizonte é o mesmo, ambos buscam estabelecer uma agenda para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, considerando a participação e o compromisso dos principais representantes da sociedade, como associações, sindicatos, empresários, organizações não-governamentais, universidades, autarquias e o próprio Governo.

Integrantes do Pacto pelo Rio Grande e da Agenda Estratégica, parlamentares e entidades empresariais, num evento considerado histórico, realizado em 6 de julho, uniram as forças para enfrentar a crise financeira do Estado e para propor soluções. Considero essa iniciativa um grande passo no caminho da recuperação do Estado. Por isto, faço o discurso no dia de hoje: a unidade tão sonhada por todos nós foi possível.

Precisamos unir, cada vez mais, o povo gaúcho em torno desse objetivo. Precisamos unir – a gaúcha sabe do que estou falando, Senador Sibá Machado – Chimangos e Maragatos, para que, ombro a ombro, lutemos juntos pelo nosso Rio Grande.

Dizem, lá no Rio Grande, que só não está morto quem luta e quem peleia. E a peleia justa é aquela que

dá gosto de abraçar: a recuperação do Rio Grande. Lutemos para que o Estado tenha condições de proporcionar aos gaúchos educação, saúde, segurança, empregos, enfim, uma vida digna!

No sentido de colaborar, tenho-me empenhado ao máximo para defender os interesses do Rio Grande. Por exemplo, esta semana, no dia 4 de julho, tivemos uma audiência com o Ministro dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, juntamente com a Comissão Pró-Portos Gaúchos, para tratar de recursos para os nossos portos, especialmente o porto de Rio Grande e o de Porto Alegre.

Cumprimento o Ministro da Pasta, que solicitou um estudo claro, objetivo e definido para poder atender, assim, à demanda apresentada pelos gaúchos para recuperar o porto de Rio Grande e o de Porto Alegre.

Sr. Presidente, dá gosto conversar com um Ministro como esse. A mesma posição que S. Ex^a adotou com relação à questão dos portos foi adotada quando estive com S. Ex^a e com os empresários do Vale do Taquari, para discutir a duplicação da BR que liga Estrela a Tabaiá-Canoas. De pronto, houve o atendimento.

Sr. Presidente, tive também, no último dia 5 de julho, uma audiência com o Ministro Guido Mantega, juntamente com representantes do movimento Brasil Compete Já, formado por vários setores da economia gaúcha, principalmente os exportadores, que foram reivindicar medidas para manter as exportações gaúchas e brasileiras no pé que eles entendem adequado. Foi também discutida a diminuição da taxa de juros, a polêmica do câmbio, as linhas de crédito ao setor exportador e a própria carga tributária.

Quero destacar a posição do Ministro Guido Mantega por ter-se comprometido de pronto a atender à demanda dos empresários e dos trabalhadores gaúchos no que se refere ao ressarcimento do PIS e da Cofins. S. Ex^a foi muito equilibrado quando ouviu, argumentou e apontou caminhos, que espero se concretizem o mais rápido possível, para a questão dos juros e do dólar.

Quero, ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levar à reflexão de V. Ex^{as} algumas considerações que acredito relevantes para resolver essa situação que encaminhei, inclusive, ao nosso candidato ao Governo do Estado, o ex-Governador, ex-Ministro e atual candidato ao Governo Olívio Dutra.

Falávamos com Olívio Dutra sobre a importância da revisão do pacto federativo, num amplo entendimento com outros governadores em todo o País; sobre a repactuação das dívidas dos Estados; sobre a política cambial e de juros que aponte caminhos e que, efetivamente, preserve a competitividade da indústria nacional, a exemplo do que fazem outros países; so-

brea a resolução definitiva da questão da desoneração das exportações, leia-se Lei Kandir; por fim, sobre a necessidade de os Estados fazerem o dever de casa, promovendo uma profunda reestruturação na máquina pública e nos gastos no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, assim buscando a gestão pública, exigindo eficiência, combate à sonegação, revisão das políticas de incentivos fiscais, entre outras medidas.

Essa situação que aqui destaco não é enfrentada apenas pelo Rio Grande do Sul. Outros Estados brasileiros também estão com um padrão de endividamento acima do permitido pela Resolução nº 40 do Senado Federal, que determina que a dívida líquida não pode superar o equivalente a duas vezes a Receita Corrente Líquida.

Não é admissível, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os Estados da Federação estejam passando por tal situação de insolvência, a ponto de coibir investimentos importantes e necessários.

Já existem tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados projetos de reestruturação das dívidas estaduais. Precisamos discutir essas propostas e ampliar os debates, para chegarmos a um entendimento que aponte solução definitiva para essa questão.

É preciso entender que a capacidade dos Estados de honrar suas obrigações financeiras não se vincula somente à vontade política, mas especialmente ao saldo de suas despesas e receitas.

Sr. Presidente, seria fundamental que, de forma unitária, esta Casa se debruçasse na busca de caminhos para uma solução que restabelecesse a autonomia financeira dos Estados, sem comprometer a estabilidade econômica do País.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, como V. Ex^a está tratando de tema que envolve as dívidas dos Estados com o Tesouro Nacional, com a União – e, certamente, essa questão envolve também os Municípios –, lembrei-me de que, em 2004, quando o Ministro da Fazenda era Antonio Palocci, iniciaram-se as negociações para que o FMI pudesse acatar que todos os investimentos em infraestrutura básica do País pudessem ser retirados da conceituação de superávit primário. Estou imaginando que, se pudéssemos pensar algo parecido, a União poderia substituir o que seriam dívidas dos Estados e dos Municípios com o Tesouro Nacional por investimentos locais; cada Governador ou cada Prefeito poderia substituir gradativamente essas dívidas por investimento em suas comunidades. Podemos adotar um método não de criar o perdão pelo perdão, não de isenção de dívi-

das, mas de troca de utilização de recursos financeiros. Poderia haver, talvez, um acordo de procedimentos, pensando no crescimento nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Seria um grande entendimento entre União, Estados e Municípios. V. Ex^a está apontando um caminho importante.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nas próximas vindas dos Governadores, dos Prefeitos, que têm feito as marchas ano após ano, poderíamos tratar um pouco desse assunto. Já foi estabelecido o aumento de 1% no Fundo de Participação de Municípios (FPM), o que, para alguns, não alteraria muito. Mas, de modo geral, 1% significa uma ajuda. Quanto à rolagem de dívida, em vez de ficarmos protelando, discutindo taxa de juros ou algo parecido, poderíamos definir, por exemplo, que “x” por cento da dívida seria investido em determinadas áreas prioritárias. Essas áreas poderiam ser o saneamento básico, a construção de ferrovias, de hidrovias e de rodovias, enfim, o investimento em infra-estrutura, como eletrificação. Nesse cenário, imagino que daríamos um salto de qualidade muito grande, propiciando aos Estados oportunidade de desenvolvimento próprio. No somatório, vejo que o grande esforço do Ministro Luiz Fernando Furlan é no sentido de os Estados se tornarem exportadores, com o que todos concordamos. Para dar esse salto de qualidade, é preciso investimento, financiamento. Portanto, como foi adotada uma negociação com o FMI, penso que poderíamos adotar no Brasil políticas para fomento do desenvolvimento dos Estados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Sibá Machado! V. Ex^a contribui para esse debate na busca de saídas para a grave crise financeira dos Estados.

Senador Arthur Virgílio, se V. Ex^a me permitir, quero terminar meu pronunciamento, com a tolerância devida. Já fiz diversos pronunciamentos e os terminei com poemas. Já citei dois ou três poemas do Pablo Neruda, um de Carlos Drummond de Andrade, outro de Mário Quintana e de muitos outros.

Hoje, refletindo sobre a alma gaúcha, quero terminar com um poema de um grande gaúcho tradicionalista, já falecido, uma lenda ainda viva no Rio Grande, o chamado Grande Gaúcho Gaudério, Jaime Caetano Braun.

Passo a ler trecho do poema “Payada”. Diz o grande gaúcho Jaime Caetano Braun:

(...)

Por mais de trezentos anos fui pastor e sentinela

Na linha verde e amarela, peleando com casitelhanos,

Gravando com “los hermanos” a epopéia do fronteiro!

Poeta, cantor e guerreiro da América que nasceu

Na bendita teimosia de continuar brasileiro!!!

Com Bento em mil entreveros, em barbarescos ensaios...

Depois contra os paraguaios, em Humaitá e Toneleros

Andei em Monte Caseros, Paisandu, Peribe-buí

Passo da Pátria, Avaí... longe do meu território...

E fui ordenança de Osório nos campos de Tuiuti.

Depois, em noventa e três, na gesta federalista,

A pátria a perder de vista, andei peleando outra vez...

Sem soldo no fim do mês porque pelear era lindo,

As espadas retinindo, chapéu batido na copa, Como carneador de tropa nas forças de Gomercindo.

Mais adiante, em vinte e três, em vinte e quatro de novo...

É o destino do meu povo que assim altivo se fez,

A marca da intrepidez deste velho território!

Ante o bárbaro ostensório dos lenços rubros e brancos

Acompanhei os arrancos do velho Flores e Honório...

Chimangos e maragatos, farrapos, federalistas Caminhadas e conquistas que a história guarda em seus fatos

Os tauras intemeratos de adaga e pistola à cinta...

Não há ninguém que desminta nossa estirpe de raiz

Que se adonou da matriz nas arrancadas de Trinta.

Depois vesti a verde-oliva, como sempre voluntário,

No “cuerpo” expedicionário, formando uma comitiva

Da nossa indiada nativa pra responder um libelo

E o pendão verde-amarelo, no outro lado do mundo,

Cravei, bem firme e bem fundo, no velho Monte Castelo!

Hoje, tempo de mudar, meu coração continua

O mesmo tigre charrua das andanças do passado.

Sempre de pingo encilhado, bombeando pampa e coxilha...

A pátria é minha família! Não há Brasil sem Rio Grande

E nem tirano que mande na alma de um Farroupilha!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– O próprio Senador Paulo Paim é um poeta e, como ninguém, trouxe à Casa um conjunto de versos que refletem muito bem a alma combativa e a história sofrida, sacrificada, valente e bonita do povo do Rio Grande.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado, do PT do Estado do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Arthur Virgílio, que preside a sessão neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer ao Senador Paulo Paim que, cada vez mais, S. Ex^a nos surpreende positivamente. Hoje, revela, aqui, mais um dos pontos de sua personalidade e recita muito bem os versos que representam a mente e o pensamento do povo gaúcho.

Senador Paulo Paim, as relações do Acre com o Rio Grande do Sul vêm desde o século XIX. Dois personagens gaúchos ajudaram muito na construção da história do Estado do Acre: Assis Brasil e Plácido de Castro. De lá para cá, em diversos momentos, muitas pessoas nos têm ajudado. Recentemente, também temos contado com colegas que, no Rio Grande do Sul, estão ajudando nosso trabalho. Então, por intermédio de V. Ex^a, agradeço a todo o povo gaúcho por essa ajuda que tem dado ao Estado do Acre.

Sr. Presidente, tenho acompanhado a imprensa nacional, analistas, entendidos de futebol e os que não são muito entendidos e fico cada vez mais indignado com os detalhes que envolvem o resultado daquele jogo da Seleção Brasileira com a seleção francesa.

O que tem deixado as pessoas mais magoadas e mais entristecidas é o fato de os jogadores da Seleção Brasileira não se terem mostrado, em momento algum, abatidos com o resultado. Ao se disputar uma partida, é claro que se pode ganhar ou perder. Além do mais, era uma fase do campeonato em que não cabia o empate, tinha de haver um vencedor, daí a prorrogação, os pênaltis.

Aliás, algumas partidas foram dramáticas. Uma delas foi aquela em que Portugal disputou sua classificação nos pênaltis, e seu goleiro fez verdadeiros milagres para tentar levar a representação de Portugal, pela primeira vez, a uma final de Copa do Mundo. Viuse até o técnico Felipão se emocionando, chorando,

depois que perdeu a partida com os franceses por um a zero. Essa foi a diferença em relação aos jogadores brasileiros.

Começam a aparecer cenas de Roberto Carlos amarrando as chuteiras e consertando o meião no momento em que o atacante francês fazia o gol; de Ronaldinho Gaúcho indo para uma bebedeira na mesma noite comemorar sabe Deus o quê; e de Adriano comprando um carro novo. Essas são as diferenças que deixam os brasileiros tristes. Eu também me sinto assim. Acho que o que aconteceu ali merece uma avaliação mais aprofundada.

Hoje, ouvi pelo rádio que há um prêmio em dinheiro de cerca de US\$20 milhões para quem for campeão no domingo; para o vice-campeão, o prêmio será de US\$18 milhões; para terceiro e quarto colocados, o prêmio será de US\$17 milhões. Seleções na situação da do Brasil, que participaram das quartas-de-final, levarão US\$9 milhões. Se a questão é dinheiro, há um prêmio financeiro. Então, houve o quê?

O Ronaldo, o número nove, que agora é o goleador imbatível da história de todas as Copas do Mundo, tem uma premiação pessoal – não foi a Seleção, é o Ronaldo.

Como podemos ver essa Seleção Brasileira como uma representação nacional? Dos 24 convocados pelo Parreira, 23 não jogam mais no futebol brasileiro, jogam fora daqui, estão sem pátria, sem memória. O que dizer da brincadeira de Ronaldo, o número nove, a quem se atribui ter dito que, ao viajar não leva mais mala, leva um cartão de crédito, porque mala é coisa de pobre? Essa é uma frase que nos faz lembrar de Naji Nahas. A indignação toma conta de todos nós.

Não sei se vale a pena, Sr. Presidente, numa próxima Copa do Mundo, convocar estrelas que estejam fora do País, disputando em cenários internacionais. O sentimento nacional é necessário. Podemos até entrar numa Copa do Mundo para aprender, para refazer coisas, para até perder, mas para perder suando, lutando, batalhando. Esses jogos envolvem um sentimento: são milhões e milhões de pessoas que param no País, que não vão trabalhar naquele momento, que depositam uma esperança enorme na Seleção Brasileira, agem como se o jogo fosse a última coisa de suas vidas.

O que senti em todos os comentários não foi a tristeza pela derrota em si, mas a tristeza pela zombaria que permeou o semblante dos jogadores da nossa Seleção após o jogo: sorriam, numa boa, tranquilos; não havia nenhuma cara de acanhamento, nenhuma.

Portanto, isso é muito forte. E quem sou eu para dizer alguma coisa? Mas já que tenho a outorga neste momento de falar no microfone do Senado Federal,

digo: está na hora de o futebol brasileiro ter um mínimo a mais de respeito para com a consciência nacional!

Ouçó o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, quando o assunto é futebol, é Copa do Mundo, não há como nos segurarmos para não fazer um aparte sobre o tema, até porque o resultado, de fato, chocou o treinador e os jogadores e deixou perplexos mais de 180 milhões de brasileiros. Há uma frase muito repetida: cada brasileiro é um treinador de futebol. De fato, isso é verdade, pois cada um escala seu time, diz quem deveria ter entrado no momento certo, quem deixou de ir e deveria ter ido. Senador Sibá Machado, durante um longo período, até os meus 25 anos, participei ativamente dos campos de futebol, jogando pelo menos no juvenil do Flamengo e do Juventude em Caxias; depois fui treinador de algumas equipes lá. Mas nem eu consigo dizer o que aconteceu. Não quero fazer um julgamento precipitado, porque não consigo acreditar que aqueles jogadores não queriam ganhar. Não consigo acreditar nisso. Não consigo acreditar que o Parreira não queria ganhar, porque esse seria um marco para a história das suas vidas, para as nossas vidas e para a nossa geração. Eles, em ampla maioria, não voltarão mais, não terão a oportunidade de disputar outra Copa. Por isso, toda reflexão é viável, é positiva, como V. Ex^a faz da tribuna do Senado. V. Ex^a está também ainda chocado com o resultado da Copa: não passamos para a final, não ficamos nem entre os quatro melhores do mundo, o que o Felipão conseguiu, com os portugueses. Sem sombra de dúvida, analisando de forma individual, a maioria de nossos jogadores estaria em qualquer seleção do mundo. Ninguém tem dúvida de que Ronaldinho é um dos melhores do mundo. Ronaldo e Ronaldinho foram considerados, por duas ou três vezes, os melhores do mundo. Então, algo aconteceu no campo psicológico; talvez, tenha faltado uma preparação maior. Mas quero dizer a V. Ex^a que sou daqueles que ainda depositam um voto de confiança, porque não consegui entender o que aconteceu. Como os melhores do mundo não ficam entre os quatro finalistas, como foi o caso do nosso querido Felipão? Fiz um aparte mais para refletir com V. Ex^a, que está participando do debate, porque o debate é nacional. Em qualquer loja, mercado, boteco, fábrica, banco em que estiverem reunidas algumas pessoas, esse assunto acaba sendo debatido. Vamos torcer muito para que os erros desse momento sirvam de lição, para que, daqui a quatro anos, possamos voltar a ser campeões do mundo. Quero mais é cumprimentar V. Ex^a pela ousadia e pela liberdade de trazer para a tribuna do Senado um assunto que, queiram

ou não queiram alguns, é tema hoje de qualquer roda de brasileiros reunidos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço a V. Ex^a, que até me chama a atenção para um ponto que eu estava deixando escapar, talvez outro sentimento. Realmente, é preciso pensar e acreditar que Parreira e toda a Seleção estavam ali pensando em vencer aquela partida. O que, talvez, eu queira enfatizar é que a indignação das pessoas de quem eu tenho ouvido os comentários é pelos jogadores não terem demonstrado tristeza com a derrota, como fizeram os alemães, os portugueses, o Felipão chorando abraçado aos jogadores de Portugal quando perdeu aquela partida. São, portanto, esses detalhes que marcam a diferença.

Ontem eu assisti a um documentário sobre o Império romano que falava sobre o Imperador Tito. Esse imperador começou o seu governo em baixa, baixíssima popularidade; aliás, segundo o documentário, chegou a pensar em renúncia. No momento em que o Imperador Tito assume o governo, o Coliseu estava em fase final e lhe vem à mente a idéia de transformar o Coliseu num estádio de disputas esportivas com cenas macabras: de tortura, morte, derramamento de sangue. Ele fez isso uma vez, deu certo. Pronto. Daí ele transforma o Coliseu nesse tipo de ginásio. Assim, ele ganhava duas vezes, pois pegava os seus inimigos políticos, os degradados da sociedade da época e os colocava para enfrentar os leões. E se os leões, ao entrarem naquela rinha, no meio do cenário daquele ginásio, se intimidassem com as pessoas e não atacassem as suas presas, o responsável pelo leão deveria ser sacrificado ali, na frente de todos, substituindo o que seria o sacrifício da presa.

Encerrado o governo Tito, esse sai com a mais alta popularidade.

O que quero dizer com essa comparação: o esporte foi usado na inauguração do Coliseu, e dali em diante, para animar as pessoas com a morte e o sangue derramado. Nos dias de hoje, vemos no futebol a crescente idolatria em relação a alguns jogadores. A idolatria. Tirando alguns excessos dos estádios de futebol, das galerias, a pancadaria a que às vezes assistimos pela televisão, de modo geral, o esporte vem com a paz e a alegria para o mundo.

Comenta-se que mais ou menos a metade da população do planeta, hoje, assiste e admira o futebol. Países sem nenhuma tradição com relação a esse esporte param para ver os jogos: Estados Unidos, a própria Ásia como um todo, o Japão, já com a sua seleção, esforçando-se para crescer nesse esporte, a China e tantos outros que não tinham nenhuma tradição com relação ao futebol investem nessa modalidade.

O grande esporte hoje – o futebol – é para a paz e a alegria das pessoas.

Pelé parou uma guerra; foi jogar uma partida de futebol, parando uma guerra! Agora, o Ronaldo, o Ronaldinho no Haiti – o país pára a sua confusão interna, a sua crise para assistir à seleção brasileira.

Não importa o resultado do jogo, querem o prazer de assistir os craques que jogam o melhor futebol do mundo em seu país.

E nós, nosso País, cada vez que o Brasil ia jogar, não importava o horário, as pessoas paravam. Fui a um **shopping** – estava aqui em Brasília –, precisava almoçar e, qual não foi a minha surpresa, estava fechado. Era o horário do jogo, e todas as lojas estavam fechadas; os funcionários foram dispensados para assistirem ao jogo. Então esta é a diferença: o sentimento é nacional, as nações se encontram por meio de um esporte para poder brindar, saudar, comemorar, confraternizar. É essa a indignação a que tenho assistido.

Sr. Presidente, também não posso deixar de comentar o tema com que V. Ex^a abre a sessão de hoje.

Em 1984, eu era um jovem ligado ao movimento de juventude da Igreja Católica e morava no Estado do Pará. A vontade de participar das manifestações pelas Diretas Já era muito grande. E, pela televisão, pelo rádio, pelos jornais as notícias chegavam com toda a dificuldade. Em toda a nossa comunidade, naquela época, havia uma casa que tinha um aparelho de tevê; então, durante os noticiários, toda a vizinhança se sentava à porta daquela casa – o dono da casa colocava a televisão na entrada para que pudéssemos assistir ao jornal. E assistíamos aos debates que o País fazia sobre a redemocratização. E qual não foi a minha emoção quando eu ouvi falar em Dante de Oliveira e na corajosa emenda que procurava instalar as eleições diretas no País. Dante de Oliveira passou a ser, na minha mente, naquele momento, um herói. Eu não queria nem saber de passado ou de futuro de Dante de Oliveira, mas aquele momento mexeu muito com os meus sentimentos, com o que eu pensava já naquela época sobre o Brasil. Depois, os resultados da votação: os tanques em torno do Congresso, a ameaça de que, se se votasse, o Congresso iria ser tomado, invadido. Aquilo também foi um novo choque. Fiquei muito preocupado, ficou na minha memória.

D. Pedro I encomendou a primeira Carta Constitucional brasileira. Convocou um grupo de pessoas, que ele chamou de Notáveis, que fizeram a primeira redação. Ele não gostou, rasgou-a e jogou fora. Mandou fazer uma segunda, com base muito mais em si mesmo do que no anseio nacional. De lá para cá, então, o nosso País viveu muitos percalços em sua con-

vivência democrática, com as experiências de regimes mais fechados e prolongados e, em muitos momentos, com o cerceamento total de liberdade, de pensamentos, de expressão.

Dante de Oliveira é cravado nessa história como aquele que teve coragem e disposição de apresentar tal emenda. De lá para cá, já coloca o seu currículo de vida de pessoa pública com as experiências que teve à frente de prefeituras, do Governo de Estado e do Parlamento.

Ficam, aqui, então, as palavras de uma pessoa, um anônimo do período, mais um entre tantos brasileiros que olhavam à distância os fatos que ocorriam e que tinha o maior respeito, um profundo respeito pelo que estava acontecendo.

Assim, queria externar, mais uma vez, o sentimento de respeito que tinha e continuo tendo por Dante de Oliveira. Ao receber a notícia ontem, tive um impacto. Liguei rapidamente para a Senadora Serys para confirmá-la. Isso é realmente algo muito triste, mas é da vida e todos nós, um dia, passaremos por uma experiência como essa.

Sr. Presidente, em meu nome, em nome da nossa Bancada, quero externar mais uma vez a nossa gratidão, a nossa homenagem, a nossa mais profunda admiração e respeito por aquele que ousou juntamente com – ele acaba de chegar no recinto – o Senador José Sarney, que, como Presidente da República, teve uma das mais difíceis missões da sua vida, acredito eu: liderar o País no caminho da sua redemocratização.

Quero até externar, na sua presença, Senador Sarney, que um dos primeiros atos de V. Ex^a como Presidente da República foi trazer de volta à legalidade os partidos comunistas, que nunca tiveram muitas possibilidades de se legalizarem. Acho que, durante quase oitenta anos de existência dos partidos comunistas no Brasil, eles tiveram uma pequena temporada, na década de 40, ocasião em que participaram das eleições da Constituinte de 46, um ano e meio, dois anos, no máximo, elegem Luís Carlos Prestes ao Senado da República e várias outras pessoas. Mas, de lá para cá, hibernaram novamente na clandestinidade, no cerceamento político, e V. Ex^a, num dos primeiros atos como Presidente da República, legalizou-os.

Como não temos aqui, neste momento, a representação de nenhum desses dois partidos, falo aqui com o sentimento de brasileiro para agradecer a V. Ex^a por ter tido a coragem, que não foi pequena, de enfrentar um País atormentado pelo medo, acuado, talvez de cabeça baixa, e se reerguer e ampliar hoje a participação democrática que temos. Então, parablenho mais uma vez V. Ex^a também por ter sido uma dos Líderes da redemocratização do nosso País.

Sr^a Presidente, vou encerrar, agradecendo a V. Ex^a pelo tempo, até porque ninguém melhor que o Senador Arthur Virgílio para falar de um assunto que nos tocou desde a noite de ontem.

Obrigado.

O Sr. Arthur Virgílio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo tempo que entender necessário para fazer seu pronunciamento.

Saúdo a meninada, a juventude do Colégio 105 do Gama. Sejam bem-vindos e bem-vindas!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Cuido de alguns temas, Sr^a Presidente, antes de falar algumas poucas palavras sobre o Governador Dante de Oliveira.

Antes de mais nada, requeiro à Mesa voto de aplauso ao enxadrista, meu conterrâneo Renan Reis, que conquistou um sofrido e brilhante quinto lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em junho de 2006, em Taubaté, São Paulo.

Da mesma forma, requeiro voto de aplauso ao grande mestre brasileiro de Jiu-Jitsu Reyson Gracie pelo notável trabalho de divulgação que faz da Arte Suave na França, representando tão bem o nosso País.

Ainda, Sr^a Presidente, registro com muito pesar um fato que é estarrecedor. Eu sei e V. Ex^a sabe do apreço que eu tenho pelo esporte; eu sei do apreço que tem o seu filho Ian pelo esporte. Mas existe um campeonato que equivale à Copa do Mundo de futebol, o Pride Middleweight, de Mixed Martial Arts, o peso médio, que no boxe corresponderia ao meio-pesado. E há um cidadão que é ídolo do seu filho, o Maurício Shogun, que venceu e trouxe para cá aquele cinturão enorme, cravejado de ouro. E ele chega orgulhoso com o seu cinturão, sem nenhuma preocupação de escondê-lo. Aí, a Polícia Federal prende o cinturão do homem, diz que ele não pode entrar porque teria de provar que o cinturão era dele, com documento com firma reconhecida. Dias depois, evidentemente, como o cinturão era dele e ele não era nenhum contrabandista, pôde levar para casa o galardão conquistado com sangue, suor e lágrimas.

A propósito, uma publicação esportiva, a revista **Tatame** traz lá um trecho da declaração do campeão Shogun. Diz ele: “A Polícia Federal me pediu documentos para provar que o cinturão é meu”. Aí, diz a revista: “É duro acreditar que, num país em que políticos

desonestos transportam dólares na cueca e presidiários planejam rebeliões falando tranqüilamente em celulares, a polícia vá se preocupar em prender um cinturão conquistado com tanto custo por um ídolo do nosso esporte”.

E, ainda, Sr^a Presidente, o jornal **O Estado do Amazonas** edita aos domingos a coluna chamada Contraponto, sempre com uma posição sim, outra não, a exemplo do que faz a **Folha de S.Paulo**. No domingo passado, chamou-me a atenção uma discussão muito interessante sobre a criação de reservas florestais.

O Presidente Lula criou, recentemente, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, no sudoeste do Estado, a reserva extrativista Arapixi, ao sul, e a reserva extrativista do rio Unini, ao norte. As duas opiniões eram fortes. Uma a favor, a do Secretário do Meio Ambiente do Estado, e outra contra, a do ex-prefeito de Humaitá, no meu Estado, Renato Gonçalves.

Estou, na verdade, aprofundando esses estudos. Entendo que era dever de um governo intelectualmente decente no meu Estado convocar as universidades, o Inpa, a Embrapa, todos, enfim, que pensem a região de maneira científica, sem deixarmos de ouvir a opinião empírica do nosso ribeirão, do nosso caboclo, para adotar medidas acertadas. A idéia da reserva é boa. Aquela reserva, em si, é toda ela necessária e oportuna.

É preciso, mais do que procurar, aparentar lá fora que se está protegendo o meio ambiente. É preciso ter a segurança administrativa, técnica. Vejo muito pouco diálogo do Governo Federal e do Governo Estadual com a sociedade civil e acadêmica. Muito pouco. Vejo que as decisões são tomadas de maneira discutível. E, por ela serem discutíveis, estou aprofundando estudos para, ao longo dessa campanha eleitoral, que é um belo momento para se discutir a minha região, podermos falar sobre as reservas, sem **parti pris**, sem condená-las **a priori** e sem absolvê-las, mas falar sobre elas levando em conta o interesse do País, o interesse do meu Estado.

Ainda, Sr^a Presidente, quero saudar o Sr. José Merched Chaar, Presidente do Sistema OCB/AM e do SESCOOP/AM – Sistema de Cooperativas do Amazonas, que apresenta relatório em cima do êxito que é o sistema cooperativista brasileiro.

No meu Estado, temos 25 cooperativas agropecuárias, com 1.722 cooperados. E temos cooperativa de consumo, de crédito, de educação, habitacional, de saúde, de trabalho, de transporte, de produção, num total de 108 cooperativas no meu Estado, com 16.224 cooperados e 1.051 funcionários no total.

Saúdo o Deputado Estadual Luiz Castro, que é um ativista do movimento cooperativista!

Resumo para V. Ex^a o que é o cooperativismo no Brasil: 252 mil empregos gerados, 947 mil pessoas formadas, 1,7 milhão de brasileiros diretamente beneficiados, R\$161 milhões aplicados em capacitação profissional e lições de cidadania.

Desde a sua criação, em 3 de setembro de 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) ajudou a mudar a vida de milhares de brasileiros por meio de ações, programas e cursos que estimulam a cultura cooperativista.

Graças à entidade, mais de 194 mil crianças do ensino fundamental ganharam uma formação mais ética e solidária nas escolas da rede pública. Os mais velhos receberam o apoio e o conhecimento profissional para montar ou aprimorar suas cooperativas – sociedade simples de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns.

Ao fazerem isso, ajudam a gerar emprego e renda no País, levando diversos benefícios diretos e indiretos às comunidades em que estão inseridos.

Fomentado pelo SESCOOP, o cooperativismo tem ajudado a aumentar o poder de consumo e de investimento de seus sócios em todo o Brasil.

O sistema tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso ao crédito, à saúde, à educação, à moradia e ao mercado de trabalho.

Ele permite, por exemplo, que o produtor agrícola receba assistência técnica, garantindo uma produtividade maior e um custo mais baixo na aquisição de insumos. Além disso, tende a agregar mais renda aos seus trabalhadores.

Presidente Sarney, é duro, mas hoje temos que falar um pouco de Dante de Oliveira. V. Ex^a tomou a iniciativa de apresentar um requerimento – e vi sobre a mesa um requerimento da Senadora Heloísa Helena, no momento em que tive a honra de presidir a sessão. O documento que eu próprio elaborei foi corroborado, nos seus termos, pelo Senador Geraldo Mesquita, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Sibá Machado.

Ontem, tomei um choque; quando chegava de São Paulo, após uma viagem política que para lá havia empreendido com o Senador José Agripino. O motorista me disse que o Governador “Dantas” havia falecido. Como não há nenhum Governador “Dantas” e eu poderia citar algum, pelo menos um, ex-Governador com esse nome, logo me veio à cabeça algo em que eu me recusava a acreditar: que o motorista estava impreciso na definição do nome, e que Governador “Dantas” era ex-Governador e não era “Dantas” e, sim, Dante. E, se fosse Dante, seria o Dante de Oliveira. Levei um choque.

Eu sabia que o Dante de Oliveira era diabético e do cuidado apenas relativo que tomava com essa doença perigosa, de caráter progressivo, uma doença que vai degenerando aos poucos. Eu sabia que ele era amante da boa mesa e, muitas vezes, do bom copo, que ele jamais foi sedentário, que sempre fazia sua atividade física, o que é essencial para equilibrar o portador de diabetes, mas eu via no Dante a contradição com muita coisa que se diz das fases avançadas ou terminais desse mal: uma figura enérgica, sempre entusiasmada, sempre corajosa, sempre recomeçando. Agora mesmo, preparava-se para recomeçar, voltando à Câmara, aonde chegara junto comigo em 1982, depois de ter sido tudo em seu Estado.

Dante foi Prefeito duas vezes, Governador duas vezes, surpreendentemente derrotado na eleição para o Senado, mas alguém que tinha o recomeço como uma das suas marcas. Por exemplo, quando ele foi nomeado por V. Ex^a Ministro da Reforma Agrária, foi algo incrível. Foi uma honra tão grande para Cuiabá toda, que houve uma torcida: torceram um pouco a Constituição. Dante não precisou renunciar à Prefeitura, e, a meu ver, a lei constitucional mandava que ele renunciasse à Prefeitura. Mas Cuiabá ficou tão honrada com o convite que V. Ex^a fizera ao seu ilustre filho para ser Ministro da Reforma Agrária que todos, inclusive os mais renhidos opositores com os quais ele se defrontava, fingiram que não viram. E Dante pôde se licenciar da Prefeitura e assumir o Ministério. Foi compreendido pelo povo que ele, que mal começava seu mandato na Prefeitura, deveria mesmo ser Ministro da Reforma Agrária.

Há uma máxima que diz que todo aquele que foi um bom, ou razoavelmente bom prefeito, elege-se três vezes deputado federal sem fazer força alguma. Essa é uma máxima que vemos na prática da nossa convivência com a Câmara dos Deputados.

Pois o Dante foi o Deputado Federal mais votado da história de Mato Grosso, numa eleição, Presidente Heloísa Helena, em que ele não conseguiu legenda para tomar posse. Candidatou-se pelo PDT praticamente sozinho, com pouquíssimos votos de legenda, até porque desfalcado da figura emblemática e forte do candidato a Governador. Ele foi o candidato mais votado, mas não conseguiu o mandato de Deputado. Recomeçou. Como alguém que foi Prefeito e Ministro não se elegerá Deputado Federal? Teve votos, mas não se elegeu.

Depois, elegeu-se Governador por duas vezes. Alguém pode dizer no íntimo: Está eleito, está nomeado Senador. Concorreu à eleição como Senador, conforme me parece ser regra. Alguém que sai de um governo não tem apenas o direito de disputar o Senado – pa-

rece-me republicano que alguém que sai do governo exerce o dever de disputar o Senado, porque se eleger para ocupar cargo na Câmara dos Deputados é muito fácil. O julgamento do Governador se dá quando ele disputa o Senado. Dante fez o que manda o bom figurino republicano: disputou vaga no Senado e perdeu a eleição. Teve uma votação muito boa, muito expressiva, mas perdeu. Não incumbe a nós agora buscar as causas, as razões. O fato é que perdeu.

Alguém diz: qual o caminho, cuidar de assuntos privados ou recomeçar? Novamente Dante recomeçava. Lembro-me, Senador José Sarney, de que, quando aqui chegamos, a Câmara nos hospedou no Eron Hotel. Eu conhecia o Dante como ele me conhecia. Éramos dois jovens homens públicos de Esquerda que tinham um passado de combate ao regime autoritário desde a época estudantil. Não foi difícil me aproximar do Dante e ele de mim. Eu percebia no Dante algo que o fazia diferente de outros. Enquanto cuidávamos de papéis para tomarmos posse na Câmara, ele estava já, e com uma lista recolhendo assinaturas para a tal Emenda das Diretas. Eu a assinei, assim como assinaria qualquer emenda para tramitar. E, no caso das Diretas, com muito entusiasmo, mas sem nenhuma crença de que fosse por ali o veículo. Eu sabia que as eleições diretas viriam. Mas eu não podia imaginar que viessem pela emenda do Dante de Oliveira. Eu a assinei. E ele saía de mesa em mesa, de lugar em lugar, de pessoa em pessoa; e pegava os Deputados antigos; e as pessoas assinavam, todas elas – acredito eu – com o mesmo nível de crença objetiva que eu tinha: pouca crença. E o Dante vai e coloca para tramitar a sua emenda.

Um belo dia, nós percebemos que havia uma grande oportunidade de levarmos o povo às ruas para decretarmos o fim do regime que, por massacrar, fatigava o povo brasileiro. E o Dante virou o ícone, o emblema do sentimento democrático. E foi tão expressiva a mobilização que, com muita dissidência nas hostes do PDS – a começar pelo seu filho, Deputado Sarney Filho, e tantas outras figuras valorosas – nós obtivemos mais votos “sim” para a Emenda Dante de Oliveira do que votos “não”. Então, é duro dizer que ela foi rejeitada. Ela não atingiu a exigência constitucional, mas ela não foi rejeitada. A maioria não a rejeitou, a maioria a aprovou. E nós, então, fizemos da campanha do Dante a alavanca para aquele episódio que culminou com a vitória de Tancredo Neves e de V. Ex^a – Tancredo, Presidente; e V. Ex^a, Vice-Presidente – no movimento que principiou, efetivamente, a transição democrática no País. O Dante foi, portanto, relevante.

Eu me lembro daqueles dias angustiantes, angustiantes porque em determinado momento víamos

aquele desvario do general Newton Cruz aí fora, com aquele seu corcel branco – uma coisa estranha –, e passar por aquele corredor polonês era uma humilhação diária para os Deputados que mais se destacavam no combate. Por outro lado, era uma coisa incrível, porque o lugar para se tirar forra do general Newton Cruz era a tribuna: ouvíamos as bobagens que ele e os outros falavam lá fora e vínhamos para cá, onde desopilávamos o fígado.

E criou-se um ambiente em que, quando fomos ao Colégio Eleitoral, tínhamos a praça querendo a vitória de alguém que não fosse Paulo Maluf, que não fosse a continuação do regime. Foi graças à pressão da praça pública e, portanto, graças ao rescaldo daquele belo movimento das Diretas Já, que se logrou o povo nas ruas para pedir a eleição de Tancredo Neves, e, enfim, mudou-se o quadro numérico aqui do Congresso Nacional e do Colégio Eleitoral.

Havia um sistema em que determinado número de Deputados Estaduais também se agregava ao Colégio de Senadores e Deputados, e a inversão foi incrível. A pressão da praça pública foi fundamental para isso. Os comícios de Tancredo e Sarney eram tão grandes, tão grandiosos, quanto o das Diretas. Houve um movimento no PMDB de pessoas muito bem-intencionadas, mas um movimento que não tinha o menor cabimento: aquela história de Diretas Já, só Diretas Já, meu Deus, estou numa luta, tento as Diretas, não deu... Houve gente que tentou a via, que sempre reprovei, da luta armada. Tentei a via da organização popular, a via democrática, não deu, faço o quê? Deixo Maluf se eleger?

Então, certa vez, Presidente Sarney, eu estava na tribuna e é aquela história: companheiros que nunca tinham se separado, se separaram naquele momento, alguns não querendo ir ao Colégio Eleitoral, enfim... O Deputado Amaral Neto – que é uma figura que eu estimava muito, admirava, querido amigo, querido adversário – me aparteia, dizendo que: Puxa! O deputado fulano, deputado beltrano estão no Só Diretas; V. Ex^a, com sua atuação, não está no Só Diretas. Eu, então, disse: Deputado Amaral Neto – até então estava muito sofrido, estava muito temeroso de estar errado na minha postura de ir ao Colégio Eleitoral –, quando V. Ex^a agora me aconselha a não ir ao Colégio Eleitoral, tiro as minhas dúvidas: estou certo em ir ao Colégio Eleitoral, porque V. Ex^a não ia me aconselhar a derreter o regime que, com tanto brilho, com tanta valentia, defende.

Mas quero registrar que certas pessoas vão para história, vão para história. Foi histórico, Presidente Sarney, seu gesto de receber Giocondo Dias e João Amazonas no Palácio do Planalto; era um tabu. Fez

história o gesto do Presidente Fernando Henrique de anistiar, **post mortem**, Marighella; e não foi o mais relevante ou o mais difícil. Mais difícil foi anistiar Carlos Lamarca. E não se anistia Marighella antes e sozinho porque precisava completar todas as gestões militares para poder fazer a mesma coisa com a figura do Capitão Carlos Lamarca.

Outro dia estávamos discutindo se o embaixador fulano de tal foi ou não foi do sistema de segurança, enfim. Conheci o embaixador, uma figura sofrida. Algumas pessoas do tempo passado me procuraram para falar algumas coisas do embaixador. E eu disse: a anistia não valeu só para quem combateu o regime, mas também para quem errou pelo lado da defesa do regime. Anistia é anistia, para começar de novo e não ficar remoendo mágoas e ódios e termos um País que abra suas janelas para frente.

O Dante faz parte da História. Digamos que ele não voltasse à Câmara dos Deputados, ele que estava sem mandato agora; e sem mandato, exercitava, dentro do PSDB, uma atividade partidária mais expressiva do que a de muita gente que tem mandato. Até porque o Dante tinha um mandato dentro da sua alma, o mandato do militante, o mandato do sujeito que não precisava ter ido às urnas para buscá-lo, o mandato do ativista, do organizador, enfim, do trabalhador incansável. O Dante, se não voltasse nunca mais a ter mandato formal, ainda assim estaria na História, porque não é possível que o País deixe de tratar com a devida ênfase, com o devido respeito, com a devida lembrança, o que foi o movimento das Diretas Já.

É aquela coisa de bastar fazer uma vez, uma coisa só, e ele fez. Outras carreiras são escadas: um degrau, outro degrau, um fato aqui, um fato acolá. O Deputado Dante de Oliveira, Governador, quase Senador, Prefeito, Ministro, praticou um gesto na vida, no meio de tantos, e este gesto o consagrou: a emenda das Diretas Já.

Assim também vejo em V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, a figura da história também. Não é todo mundo que faz o que V. Ex^a faz, ao colocar a idéia – para muitos, utópica – da organização de um partido pequeno, com uma candidatura a Presidente numa situação difícil, colocando isso acima daquela história da sobrevivência do mandato. Meu pai, que foi colega do Presidente José Sarney, dizia que mandato é uma coisa que não faz falta a ninguém, até ter o primeiro. Dizia ele que até ter o primeiro não precisa ter nenhum, porque o economista brilhante fala muito bem sobre economia no Estado dele, o Conselho Regional de Economia o promove, ele ganha as manchetes dos jornais; aí se elege Deputado Federal por causa disso. Mas se não for reeleito, tem um outro economista brilhante que, sem

mandato, ocupa o lugar dele; e as pessoas preferem ouvir aquele que nunca teve mandato a ouvir aquele que já teve um mandato.

Isso não se aplica à Senadora Heloísa Helena, que vai disputar uma eleição para Presidente da República, com todos os riscos que isso significa. Mas claro que ampliando uma liderança nacional, algo muito expressivo, muito forte.

Mas percebo o gesto da coragem. Ou se faz ou não se faz história. E não se faz política, não se constrói democracia sem a figura da coragem, sem a figura da opção, sem a figura da opção muito clara.

Portanto, Presidente José Sarney, eu, que viajo agora, apresso-me para encerrar porque tenho vontade de ouvir pelo menos o início do seu pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, e passo a palavra ao Presidente José Sarney para o encaminhamento do requerimento de sua autoria.

Há também um requerimento de pesar, de autoria do Senador Arthur Virgílio e de outros Senadores da Casa, pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Governador Dante Martins de Oliveira, ocorrido ontem, dia 6 de julho.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 795, DE 2006

Sr. Presidente,

Pelo Falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Governador Dante Martins de Oliveira, ocorrido dia 6 do corrente, requeremos, nos termos do art. 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família; ao Estado e à Assembléia legislativa do Estado de Mato Grosso; à Câmara dos Deputados e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **José Sarney**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento está assinado pelo Presidente José Sarney, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Estimada Presidente, Senadora Heloísa Helena, meus caros colegas que aqui estão, começo as minhas palavras ainda marcado pela emoção com que o Senador Arthur Virgílio concluiu o seu discurso. As suas lágrimas, sem dúvida, mostram a comoção da classe política brasileira com o falecimento de Dante de Oliveira.

Vem dos gregos a simbologia, que os romanos muito adotaram, de que as vidas que não se concluíam, vidas que eram tão bonitas, tinham como símbolo uma coluna partida. A coluna era, sobretudo, a demonstração artística do que eles tinham construído e espalhado no mundo inteiro, nas grandes construções que fizeram os romanos, como aquela sustentação erguida para o céu de todo o peso da glória. A coluna era, sobretudo, um símbolo da glória. Muitos estilos dela existiram e, para mim, a mais bonita é a coluna dórica, com aquele capitel de palmas, tão marcante e belo, que atravessou os séculos e os milênios e que até hoje nos deslumbram, mesmo que sejam nas suas mais remotas ruínas.

Ocorreu-me, com a morte de Dante de Oliveira, a imagem dessa coluna partida. Ele não chegou a concluir sua trajetória; sua vida foi repentinamente ceifada. Por isso mesmo, porque sua vida era uma coluna ainda não terminada, todos sentimos essa emoção profunda.

Tínhamos a noção de que a carreira política do Dante de Oliveira, a sua força, entre derrotas, fracassos e vitórias, era destinada a ser concluída como uma grande presença na história política brasileira, que foi e que seria até o fim de sua vida. Isso era o que todos esperávamos; jamais pensávamos que ela seria interrompida e que seria tão breve.

Dante era uma figura que tinha uma marca excepcional, além dos seus talentos, além de suas grandes virtudes, além do grande político. Ele era uma figura humana inconfundível.

O Dr. Ulysses o tratava com um carinho quase paternal. Às vezes, falava com ele como se estivesse falando com um filho, gostava de censurá-lo nas pequenas coisas, nos pequenos gestos, que era uma maneira de ele demonstrar o carinho que tinha pelo Dante de Oliveira.

E o Dante teve uma virtude: prolongou a sua juventude a vida inteira. Conseguiu que os anos passassem e ele se transformasse sempre naquele jovem idealista que foi desde o princípio. Quando encontrávamos o Dante, era como se estivéssemos encontrando aquele mesmo moço, com aquelas mesmas virtudes, aquela mesma força interior, aquela mesma simpatia e com a cabeça sempre cheia de planos.

O Dante sempre tinha um plano e, quando encontrava conosco, ele o apresentava. Ele nunca falava do passado, falava sempre do presente ou do futuro: “Estou fazendo isso, vou fazer aquilo”, quando era nacionalmente, nacionalmente; quando era na prefeitura, na prefeitura; quando era no Estado de Mato Grosso, no Estado de Mato Grosso.

Recordo-me de quando fomos inaugurar – ele me convidou, foi uma grande gentileza sua; eu já não era Presidente, ele era Governador – o primeiro trecho da estrada de ferro ligando Cuiabá às estradas de ferro paulistas. Eu tinha concebido aquelas duas grandes linhas, diretrizes ferroviárias, que eram a Norte-Sul e a Leste-Oeste, para que, a partir daí, tivéssemos um novo País, construído com estradas de ferro, como elas hoje estão se tornando, pois renasceram como as grandes transportadoras do progresso. E fui com o Dante inaugurar aquela primeira parte que foi concluída – que tinha sido concebida e iniciada no tempo em que eu era Presidente. Lá Dante não falava da estrada que estava inaugurando, ele falava da estrada que ia ser construída. Parecia que estávamos lançando uma estrada inexistente que ia até São Paulo. Ele sonhava com o futuro.

Ele sempre tinha essa característica. Eu sempre dizia a ele: “Dante, esse é um segredo que ninguém sabe que você tem: você prolongou a sua juventude, e ela não acaba nunca”. Às vezes, queremos ser jovens, mas, evidentemente, para cada tempo, o seu tempo.

E criamos um excelente relacionamento pessoal.

Ulysses Guimarães, como eu disse, gostava muito dele. Eu também gostava muito do Dante. Ele sempre foi muito atencioso e gentil comigo. Às vezes, eu discutia com ele – quando conversávamos como Ministro e Presidente, como políticos –, como se nós estivéssemos tratando, assim, de duas pessoas da mesma geração, quando, na realidade, às vezes eu é que me tornava jovem e não era ele que se tornava mais velho do que ele era.

Durante a campanha presidencial, o nosso relacionamento se estreitou. Ele, já, então, tinha o seu nome consagrado, porque aconteceu com ele aquilo que poucas vezes acontece com os políticos: ele apresentou uma Proposição e essa Proposição, como disse o Senador Arthur Virgílio, era uma Proposição para ficar perdida em meio às proposições que existem e, de repente, o momento histórico do País se encontra com aquela iniciativa. Aí, a Emenda que era para restaurar eleições diretas ficou com o seu nome, ficou marcada como Emenda Dante de Oliveira. A partir desse instante, ele juntou o seu nome não somente a uma Emenda mas ao próprio movimento pela restauração da democracia no País. A partir daí, ele foi uma liderança sempre presente, porque ele não era ele – ele era um símbolo, o símbolo do ideal que encarnara. Assim, ele comparecia aos comícios, por todo o Brasil, que nós fizemos e que o Tancredo concebeu para legitimar a sua presença no Congresso Nacional, a sua vinda ao nosso colégio eleitoral.

Quando Presidente da República, logo em seguida, foram realizadas eleições para prefeitos. Muitas pessoas me censuraram por causa disso. Muitos amigos nossos diziam: mas como pode, logo ao assumir a Presidência, com tantos problemas, V. Ex^a consentir com a realização das eleições para prefeito? A minha resposta foi a seguinte: nós temos, depois de um regime autoritário, de abrir todos os espaços. Se não abrirmos espaços para que todas as correntes políticas do País se manifestem, correremos o risco de se criarem bolsões de pressão que poderão dificultar a atividade governamental.

Dante foi eleito prefeito e fez uma excelente administração. Ele vinha ao meu gabinete constantemente. Quanto trabalho me dava! Isso porque ele sempre me pedia coisas que eram impossíveis. A Presidência, de certo modo, é um exercício de dizer não quando queremos dizer sim. Na realidade, a função do Presidente é defender o País e defender a administração pública. Isso nos obriga, de certo modo, a fazer o possível e não o impossível. Na administração, isso ocorre. Dante vinha cheio de planos. Eu me lembro de um plano de saneamento de Cuiabá que ele me trouxe. Era um plano mirabolante. Então eu disse a ele: “Dante, o seu plano é excelente, mas tem um defeito”; ele me perguntou qual era e eu respondi a ele: “é inexecutável, porque não temos recursos para isso e nem você ainda tem projeto, o projeto ainda está na sua cabeça”.

Depois, vagou o Ministério da Reforma Agrária. Ninguém falou comigo – o que ocorreu algumas vezes que fui Presidente –, ninguém fez sugestões e na minha cabeça veio Dante de Oliveira: vou trazer o Dante e fazê-lo Ministro. Mandeí chamá-lo e o convidei para ser o Ministro da Reforma Agrária e a primeira pergunta que ele me fez foi: “você já falou com o Dr. Ulisses?” Eu disse: “Dante, não falei com o Dr. Ulisses, o Dr. Ulisses vai ter essa surpresa”. Inclusive aconteceu um fato interessante, ele saiu dali e encontrou Ulisses num restaurante, com alguns amigos, almoçando, ele chegou e disse ao Ulisses que o Presidente o tinha convidado para Ministro da Reforma Agrária. Ulisses então, meio jocosamente, também porque não sabia daquilo, disse: “o Sarney ficou doido!” O Dante disse: “Dr. Ulisses, se o senhor não concordar eu não vou assumir”. Não sei quem foi o interlocutor, parece-me que foi Valdir Pires, que estava junto e disse: “Dante, vai assumir o seu cargo e deixa o Ulisses terminar o seu almoço”.

Então, o Dante foi meu Ministro da Reforma Agrária. Um excelente Ministro, porque representava um símbolo nacional e todos tinham confiança de que a situação no Ministério teria uma ação profundamente isenta e favorável a avanços na área fundiária.

Esse Ministério da Reforma Agrária é outra coisa interessante. Quando assumi a Presidência, nos papéis, nos acervos que o Tancredo Neves me deixara não existia Ministério da Reforma Agrária, mas Ministério de Assuntos Fundiários. Por quê? Porque, no Brasil, àquele tempo – e é natural, pois cada tempo tem seus costumes, seu jeito de ser –, havia palavras que eram malditas. Reforma agrária era um termo maldito. Quem falava em reforma agrária era considerado agitador, um anarquista que queria tomar a propriedade de todo mundo. Então, era uma expressão maldita. Não se podia falar em reforma agrária. Quem dissesse que era favorável à reforma agrária era, imediatamente, taxado de comunista, de anarquista ou até de um sujeito que tinha maus hábitos ou maus costumes.

Quando, então, nos sentamos para discutir o projeto do Ministério da Reforma Agrária, eu disse que daríamos ao Ministério de Assuntos Fundiários o nome de Ministério da Reforma Agrária. Todo mundo ficou parado. Perguntaram-me: “Mas Ministério da Reforma Agrária?” Respondi: “Sim, porque matamos, de uma vez por todas, essa discriminação. Vamos colocar Ministério da Reforma Agrária. Se é reforma agrária que nós desejamos, porque vamos escondê-la através de um eufemismo como ‘assuntos fundiários’?”

Assim, o Ministério foi criado como Ministério da Reforma Agrária, e o Dante foi nomeado Ministro da Reforma Agrária. Felizmente, tivemos dois grandes Ministros da Reforma Agrária: Dante de Oliveira, que desaparece agora, e Marcos Freire, outra figura excepcional que desapareceu ainda Ministro, com quem o destino foi injusto, porque ele ainda teria uma brilhante carreira de serviços a prestar ao nosso País, além dos já prestados.

Senadora Heloísa Helena, o Senador Sibá Machado falou, há pouco, do movimento pela legalização dos partidos comunistas. Comunismo era outra palavra que também não se podia falar. Comunista era aquela pessoa que matava as crianças, gente para quem os fins justificavam os meios, que não tinha sentimentos. Ser comunista era, de certo modo, algo criminoso.

Havia, então, o processo da legalização dos partidos na clandestinidade. Recordo-me que Tancredo respondeu, quando indagado sobre o tema, que esse era um assunto da Justiça. Realmente, tínhamos problemas sérios, porque havia reações de áreas conservadoras, de alguns setores militares. Eu não disse nada a ninguém.

No dia em que Tancredo morreu, seu corpo veio para o Palácio, porque a multidão queria, por força, que o corpo viesse para cá, e aguardamos sua chegada por duas ou três horas. Ele vinha num carro do Exército e havia pessoas com certas posições que achavam que

o corpo não devia vir num carro das Forças Armadas e criou-se um impasse.

No meio desse impasse, fiz um pouco aquilo que o Milton Campos fez, quando houve uma greve, em Minas Gerais, quando lhe perguntaram:

“– Vamos mandar a Polícia?”

E ele disse:

“– Não, vamos mandar o trem pagador, porque, se eles estão fazendo greve por não receber os seus salários, em vez de mandar a Polícia, a gente manda o trem pagador.”

Eu, então, o que fiz? No meio daquela perplexidade chamei o Haroldo Lima, Líder do Partido Comunista Brasileiro – PCdoB, todos os Deputados de Esquerda, os comunistas conhecidos, naquele tempo no PMDB, mas todos nós sabíamos quais eram as suas ideologias, e disse:

“– Quero que vocês me ajudem. Vamos ver se a gente consegue ter um gesto, porque nós estamos enterrando o nosso grande Líder.”

Eles tiveram um diálogo grande com as militâncias que ali estavam, foi permitido e trouxemos o corpo. Ninguém estava sabendo e, até hoje, quase ninguém sabe desses fatos, mas era uma maneira de agir.

Pois bem. Quando chegou a vez da legalização dos Partidos Comunistas, eu também fiquei calado e chamei a Bancada dos Partidos Comunistas ao Palácio e batemos uma fotografia. No momento em que o Presidente bate uma fotografia com todos os comunistas, uma palavra que era maldita, evidentemente – eu tinha certeza – acabávamos com a chamada discriminação. Não se tratava de legalização, o que, historicamente, eu tivesse tido a felicidade de fazer, mas acho que há uma certa contribuição minha no fim da discriminação.

Em seguida, liguei para o João Amazonas e o convidei para jantar no Palácio do Planalto. De repente, a Nação estarrecida assistia o João Amazonas jantando com o Presidente da República no Palácio e nós discutindo o problema da convivência, da divergência, o que acho que é a essência, o grande problema da democracia. Fiz a mesma coisa com Giocondo Dias, de quem eu gostava muito. Conheci-o através do Jorge Amado e posso dizer que tivemos uma grande amizade. Quando ele adoeceu na União Soviética, também tive oportunidade de escrever-lhe e mandar visitá-lo, sempre o assistindo com as minhas preocupações.

Estou falando isso porque essas coisas foram lembradas aqui, mas para falar sobre o Ministério da Reforma Agrária. Entreguei esse Ministério a Dante de Oliveira, que foi um excelente Ministro. Devemos a ele uma época de tranquilidade e de diálogo naquela área. Ele saiu para ser candidato a Deputado Federal e, de-

pois, a Governador do Estado, que exerceu por duas vezes, e cumpriu a sua vida. Portanto, a comoção do Senador Arthur Virgílio é uma comoção que também é nossa, minha particularmente.

Confesso que, ontem à noite, não soube do falecimento do Dante de Oliveira e vim saber pela manhã bem cedo. Meu filho José me telefonou e comunicou a morte do Dante de Oliveira. Realmente, senti um momento de grande comoção interna, certa tristeza em sentir que a paisagem humana que cercou nossa vida inteira, as afeições, carinhos, pessoas, o tempo vai fazendo com que ela desapareça.

Mas o que fica do Dante, na minha lembrança e, eternamente, na minha saudade, é, sem dúvida, a figura de um grande homem público, sobretudo, de um homem público que conseguiu vencer o tempo e ser um jovem até o fim da vida. Creio que ele está hoje chegando junto ao Criador e apresentando muitos planos para salvar o mundo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento, com o qual compartilho. Já está aprovada a homenagem.

A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, juntamente com seu belo pronunciamento, Senador José Sarney.

O Requerimento lido vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com referência à homenagem de pesar, há, ainda, sobre a Mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 796, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Governador Dante de Oliveira.

Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no inciso II e na alínea “e” do disposto no inciso III do art. 218 do Regimento interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e, duas vezes, Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, que ocorreu ontem em Cuiabá.

Solicitamos, ainda, que nossas condolências sejam levadas à viúva Thelmade Oliveira e a toda a sua família.

Justificação

O Brasil e as lutas democráticas muito devem ao jovem Deputado do PMDB Dante de Oliveira, re-

presentante do Mato Grosso, ontem falecido, aos 54 anos. Em março de 1984, Dante tomou uma iniciativa então considerada apenas uma corajosa provocação e apressou a queda do regime. O movimento Diretas Já, coordenado pelo PMDB, uniu as forças democráticas em torno de uma idéia poderosa, comprovando historicamente, mais uma vez, o poder das idéias diante da força das armas.

Dante de Oliveira inscreveu seu nome na história do Brasil, como autor da Emenda das Diretas Já, também conhecida como Emenda Dante de Oliveira. Foi um ano ‘quente’. Em todo o País, as praças ficaram lotadas com milhares de pessoas que aderiam às manifestações pela democracia e compareciam aos comícios que reuniam as principais lideranças democráticas. Entre eles, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Lula, Brizola, Franco Montoro e Mário Covas. Artistas famosos aderiram ao movimento, como Chico Buarque, Fafá de Belém, Milton Gonçalves, Fernanda Montenegro e Elba Ramalho. O mais conhecido locutor esportivo do país, Osmar Santos, era o principal orador.

A emenda Dante de Oliveira foi votada sob tensão, com ameaças do regime ao Congresso. Recebeu a maioria dos votos do Plenário, 298 à 65, mas faltaram 22 votos para atingir o **quorum** mínimo de dois terços, necessários para alterar a Constituição. Mas, o movimento democrático que a emenda das Diretas deflagrou, acabou por levar à queda do regime militar no colégio eleitoral, no ano seguinte. Assim, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves derrotou o candidato do governo, Paulo Maluf, na eleição indireta para a Presidência da República, por 480 votos a favor, contra 180 e 26 abstenções.

Dante de Oliveira merece todas as nossas homenagens, em especial do Congresso Nacional, instituição que soube honrar com sua atuação corajosa e determinada. Porém, mais do que isso, Dante se transformou num exemplo para as novas gerações, porque foi um brasileiro que fez a sua parte, pensando num País melhor para se viver, com liberdades democráticas e melhores perspectivas de futuro.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Da mesma forma, a Mesa encaminhará o requerimento que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo tempo que entender necessário, para o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, acabo de fazer um pedido ao Senador José Sarney para que nos avise toda vez que vier à tribuna, para que possamos ter o privilégio de ouvi-lo, porque sua fala é sempre um passeio pela história. Hoje S. Ex^a revelou fatos que nos remeteram a épocas em que tínhamos profunda preocupação com a condução e com os destinos do nosso País.

Sr^a Presidente Heloísa Helena, ontem V. Ex^a iniciava sua campanha no Rio, e eu falava aqui da minha ida à Venezuela para participar de reunião com Parlamentares daquele país, do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. Essa reunião antecedeu o ato em que os Presidentes desses países assinaram o protocolo de ingresso da Venezuela no Mercosul. Estive lá por três ou quatro dias, com uma agenda intensa de trabalho e de discussões. Assisti com muita satisfação, como convidado, à sessão ordinária da Assembléia Nacional, que aprovou, no âmbito do Poder Legislativo, a postulação e o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Sr^a Presidente Heloísa Helena, firmei o entendimento de que, sempre que possível, me vou referir a esse tema. Alguém poderia perguntar: por que um Senador do Acre fala sobre o Mercosul, se interessa por esse tema?

Sim, sou um Senador do Acre, Senador José Sarney, e entendo que, até agora, o Mercosul tem sido, como eu disse ontem, um nicho. Ontem usei uma expressão que talvez não traduza todo o realismo que se passa no âmbito daquele foro, mas serve para avivar as cores do que eu estava falando. Eu disse que o Mercosul ainda é um “clube do bolinha”, que interessa praticamente, tão-somente à Fiesp, ao grande capital e pouco transita, Senadora Heloísa Helena, entre os trabalhadores brasileiros, entre aqueles que representam a pequena e média indústria nacional.

Não faço crítica alguma à Fiesp, àqueles que têm trânsito, prestígio e influência no Mercosul, porque estão ocupando espaço. Quando há reuniões de Parlamentares, há sempre aquele queixume de que precisamos tornar o Mercosul, nos nossos países, um assunto de debate nacional, um assunto de interesse social. Esse é um queixume que não assumo. Na política, no campo social e cultural, não há que se cogitar, Senador José Sarney, o fato de sermos autorizados a isso ou àquilo. Devemos ocupar os espaços. Quem não os ocupa, os terá ocupados por alguém. O grande capital no nosso País ocupou espaço no Mercosul. Cabe aos trabalhadores brasileiros, às pequenas e médias empresas ocuparem esse espaço também.

Portanto, o Mercosul tanto interessa à Fiesp, Senador Sarney, como interessa aos seringueiros lá do Acre. Sabem por quê? Lá produzimos ainda borracha

e castanha; a Venezuela, por exemplo, é uma grande produtora de petróleo. Sabe V. Ex^a que, no Acre, temos a melhor macaxeira – às vezes é meio cabotino dizer “do mundo”, não é, Senador Sarney? Mas talvez seja mesmo a melhor macaxeira do mundo. Produzimos a melhor farinha do mundo, e V. Ex^a sabe de uma coisa? Podemos produzir a melhor fécula do mundo, e fécula é um produto utilizado na prospecção de petróleo – coisa interessante. Então, poderemos ser fornecedores à Venezuela de fécula, de macaxeira – ou “mandioca”, como se diz no sul.

Interessa, sim, a um Senador do Acre a questão do Mercosul, que, hoje, acredito deva se fortalecer não só com o ingresso da Venezuela em seu contexto, como também, Senador Sarney, com a constituição do Parlamento do Mercosul, a ser instalado até o final do ano, como V. Ex^a sabe. Creio que esse é o resultado da compreensão de que não podemos deixar que o Mercosul continue sendo manejado tão-somente pela burocracia estatal, que muitas vezes atua com uma frieza impressionante.

Acredito que as representações populares dos nossos países, em se constituindo o Parlamento do Mercosul, poderão, sim, dar repercussão no seio das nossas sociedades a esse assunto tão importante.

Ontem usei, inclusive, a imagem de uma mão sendo constituída. Até então, tínhamos, digamos, quatro dedos: Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. A mão acaba de se completar, Senador Sarney. Com essa mão completa – com um dedo, não conseguimos fazer muita coisa, mas, com os cinco fechando e abrindo, fazemos muita coisa –, ela se fortalece, e podemos acenar para outros companheiros.

O Acre é fronteira com Bolívia e Peru. Quem sabe, num futuro próximo, não teremos Bolívia e Peru ingressando no Mercosul, para que caminhemos celeremente para a constituição daquilo com que tanto sonhamos, que é a integração da América Latina? Não me refiro apenas à integração econômica, mas política, social e cultural. Quanta coisa bonita vemos, quando andamos por aí, Senador Sarney, no campo da música, do teatro, do cinema, das tradições? Precisamos nos integrar nesses aspectos também.

Cogito, inclusive, apresentar uma sugestão a esta Casa, quem sabe no âmbito da Comissão Mista do Mercosul, que pertence ao Congresso Nacional, levar a efeito um plano de inseminarmos esse assunto, de levarmos esse assunto a debate público nacional, inicialmente realizando audiências públicas pelos Estados afora, Senador José Sarney, convocando segmentos da sociedade, produtores, segmentos políticos, sociais, culturais, para que esse assunto seja exaustivamente

debatido, para que a sociedade assuma a condução dos assuntos que dizem respeito ao Mercosul.

Portanto, pretendo e cogito, Senadora Heloísa Helena – não sei por que via, mas vou sugerir à Casa –, que esse assunto seja exaustivamente debatido em nosso País, que seja um assunto popular mesmo, que interesse aos trabalhadores brasileiros. Eles precisam colocar o pé nisso aí. Eles precisam ter representação, inclusive, no Mercosul, para que os seus interesses sejam contemplados, para que as suas aspirações possam ser agasalhadas no âmbito desse grande fórum.

Feita a referência ao Mercosul, quero falar de um assunto que traumatizou o povo brasileiro. Antes, porém, deixo as minhas condolências à família do ex-Governador Dante de Oliveira, tão bem lembrado pelos Senadores Arthur Virgílio e José Sarney. Tratava-se de uma figura pública que ganhou expressão nacional, num momento crítico da nossa história. Se somente aquele ato tivesse sido realizado, já lhe deveríamos respeito e consideração. Porém, a sua vida pública foi marcada por outros gestos, outros atos que devemos lembrar, a exemplo do que fizeram o Senador José Sarney e o Senador Arthur Virgílio. Portanto, as minhas condolências à sua família e que Deus o acolha com benevolência.

Há um outro assunto, Senador José Sarney, que traumatizou nosso país. Refiro-me ao futebol. Pode haver quem diga que não é adequado tratar de futebol no plenário do Senado, mas acho pertinente fazê-lo agora.

Antes do início da Copa do Mundo, aqui mesmo neste plenário, os companheiros que nos atendem tão gentilmente – são botafoguenses na maioria dos casos, Senadora Heloísa Helena – me perguntavam: “Qual a sua expectativa, Senador?” Eu disse: “Olha, estamos indo à Copa do Mundo com um conjunto de jogadores fantásticos e com um técnico medíocre”. Desculpem-me pela expressão, mas eu sempre achei mesmo, e o pessoal é testemunha do que eu dizia: “Um time composto de bons jogadores e com um técnico medíocre. Se ele não se atrever a dirigir esse time, talvez a gente colha um bom resultado”. Como todo brasileiro, porém, fiquei torcendo para que, de fato, viesse um bom resultado. Para mim, Senador José Sarney, não foi nenhuma surpresa o que aconteceu. Pode parecer suspeito dizer “bem que eu disse!”, mas não se trata disso. Mas a mediocridade do técnico Parreira...Joelmir Beting, comentarista do Jornal da Band, um dia desses, Senador Sarney – o assunto veio à baila e a referência era de alguém louvando aquela expressão utilizada pelo Parreira de que espetáculo é ganhar o jogo –, lembrou que, dos cinco campeonatos mundiais

que nós conquistamos, três deles o fizemos dando espetáculo. Ele lembrou a passagem de Garrincha em 58 e 62 e, repetindo, lembrou que três vezes nós ganhamos dando espetáculo. Não há, portanto, incompatibilidade alguma entre espetáculo e bom resultado. Pelo contrário, essas são ações complementares.

Não vou me estender na análise do fato porque ainda estou magoado, apenas tomarei a liberdade de ler um artigo do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, que, sem sair inteiramente da seara econômica, escreveu um artigo sobre futebol ontem na **Folha de S.Paulo** que lavou a minha alma, Senador Sarney. No artigo eu enxerguei a crítica que faço, a concepção que tenho do que aconteceu. Lerei o artigo, pois grande parte do povo brasileiro não lê a **Folha de S.Paulo** e não teve conhecimento deste artigo que traduz com precisão e de forma fantástica o que aconteceu com o nosso time e o que acontece com a economia do nosso País.

Ele diz aqui o seguinte:

A insinuação pode ser muito mais eficaz do que a afirmação pura e simples. A ironia, a indireta e recursos assemelhados tendem a criar uma cumplicidade com quem escuta ou lê.

Ou não? Nem sempre dá certo. Na quinta-feira passada, tentei usar a Copa do Mundo para insinuar algumas considerações sobre arte e política. Alguma dúvida? De quem era a epígrafe escolhida para o artigo? Fernando Pessoa, ora. Difícil imaginar alguém menos ligado a futebol.

Mesmo assim, alguns leitores condenaram a minha incursão futebolística. Queriam discutir se o árbitro havia ou não favorecido o Brasil, se o nosso time merecera ou não a goleada contra Gana etc. Outros recomendaram que eu não me afastasse da economia e da política...

Paciência. Vou insistir no assunto um pouco mais. Ainda não estou em condições emocionais ou psicológicas de escrever, com vontade e garra, sobre juros, câmbio, PIB, comércio exterior etc.

Todos os brasileiros (até a quinta coluna) estão traumatizados. A derrota de sábado contra a França foi, talvez, o pior momento da história do futebol brasileiro. Pior do que a derrota para a própria França em 1998, pelo placar mais dilatado de 3 a 0. Em 1998, ainda podíamos levantar hipóteses, apontar circunstâncias anormais, criar uma CPI para investigar uma partida meio estranha. Agora, não.

O “placar moral” foi, no mínimo, 3 a 0 para a França. Podemos dizer da derrota de sábado o que Churchill disse do vergonhoso acordo de Munique em que a Inglaterra e a França entregaram a sua aliada, a Tchecoslováquia, sem luta, à Alemanha nazista. *“We have sustained a total and unmitigated defeat”* (“Nós sofremos uma derrota total e consumada”).

Falo em Churchill e ocorre-me dizer que, em determinado momento, tive a nítida sensação de que a Inglaterra seria eliminada da Copa. Foi quando o seu técnico, um sueco, muito criticado por não saber inspirar os jogadores, declarou na véspera da partida fatal contra Portugal: “Serei o que sempre tenho sido. Não vou ler Winston Churchill hoje à noite nem tentarei ser ele”. Ora, o que é a equipe da Inglaterra sem Churchill, sem Império, sem esquadra naval? Sem isso, a Inglaterra não passa de um Bonsucesso, como dizia Nelson Rodrigues, referindo-se à seleção inglesa campeã do mundo em 1966 (campeã jogando em casa e no apito, lembre-se de passagem). Para as quartas-de-final de uma Copa do Mundo, a Inglaterra teria que entrar em campo com Churchill, almirante Nelson, Wellington, a rainha Vitória, o diabo.

Mas suecos e outros nada entendem de tradição imperial. Com isso, volto ao Brasil. O nosso problema, já sabemos, é a tradição colonial, que sobrevive mais ou menos intacta, como uma espécie de lodo inerte, no fundo do nosso subconsciente. Por isso, dizia Nelson Rodrigues, brasileiro não pode viajar. Quando desembarca na Europa ou nos Estados Unidos, cai de quatro e não levanta mais. Declara-se colônia, imediatamente.

Ora, os titulares da seleção brasileira de 2006 eram todos expatriados, pertencentes a times europeus. Logo depois do jogo contra a França, Armando Nogueira bradou indignado: “A seleção brasileira jogou com a frieza e a indiferença dos apátridas”. Perfeito. Não era uma seleção nacional, mas uma legião estrangeira. Um grupo de estrelas “globalizadas”, sem heroísmo, sem espírito de luta. Houve algumas exceções importantes, principalmente na defesa, mas predominaram o deslumbamento, a apatia e a inércia.

Em certo sentido, esses astros do futebol são a imagem perfeita das elites brasileiras, “globalizadas” e antinacionais, a imagem dos “brasileiros estrangeiros” que vêm desgover-

nando o Brasil há tanto tempo, especialmente na área econômico-financeira. Nas mãos desse tipo de gente, que joga para o empate ou para ganhar de pouco, nem a seleção nem o País passam das quartas-de-final. A economia brasileira não passa nem das eliminatórias.

E aí ele conclui, de forma soberba, dizendo o seguinte:

Um talento como o técnico Carlos Alberto Parreira não pode ser desperdiçado. Agora que ele ficou sem emprego, quem sabe não seria o caso de nomeá-lo para a diretoria do Banco Central? Lá também temos uma “legião estrangeira”, bem menos talentosa que a seleção de futebol, que joga feio, na retranca, bate uma bola superquadrada e está sempre afundando as esperanças do país.

Esse artigo diz exatamente o que está se passando no âmbito do futebol brasileiro e diz exatamente o que está se passando no âmbito da condução dos assuntos financeiros e econômicos do nosso País. Ele aqui faz uma imbricação de temas que aparentemente não tem nada a ver, para dizer exatamente, para traduzir o que está se passando em nosso País, tanto no futebol como na economia.

E aqui, mais uma vez, eu presto uma homenagem a uma figura que simboliza e representa o futebol brasileiro: o camarada Garrincha. Eu não quero ser injusto, Senador Paulo Paim, Não quero ser injusto, Senador Paim, ao dizer que o Ronaldinho tinha saudade da sua Ferrari. Depois de tanto tempo na Europa, talvez tivesse. Mas Garrincha, quando participava das copas, tinha saudade dos seus curiós, Senador Sarney; ele estava ávido para voltar ao País para cuidar dos curiós, para jogar pelada com os companheiros da sua cidade. Havia emoção, amor, aquela coisa forte. Para mim, Garrincha representa a expressão da arte do futebol brasileiro. Exigir, como Parreira exigia, do time – espetáculo é ganhar o jogo – é o mesmo que exigir que os nossos passistas, que as nossas sambistas, que as nossas mulatas ganhem o carnaval com suas escolas sem dar espetáculo. Isso é inconcebível!

Portanto, de tudo isso nós tiramos um grande proveito: Parreira nunca mais, futebol medíocre nunca mais! Vamos voltar para a seara que nós tão bem dominamos que é o futebol arte. Dizer que o futebol arte está com seus dias contados é balela, Senador Paim. Agora é que precisamos resgatá-lo; agora é que nossos jogadores precisam praticá-lo de forma exaustiva. Como lembrou bem Joelson Beting num comentário que fez num jornal da Band, de cinco Copas do Mundo de que o Brasil participou, ganhou três delas

dando espetáculo. Vamos retomar o espetáculo, Senadora Heloísa!

Vamos livrar o nosso País dos apátridas, daqueles que estão fora e dentro do Brasil, traindo o nosso País, traindo os interesses do povo brasileiro, traindo as nossas melhores expectativas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Presidente José Sarney pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento. Enquanto ele se dirige à tribuna, fica o meu apelo ao Senador Paulo Paim e ao Senador Geraldo Mesquita para que não se ausentem do plenário, pois eu gostaria de dar uma palavrinha daqui a pouco.

Peço desculpa a V. Ex^a, Senador Paim, por não ter podido participar da sessão especial de ontem sobre o Fator Previdenciário, em função de outros compromissos assumidos.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Presidente José Sarney, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Minha estimada Presidente Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, esta semana procurei ter a oportunidade de falar, mas, infelizmente, tivemos uma semana entre o vazio e muita coisa a fazer.

Mas é do meu dever, antes de começarmos a campanha presidencial, fixar minha posição aqui, porque vou, a partir da próxima semana, como candidato, praticamente me ausentar do Senado. Devo dizer das minhas posições e, ao mesmo tempo, fazer algumas considerações sobre as mesmas.

O Senador Geraldo Mesquita disse que o Brasil sofreu muito, a sua torcida sofreu muito. Realmente sofremos muito, mas agora temos outro grupo de sofrendores que são os candidatos.

Também na eleição, hoje, sofre-se muito. Vamos começar o nosso sofrimento, a nossa **via crucis** porque esse sofrimento não vai ser só da eleição, já começa na própria preparação, no registro dos candidatos. A classe política ficou tão desprestigiada, a legislação ficou de tal maneira detalhista que parece que estamos fazendo um registro para um concurso não para exercer cargos públicos, mas, sim, um concurso para fazer coisas que não devem ser feitas, tantos os documentos necessários. Fiquei até surpreendido, eu, que fui candidato a vida inteira, ontem, quando me pediram para declarar a minha escolaridade. Eu disse: vou declarar a minha escolaridade. Peguei o papel e botei: sei ler e escrever. Não sei se a Justiça Eleitoral vai aceitar essa minha declaração de escolaridade.

Mas o que eu queria realmente dizer é que o PMDB teve muitas vacilações no correr deste ano, na preparação da campanha presidencial, na escolha de sua posição para a eleição de Presidente da República.

Alguns setores do Partido invocaram a idéia da verticalização como um problema sério para as nossas hostes, de tal modo que seria necessário que defendêssemos a possibilidade de o partido continuar como o maior partido do País, para elegermos nossos Governadores, Senadores e Deputados, já que não dispúnhamos de um nome competitivo para a disputa a Presidência da República. Assim, seguimos o que Bismarck dizia sobre o que é fazer política, que é a arte do possível. E o possível era realmente isso.

De minha parte, sempre defendi que o nosso partido apoiasse o Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, a quem respaldei na última campanha, no primeiro e no segundo turno, e a quem dei sustentação durante seu governo. Minhas motivações são de natureza institucional, julgando – o que ocorreu – que sua eleição era necessária à conclusão do ciclo republicano.

Mas estamos numa democracia, e o que é bonito numa democracia é o painel de divergências. Cada um de nós tem o seu direito de divergir, de pensar como deve pensar, porque é desse conjunto de divergências que se forma, realmente, a sociedade democrática, que é uma sociedade de conflitos. E, estando numa sociedade de conflitos, cabe justamente a todos nós políticos procurar harmonizarmos esses conflitos, cada um contribuindo com o seu ponto de vista.

Sempre pensei que não posso ter uma posição se não me convencer dela, aquela que me traz conforto, me deixa em paz com minha consciência, até mesmo porque a nossa vida, o tempo que vivemos, o fato também de ser um intelectual, leva-me a fazer comparações, a ver a história, a ver a minha vivência e a chegar às minhas conclusões. Não quero dizer que elas sejam as que são mais exatas nem melhores. Não. Quero dizer que esta é a minha posição. Não quero fugir nem quero me esconder numa angústia existencial que muitos colegas do meu partido viveram durante a escolha dessa posição. Não, eu sempre tive uma posição muito firme, muito clara e não tergiversei em nenhum momento, porque eu acho que essa era a melhor posição para o PMDB.

Nos momentos mais difíceis vividos pelo Governo, eu nunca deixei de afirmar esta minha posição. Fiquei sempre com esse ponto de vista. Quando muitos até podiam achar prudente se esconder, eu resolvi dizer, com a minha autoridade, qual era o meu ponto de vista e o que eu pensava.

Eu sempre considerei que a eleição do Lula se inseria dentro do ciclo republicano, dentro do ciclo histórico. Eu gosto muito da história e sempre olho muito para a história. Assim, achei que, dentro da conclusão do ciclo republicano, a eleição do Lula completaria a própria República.

A República nasceu sem povo – na expressão sempre citada de Aristides Lobo –, foi um golpe militar contra o Gabinete Ouro Preto que resvalou para a queda da Monarquia. Por isso contava-se que o povo assistiu “bestificado”.

Na sua trajetória, os militares governaram os primeiros anos do novo regime – Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto. Depois, foi a vez do Brasil rural, das elites agrárias, dos grandes senhores do café, dos antigos barões do Império, dos grandes latifúndios exportadores, mesclados a republicanos históricos. Aí podemos colocar entre uns e outros Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha. Não eram pessoas, representavam segmentos e o mesmo sistema de domínio de poder. A República chegava sem programa, sem objetivos definidos e sem idéias precisas.

Talvez possamos dizer que Rui Barbosa tinha idéias, mas elas eram profundamente jurídicas. O Rui não tinha visão social. A visão social do Rui era uma visão jurídica, uma visão mais de justiça do que realmente aquela visão da existência do problema social.

Eles continuaram os bacharéis letrados – Wenceslau Brás, Arthur Bernardes, Washington Luís –, representantes da burguesia das grandes cidades. Eram homens notáveis, preparados, com cursos na Europa e vivência nas altas sociedades.

Com o tempo, numa luta entre os militares que queriam voltar – Hermes da Fonseca – e os civis que desejavam mudar – Rui Barbosa –, vem o ciclo áureo das classes média baixa e alta em coalizão com as elites agrárias e os políticos profissionais, comandados por Minas e São Paulo.

Vem na trilha da história a Revolução de 30, filha desse caldo de cultura, frustrada em seus objetivos e transformada numa ditadura, a princípio de inspiração fascista e depois pura e simplesmente um regime com todas as características dos caudilhatos sul-americanos.

A esse tempo os trabalhadores foram cooptados pelo governo, viviam à sombra do Ministério do Trabalho, que iniciou o peleguismo – o pelego, como sabem, era a pele do carneiro com a lã, usada sobre a sela para amaciá-la –, praga que atrasou o movimento sindical no Brasil, tornando-o por muito tempo ilegítimo, cujas conseqüências foram de obstruir o avanço da democracia, que, sendo o regime que harmoniza

os grupos de pressão em que se divide a sociedade, ficou privada do debate maior entre capital e trabalho. O trabalho era representado pelo próprio capital, acobertado pelo poder governamental. Isso determinou a paralisia no avanço democrático, que perdeu qualquer dinâmica.

Esse equilíbrio falso só foi rompido quando nos anos 70 surge em São Paulo um novo sindicalismo. No princípio pintado de contestação ao regime autoritário, mas logo mostrando sua face verdadeira de algo diferente e ao mesmo tempo semelhante ao que se processava nas antigas democracias européias.

Ele sem dúvida foi alavancado pelo avanço industrial e pela comparação entre o custo do trabalho no exterior e no Brasil. As multinacionais do ramo automobilístico talvez tenham sido as vanguardas da evidência desse descompasso. Daí a predominância dos metalúrgicos.

Os trabalhadores libertaram-se das amarras do ministerialismo, criando um sindicalismo livre que por sua vez desemboca nas centrais sindicais que deram força e autonomia à classe operária. O inusitado no processo brasileiro foi o fato desse movimento ter surgido em meio a uma luta política pelo poder democrático e isso o levou a ser um movimento político que se escudou na criação de um partido de classe, que pouco a pouco foi caminhando para fazer parte do jogo político tradicional. O que de certo modo surpreende, é que esse partido não tenha sido seduzido a alinhar-se aos partidos leninistas, embora copiando suas formas de ação. Contudo, em algum tempo futuro, dar-se-á a separação do movimento sindical dos grilhões da política partidária, cada um seguindo seu caminho histórico, sindicatos para um lado, partido político para outro.

Serviu de elemento catalizador dessas forças em expansão a volta da democracia em 1985, com a revogação de toda legislação de controle do Estado e a chegada da total liberdade de associação, de imprensa, da sociedade civil em organização que, num sistema de capilaridade, atingiu todo o país.

A Constituinte foi um instrumento de mobilização e, embora feita com os olhos voltados para o passado, híbrida e detalhista, retrógrada na sua concepção, constituiu, contudo, um avanço no que se refere aos direitos humanos, civis e sociais. Lembro-me de que, quando convoquei a Constituinte, já na minha mensagem, eu falava: – Convoco a Constituinte para enfrentar os direitos sociais, que são atrasados.

O resultado de toda essa transformação foi que, já em 1989, um operário disputava as eleições presidenciais e quase era eleito.

O Brasil chegava aos seus 100 anos de República e entre avanços e recuos, via realizar-se o verdadeiro regime republicano.

Amadurecido, o processo histórico levou um operário ao poder, e deste modo todos já tiveram oportunidade de governar o país. Desde os militares, classes rurais, classes urbanas, elites e classes médias comandaram o Brasil. Este é o fato mais importante da história contemporânea e que completa o ciclo republicano.

O que é a democracia?

No fundo o mais importante da democracia é realmente a alternância no poder. Sem alternância no poder, não existe, realmente, sistema democrático. Essa é a essência do governo democrático. É porque ela permite que ninguém utilize o poder para perpetuar-se no poder. A alternância é a base, é o coração do sistema democrático. E essa alternância, nós vamos vendo que ela se verificou ao longo da nossa história.

Ouçõ com muita honra o nosso Senador Paim, que é sem dúvida uma dessas expressões que a história preparou de sindicalista e de defensor dessas idéias.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente José Sarney, tive orgulho de estar com V. Ex^a como Vice-Presidente do Senado no exercício em que V. Ex^a esteve na Presidência. Eu não tinha como não lhe fazer um aparte quando V. Ex^a citou o movimento sindical, berço da minha caminhada até o Senado da República. E V. Ex^a, nessa retrospectiva histórica, também faz para mim um alerta, principalmente quando pontua que a caminhada há de separar, no momento adequado, o movimento sindical, que tem um papel secular de mobilização, de reivindicação e de exercício do poder de pressão também nos poderes constituídos, inclusive no Congresso Nacional e no Executivo, na busca do atendimento das suas reivindicações. Tenho conversado muito com o movimento sindical. Ontem mesmo, no Petrônio Portella, estavam todas as centrais sindicais, todas as confederações. E eu aproveitei para conversar um pouco com este cuidado, para que o movimento sindical brasileiro saiba, neste momento tão importante da História, fazer a diferença, para que a gente não repita o que V. Ex^a aqui citou sobre o passado. Não quero isso. Todo mundo sabe que sou do PT. V. Ex^a sabe que vou fazer campanha para o Olívio, no Rio Grande do Sul, e para o Lula no Brasil. Tomo emprestado aquela frase que o Presidente Nelson Mandela usou, logo que assumiu na África do Sul. Em grande evento num estádio de futebol promovido pelo movimento sindical, Nelson Mandela disse a seguinte frase: “Continuem mobilizados. Pressionem-me para que eu atenda ao que vocês querem, nem que seja em parte. Que eu não seja pressionado só pelo

outro lado e tenha que atender só àquilo que eles querem”. Com essa frase do Presidente Nelson Mandela, aqui resumida, é que faço o aparte a V. Ex^a. Estou um pouco preocupado, porque o movimento sindical brasileiro – entendo e converso muito com eles, me dou muito bem com eles, com todos os segmentos – tem que manter a sua independência, tem que manter a sua linha permanente de mobilização, de pressão e de reivindicação. Não dá para confundir ser governo com ser dirigente sindical. Há uma diferença. É livre e tranqüilo, no meu entendimento, que cada dirigente sindical tenha sua opção política partidária, mas não dá para achar que o movimento sindical deva parar de fazer justa mobilização e pressão, independentemente de qual seja a composição que esteja a governar o País. Tenho conversado muito com eles, de forma muito tranqüila e muito respeitosa, e eles sabem o que estou dizendo no aparte que faço a V. Ex^a neste momento. É que V. Ex^a entrou numa parte em seu belo pronunciamento da qual achei justo participar, apenas como alerta, repito. Mas V. Ex^a foi feliz quando disse que, na caminhada, essa separação há de se dar de forma natural, via processo democrático. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz na tribuna neste momento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador Paim, eu agradeço o seu aparte, que tem uma grande importância, sobretudo porque é o depoimento da sua vida, da sua pessoa a respeito do que aqui estou procurando tratar.

Eu estou escrevendo memórias. Eu acho que é uma das coisas que, com os anos, a gente tem de escrever. E é meu dever. Ninguém me perdoaria se eu, tendo exercido a Presidência da República, com a generosidade que Deus me deu de uma carreira política tão longa, não prestasse o concurso de colocar para o povo essa vida, essas idéias – sobretudo as idéias do meu tempo, não vida, porque essa não é importante. Uma das coisas que têm me preocupado e que procuro verificar é em que momento do Brasil alguma coisa fez com que a sociedade brasileira não alcançasse os índices e que se transformasse em alguns bolsões que hoje vemos e que são coisas que talvez não pudessem existir.

Tenho chegado muito à idéia amadurecida de que o truncamento que houve no Brasil foi no momento em que a pressão, que foi o grande motor das sociedades modernas, entre o capital e trabalho no nosso País não se processou. A partir de 1930, a frustração da revolução é que o esmagou, em vez de avançar nesse processo. E o resultado é que, como V. Ex^a mesmo diz, na expressão de Mandela, a pressão das forças internas da sociedade, representadas nesse embate

capital-trabalho, traz o caminho no qual realisticamente se pode avançar. No momento em que se frustra isso, nós temos consequências.

E, como a história não se move com a rapidez dos minutos nem das horas, mas de anos e anos e anos, é isso que estou dizendo a V. Ex^a. Acho que, no Brasil, quando o movimento sindical reassume a sua dinâmica, reassume aquela verdadeira condição que deve ter dentro da sociedade, ele a assume juntamente no momento de um processo político. Ele se valeu do processo político para isso, ele aproveitou, ele surfou na onda do processo político, da queda do regime militar.

Mas isso é uma coisa também transitória, porque, em algum momento, vamos saber que isso vai se separar, como tem se separado na Europa. Na Europa, muitos dos partidos sociais-democratas tinham um braço sindical, tinham uma central ao seu lado dentro do partido. E depois, com o tempo, o próprio movimento foi-se libertando e passou a pressionar os partidos em vez de os partidos o pressionarem. Esse é um processo que vai continuar.

Foi pensando nesse determinismo histórico e no país que apoiou o Presidente Lula. Ele era o instrumento criado pela História para a realização do ideal democrático da alternância do poder. A panela de pressão da sociedade, os movimentos sociais desejosos de participar das decisões de governo mantinham o Brasil num verdadeiro caldeirão de agitação que iam das reivindicações sobre a terra até os aglomerados urbanos, com greves, protestos, desobediência civil, num caldo de insegurança e caos cuja face mais visível é a miséria, a insegurança, a pobreza das grandes periferias metropolitanas.

A eleição de um operário, sem dúvida, era benéfica ao aprofundamento da democracia, ao estancamento do quadro de revolta social, deixando como de natureza secundária a especulação sobre os perigos ideológicos.

Acho que algumas idéias que Marx deixou – ele também foi um homem do seu tempo, ele não viu tudo que poderia existir, mas ele era um humanista, era um grande pensador, sobretudo, além de teórico econômico; ele era não somente um pensador político, mas também um grande humanista – se concretizaram, embora, na sua totalidade, tenham fracassado, porque, na realidade, estamos em um outro tempo. O mundo evolui, como o homem e suas idéias, e as idéias também envelhecem; muitas vezes, os próprios milagres pensados não se realizam.

As velhas democracias viveram esse processo, com o fim das ideologias. Passamos a uma nova etapa, em que os governos dogmáticos não têm vez. A demo-

cracia só sobrevive num ambiente de divergências e pressões, diálogo, através da conciliação e, para usar um espanholismo, concertação.

Os sectarismos passaram e não há crise, numa sociedade democrática, que é de todos, que resista ao campo comum do interesse nacional. Elas se equacionam e dissipam em torno do diálogo democrático: uma mesa de negociação e entendimento.

Vozes alarmistas e desfocadas do verdadeiro espírito democrático falaram do caos e invocaram o medo. Eram cassandras e sibilas que alimentavam uma versão negativa do futuro para tentar evitá-lo.

O governo do Presidente Lula surpreendeu a esses medos e, sobretudo, atendeu às aspirações da maioria do povo brasileiro, que o apoiou na vitória de 2002. O caos não veio. O desastre não chegou. Veio, isto sim, um tempo de equilíbrio, que começou com o restabelecimento da confiança na política econômica e da esperança nas políticas sociais.

O mercado, fragilizado pela falta de segurança na política econômica, assaltado de um lado por essas vozes alarmistas, de outro pela especulação irresponsável, levava às alturas os indicadores financeiros durante a disputa eleitoral e o período de transição de governo. Em pouco tempo a firmeza da conduta do Presidente Lula sossegou os investidores, formou a confiança, fechou os espaços às aventuras.

O Brasil tinha, durante os anos de entrega total ao neoliberalismo, a partir de 1990 – em meu discurso de saída tenho uma frase que até hoje repito, “Saio de cabeça erguida; não entreguei nada a ninguém, não cedi um milímetro da soberania nacional” – pois bem, a partir de 1990, obcecado pela estabilidade da moeda, o Brasil tinha abandonado os resultados dos anos da transição democrática e procurado entrar, como entrou, de pé esquerdo na globalização. A renda per capita despencou. A recessão econômica, adotada segundo a receita internacional, levou ao desemprego, que tinha tido em meu governo as menores taxas de nossa história. Passamos a ter as piores taxas de todos os tempos; desmoronou a infra-estrutura necessária à retomada do crescimento, e chegamos mesmo a uma grande crise do sistema energético; desorganizou-se a produção agrícola e industrial, e vivemos mais de uma década com o incomodo de acumular déficits na balança de exportação.

O governo Lula está revertendo essas expectativas. O país vem apresentando taxas de crescimento positivo. O desemprego vem sistematicamente diminuindo, com a incorporação de grandes contingentes de trabalhadores informais ao sistema formal, com a criação de milhões de novos postos de trabalho. Foram

retomados os investimentos nos vários setores da infraestrutura. Fortaleceram-se as ações no social.

A transferência de renda foi sistematizada e alcançou finalmente os bolsões de pobreza e a áreas onde persistia a fome. A crítica ao “assistencialismo” – denominação perversa que estimula a segregação social – não resiste aos resultados concretos: redução expressiva da desnutrição, crescimento da expectativa de vida, aumento substancial dos indicadores sociais.

Vou pedir depois, Sr^a Presidente, que V. Ex^a assegure a transcrição do meu discurso, mas queria...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a terá o tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. Por isso que vim numa sexta-feira, porque, se não, não estaríamos com essa disponibilidade.

Alguns dados servem para ilustrar alguns resultados do governo Lula. As exportações praticamente dobraram (60,4/118,3), chegando ao patamar de 120 bilhões de dólares; nosso superávit comercial alcançou 45 bilhões de dólares (8,7-acumulado 8 anos/103,8 acumulado 3 anos); um superávit de transações correntes de 28 bilhões de dólares (déficit acumulado 189/superávit acumulado 28); redução da dívida externa bruta a 200 bilhões de dólares (227,7/201,2); relação dívida externa/exportações de 301,3 para 101,9; reconstituição das reservas a 53,8 bi; redução do risco país a 221 pontos, o mais baixo desde que começou a ser medido; a expansão da dívida pública mobiliária federal, como porcentagem do PIB, caiu de uma taxa de 18,6% ao ano para 2,9%; a dívida líquida do setor público reduziu-se de 56,5% para 51,7%; alcançamos a auto-suficiência no abastecimento de petróleo.

Foram criados 3 e meio milhões de empregos com carteira assinada, voltando, depois de muito tempo, a crescer mais que a população economicamente ativa (0% em 2002, 4% em 2004); o rendimento real dos ocupados deixou de cair e começa uma curva de recuperação. No terreno dramático das desigualdades sociais a relação entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres passou de 22,4% para 20,1%; o nível de miséria caiu em 8%, com a saída de 8 milhões de pessoas da classificação abaixo da linha de pobreza (1,9% 1999-2001/8% 2003-2004); a transferência de renda atingiu 2,69% do PIB ao ano; 8,7 milhões de famílias foram atendidas pelo Bolsa Família em 2005; 20% de crescimento real do salário mínimo.

Mas não foram somente os resultados das políticas econômicas e sociais que me fizeram, desde o primeiro momento, defender a reeleição do Presidente

Lula. O governo, no sistema democrático, se realiza na concretização das expressões históricas. A democracia representativa está, sem dúvida, passando por uma crise, uma crise de transformação em que serão incorporados, mais cedo ou mais tarde, os novos paradigmas da comunicação em tempo real, com todas as consequências sobre a expressão da opinião pública, que ele deve exprimir.

O Parlamento, com todas suas mazelas e defeitos, é a maior de todas as instituições políticas criadas pela humanidade. Ele é o coração do povo. Ela é, e continuará a ser, com seus aperfeiçoamentos, a expressão da idéia nascida na Grécia, que opunha à aristocracia, à plutocracia, às diversas formas de domínio de minorias a vontade da maioria. É a expressão da idéia das revoluções inglesa, americana e francesa que abriram as portas para o que se chamou, reinventando a palavra, povo.

De todas as formas de Estado, a democracia da antiguidade – grega, depois tornada romana, retomada em novos moldes na revolução parlamentar inglesa de 1688, na constituição americana de 1789, nas constituições francesas que se sucedem a partir deste ano em que o mundo se revolveu, nas grandes fórmulas de Montesquieu, Constant –, a democracia representativa é a que mais próxima esteve de alcançar seus objetivos. É a pior forma de governo com exceção de todas as outras que foram tentadas, como gostava de citar, com um “dizem que”, Winston Churchill. É a melhor forma de governo, se governo é uma realização do que pode ser sobre o universo do que deve ser.

Grande parte de nossos problemas políticos resulta de nossa incapacidade de criar um sistema eleitoral e partidário eficiente. O voto proporcional uninominal, com nossa lista aberta estadual, é uma fórmula que não tem paralelo. Não o comparemos com o voto finlandês ou com o voto português. Fizemos um sistema em que se vota em pessoas e não nos Partidos. Os candidatos disputam dentro do seu próprio Partido, saem da eleição inimigos e perdem qualquer noção de fidelidade. Esse sistema é o responsável pela total ausência e ao mesmo tempo pela proliferação de partidos no Brasil, pela bagunça partidária e pela vulnerabilidade das eleições ao poder econômico e às práticas heterodoxas de angariar votos. Mais ainda, é responsável por essa crise moral que baixou sobre o Parlamento brasileiro, a envergonhar a todos nós, de modo que o povo brasileiro ficou sem parâmetro para distinguir entre os bons políticos e os maus políticos.

Algo que pedimos ao povo brasileiro é que não chegue ao extremo do desânimo. Há bons e maus políticos.

Vamos, então, aproveitar para expulsar os maus políticos nas eleições e deixar que os bons políticos não só exerçam a sua função como tenham condições de atrair para a política aqueles que, hoje, quando vêem essas coisas, não se motivam mais para entrar na política. Muitas vezes ouço pessoas dizerem que não teriam coragem de se meter em política, quando, na realidade, essa é uma atividade extraordinária. Nós políticos temos a obrigação de não pensar individualmente. Todos os cidadãos devem pensar individualmente, mas o político deve pensar coletivamente. Essa é a nossa função, esse é o nosso desígnio.

O partido político foi o caminho pelo qual a democracia pôde organizar-se e ser o melhor sistema de auto-governo – para usar a expressão de Thomas Jefferson. Sem partidos políticos fortes, não há parlamentos fortes e, sem estes, a democracia descamba para a demagogia e para a política pessoal, com todos os descaminhos que a levaram, no Brasil, à decomposição dos costumes políticos. O atual sistema eleitoral partidário chegou ao fim – e é com tristeza que podemos reconhecer que apodreceu. Não pode sobreviver.

Nosso tempo deverá apresentar uma resposta a esse velho assunto. No Parlamento cada um de nós está limitado a apresentar uma posição pessoal. Eu insisto neste assunto desde pouco depois que entrei aqui, há cinquenta anos. Há mais de 30 anos apresentei meu primeiro projeto de voto distrital misto. Neste tempo, fizemos muitas experiências, mas ficamos sempre presos ao modelo proporcional, ao voto pessoal. É hora de tomarmos medidas heróicas: a conjunção do voto partidário com o voto majoritário.

Sei que para dividir o País em distritos é necessário tempo. É algo controvertido. Somos um País em que, há muitos anos, abandonamos a idéia do voto distrital. Nos países que o adotam, na Europa, quando as pessoas nascem, dizem: “nasci no distrito tal”. Isso está na alma das pessoas. Aqui, teremos que construir, pacientemente, os distritos, aperfeiçoando o sistema de maneira que se afirme o voto partidário, eliminando-se a disputa pessoal.

O modelo proporcional está esgotado, sobretudo pelo alto custo do processo eleitoral, pelo afastamento que promove entre o eleitor e o eleito e pelo fato de que promove mais competição interna, no partido, do que debate de propostas e programas entre as diferentes formações partidárias, debilitando a democracia, que deve assentar-se em partidos sólidos e unidos.

Creio que impõe-se, hoje, a adoção do voto distrital misto, na fórmula que institui um único voto na

eleição de parlamentar, no distrito, voto esse que repercutirá na definição da quantidade de eleitos pela lista partidária.

No sistema majoritário obtêm-se maiorias estáveis, com maior capacidade de assegurar a governabilidade, tendo em vista que o candidato precisa, para ser eleito, de maioria no distrito. Ocorre a proximidade entre o eleito e o eleitor, permitindo maior fiscalização e o contato entre os dois de modo permanente, o que gera menor dependência da mídia e do poder econômico. Mas o sistema majoritário pode dar lugar a uma distorção da representação, prejudicando as minorias. O sistema proporcional, de sua parte, é mais adequado para a tradução do resultado das urnas. Todavia, atribui-se a ele os males do esfacelamento da representação política e o distanciamento que produz na relação entre o eleito e o eleitor. Creio que devemos, justamente, conciliar os benefícios de cada uma dos sistemas eleitorais.

Assim a Câmara dos Deputados seria composta por parlamentares com dois tipos de legitimidade, a geográfica, derivada dos distritos, e a partidária, decorrente da eleição na lista partidária.

Com isso, ao mesmo tempo em que a Câmara dos Deputados se torna mais legítima, seriam superados vários temas da chamada reforma política, na medida em que se reforça a fidelidade partidária, reduz o efeito do poder econômico nas eleições e limita, de forma política e não artificial, o número de partidos políticos.

Temos também de pensar, como eu já pensava durante a Constituinte, em um regime que seja, se não parlamentarista – eu, pessoalmente, sou parlamentarista –, pelo menos um regime presidencialista moderado, em que haja um chefe de governo que seja responsável pelos principais setores do governo, deixando ao Presidente os assuntos de Defesa e Relações Exteriores, os assuntos políticos do Chefe de Estado.

Distinguiríamos entre os ministros vinculados às questões propriamente estatais, como Relações Exteriores, Defesa e Justiça, e aqueles vinculados à gestão cotidiana das políticas públicas, que seriam coordenados pelo Ministro-Chefe do Governo. Poderíamos ter um sistema parecido com os sistemas francês e português. Com esta solução, nas horas de crise, teríamos uma barreira que protegeria o Presidente da República e evitaria que as instituições fossem atingidas.

Essa sistemática permitiria, sem dúvida, o melhor funcionamento do Poder Executivo, cujas atividades poderão ser mais adequadamente coordenadas,

ao mesmo tempo em que libera a figura do Chefe de Estado das funções cotidianas do Governo.

Sr^a Presidente, meu discurso foi muito longo. Quero terminar minhas palavras, pois em minha fala abordei vários assuntos, dizendo fundamentalmente, da minha posição. Não quero ficar escondido atrás de nenhuma outra, porque eu sempre tive essa e não quero que se diga que eu, como se diz, com a minha idade, deveria ficar mais calado, fora de qualquer foco de crítica.

Se temos a necessidade e a questão da legitimidade instantânea da vontade do eleitor, da consecução do sistema representativo, precisamos também examinar a legitimidade histórica dessa vontade. Assentarmos, além do transitório, os valores permanentes de uma nação. Nesse sentido, a reeleição do Presidente Lula é a oportunidade de conclusão deste ciclo em que todas as classes da sociedade brasileira ocupam e exercem o poder.

Esta oportunidade não é, simplesmente, simbólica. Ela se exprime de fato em ações e intenções concretas, em avanços para a sociedade e para o país. Ela representa, em nossa história, a retomada do desenvolvimento, a caminhada para a justiça social, e, finalmente, resultará em que poderemos, a partir deste passo, superar a política de classes, como foi superada a política de ideologias.

Quero dizer que o PMDB não escolheu candidato e que, portanto, o meu candidato, a pessoa por quem vou lutar, é o Presidente Lula. Mas não vou lutar apenas por política, mas porque acredito nas coisas que estou dizendo no Congresso Nacional.

A concepção política que o Presidente Lula trouxe ao poder é a de uma esquerda equilibrada e responsável. Se, por um lado, traz a luta histórica pelos direitos sociais, estabelece, em primeiro lugar, a idéia de confiança, que se estende dos grupos econômicos, o famigerado mercado, aos mais humildes, trabalhadores vêm chegar a esperança.

Na grave crise que abalou o sistema político brasileiro, o Presidente Lula teve um comportamento de permanente equilíbrio e serenidade. Especula-se as razões porque seus índices de aprovação continuam crescentes, acenando-se com uma explicação de que ter-se acabado a capacidade crítica da opinião pública diante da escala sem precedente dos escândalos – o que eu, que vivi a crise de Vargas, sei que não é verdade. Na realidade, o que acontece é que o povo não deixou se levar pelas lutas políticas que procuravam forjar uma luta do bem contra o mal, num manique-

ísmo que não atendia às responsabilidades com os projetos nacionais.

A corrupção está inserida nas idéias políticas do mundo ocidental: é a decisiva lança que se usa contra um adversário, para desqualificá-lo. Adriano Moreira diz que o primeiro discurso que existe sobre democracia é o de Péricles aos mortos na Guerra do Peloponésio, há 24 séculos. Ali já defendia Fídias da acusação do roubo do ouro da estátua de Atenas. Esta prática foi usada em todas os regimes políticos. Maquiavel, no Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio, tem páginas que analisam a corrupção e a dificuldade de afastá-la da sociedade humana. O uso das acusações de corrupção como arma política foi incorporado à democracia romana – em que tantas vezes a imunidade dos tribunos do povo foram utilizados para a destruição de reputações, fossem elas dos Gracos ou dos “bons” – e à criação das democracias modernas, da República de Cromwell às lutas entre Adams e Jefferson, entre Hamilton e Madison, nos Estados Unidos, ao terror de Robespierre, Danton, Marat, girondinos, jacobinos, sans-culote, vendimários, termidorianos. Esta foi sempre uma arma para desestabilizar o poder, ferir sua legitimidade, investir quando a discussão de idéias se torna difusa.

A Nação, ao fazer o combate e a luta firme contra a corrupção, não pode, repito, confundir projetos pessoais e projetos nacionais. Nosso desafio é evitar a impunidade. Precisamos punir e punir com rigor. O bom senso não pode ser excluído do processo. Repudiar o pânico, delimitar as áreas de combustão e manter o rumo é o nosso dever.

Acredito que o Presidente Lula, melhor do que ninguém, pode, neste momento, conduzir o Brasil e a democracia brasileira a um novo patamar. Consolidada a nossa base econômica e macro-econômica, livre do FMI, o país encontra pela frente uma etapa de grande crescimento. Num novo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil poderá finalmente competir com a China e a Índia em termos de presença internacional e de tudo que isso significa no resgate das classes trabalhadoras. Poderemos mais uma vez alcançar níveis de emprego que incorporem toda a população na economia formal, expandir nossos investimentos em saúde, educação, cultura, ciência – os fatores que serão decisivos na competitividade deste milênio – priorizar o social.

O Presidente poderá, finalmente, dar a partida a nosso compromisso de fazer uma revisão de nossas grandes questões políticas: dos sistemas eleitoral e partidário, sem o que não se alcançará a plenitude da legitimidade e a ver-

dadeira estabilidade; da Constituição e da consolidação das leis, superando o dilema entre agilidade no processo legislativo e a separação dos poderes, acabando com o uso das medidas provisórias como regra e não como exceção; da Federação e dos desequilíbrios regionais, fundamental para a realização dos princípios básicos do Estado brasileiro. Esta obra de longo alcance se abre para a nossa sociedade com a reeleição do Presidente Lula e a grande coligação de forças que o apóia.

Joaquim Nabuco, nos dias finais de sua vida parlamentar, os dias que se sucederam à grande vitória da Abolição, pedia aos partidos do Império “uma incoerência” – são as palavras de Nabuco – “uma incoerência tão grande que parecessem outros, e a nação não os pudesse reconhecer pelos mesmos que fizeram o nosso povo perder a fé no governo parlamentar”. Foi isso que Nabuco pediu: uma incoerência. Uma incoerência pela qual eles se transformariam em outros. Pedimos aos partidos uma incoerência, na qual eles se transformem em outros partidos. Essa é uma idéia de melhorar, aprimorar, de se purificar, que devemos também ter e que é uma idéia que já vem do passado.

Propunha ele, então, a fundação de novos partidos? Não, mas virá-los pelo avesso, retomar as grandes reformas políticas e sociais, formar uma união democrática. A perspectiva histórica que fazia Nabuco ver esta transformação como necessária para o século XX que se avizinhava da mesma maneira nos deve mostrar que, concluídos os ciclos ideológicos, tendo o poder sido alcançado por todas as classes sociais, este começo do século XXI é o tempo de um novo pacto social e político.

Para isso, considero fundamental o papel do PMDB. Afastado pelas regras eleitorais do apoio formal à campanha da reeleição, somos uma maioria do partido a compartilhar da convicção de que a vitória do Presidente Lula é boa para o Brasil. Ele, vencedor nas urnas, não só com as maiores bancadas da Câmara e do Senado, mas com o maior número de governadores, isto é, o PMDB como a maior expressão eleitoral do País. E o PMDB, do meu ponto de vista, deverá dar sustentação ao governo, dele participando devidamente. Não participando, como muitas vezes são deformadas aqui as posições, de distribuição de cargos, mas numa coalizão na qual se possa participar da formulação de idéias, da condução dos projetos nacionais.

Devemos levantar também essa idéia de coalizão para uma idéia clara, transparente, que não seja feita de uma maneira escondida, mas que seja feita clara, da necessidade de uma coalizão, porque realmente uma das coisas que está provado hoje no mundo é que ninguém pode governar um país sozinho e nenhum

partido pode fazê-lo também sozinho. É necessário que a sociedade se represente, mesmo que não seja formalmente, mas que todos tenham oportunidade de influenciar, de participar, de determinar a existência de novas políticas para o País.

Assim, o sentido dessas minhas palavras, que já estão muito longas.

Minha Presidente, quero lhe dizer que o Regimento é sábio quando ele diz que deve ter um tempo limitado, porque V. Ex^a já deve estar sentindo que eu já estou ficando um pouco cansado e não só cansado, como também já estou fazendo os outros cansados. Então é o momento de a gente chegar e usar o Regimento. Peço-lhe, pelo amor de Deus, use o Regimento, porque na realidade preciso terminar esse discurso para dizer que, como representante do PMDB, como membro do PMDB vou apoiar o Presidente Lula na sua reeleição e vou lutar por ela. O apoio do PMDB à reeleição nada mais é que o resultado natural de nossa unidade de intenções e visão do futuro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Sempre digo que é de alta periculosidade regimental quando estou na Presidência, porque estamos aqui para trabalhar e, portanto, os Parlamentares precisam dispor de todo o tempo de que precisam para fazer os seus pronunciamentos. Portanto, V. Ex^a nem cansou e nem nos cansou.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, antes de V. Ex^a deixar a Presidência, quero somente encaminhar à Mesa três artigos. Um deles leva o nome “As cores do silêncio”, que combate exatamente as políticas discriminatórias e defende as ações afirmativas, tendo sido escrito pela professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense Hebe Mattos.

O outro artigo é escrito pelo inesquecível Abdias Nascimento, que também faz a defesa das ações afirmativas.

O terceiro artigo que pretendo conste dos Anais é sobre a Previdência e foi escrito por Agaciel da Silva Maia, economista e Diretor-Geral do Senado, em que defende o fim do famigerado fator previdenciário. Trata-se de belo artigo, com uma série de argumentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Fonte: Folha de São Paulo**Data: 07-07-06****TENDÊNCIAS/DEBATES****Ação afirmativa: o debate como vitória****ABDIAS NASCIMENTO**

DA TRIBUNA DA Câmara costumava dizer que a Abolição da Escravatura no Brasil não passava de uma bela mentira cívica. Hoje posso reafirmá-lo com o apoio de pesquisas quantitativas produzidas nas últimas décadas por instituições respeitadas como o IBGE e o DIEESE, que vêm revelando a extensão do hiato entre negros e brancos no Brasil.

A diferença nos salários, na escolaridade, na expectativa de vida e na mortalidade infantil mostra uma desigualdade racial tão ampla, persistente e difusa que não pode ser explicada pela herança da escravidão ou as diferenças de classe.

Pesquisas qualitativas mostram os mecanismos de racismo nas escolas e nos meios de comunicação, responsáveis por manter, reforçar e atualizar a imagem (e auto-imagem) negativa da população negra. A polícia e o Judiciário dispensam um tratamento discriminatório aos afro-brasileiros no contexto de um quadro de violência em que os jovens negros sofrem uma elevadíssima taxa de mortalidade.

Tudo isso contribui para manter a população negra afastada das riquezas do país, na base da pirâmide social, nas piores condições de saúde e habitação. Agregado à ideologia do branqueamento, esse quadro me levou a denunciar o genocídio contra os negros no Brasil. Levantamentos feitos por órgãos de pesquisa encontram eco em relatórios como os da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da Comissão dos Direitos Humanos da ONU. O mito da "democracia racial" vem sofrendo um golpe de morte, apesar dos esforços revivalistas de uma pequena elite acadêmica.

O movimento negro e seus aliados nas arenas da academia, da política e da mídia passaram a elaborar e propor medidas, não para acabar com o racismo e a discriminação, o que seria demasiado ambicioso, mas para elevar a auto-estima da população negra e proporcionar-lhe um grau de igualdade de oportunidades.

Desde 2001, medidas de ação afirmativa têm sido adotadas pelo governo federal, por Estados e municípios, nas áreas do ensino superior e do funcionalismo público. O sistema de cotas para negros (e também para indígenas, segundo a região) está sendo implementado por cerca de 30 universidades públicas, federais e estaduais, com resultados que superam as expectativas: as notas dos

alunos cotistas são semelhantes às dos demais, desmentindo as previsões catastrofistas anunciadoras de uma possível queda do padrão de ensino. Há vários exemplos de alunos cotistas cujo desempenho acadêmico supera a média atingida pela maioria de seus colegas não-cotistas.

Outra conquista da luta anti-racista foi a lei nº 10.639, que inclui o ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, com o que se pretende abalar um dos pilares da construção de estereótipos racistas. Como não poderia deixar de ser, setores da elite branca passaram a articular uma reação. A mídia tem tido papel de destaque nesse processo, fabricando uma "opinião pública" contrária à ação afirmativa por meio de reportagens tendenciosas e editoriais apocalípticos. Enquanto isso, setores da elite acadêmica se empenham em desqualificar as pesquisas sobre desigualdade racial, em um comportamento semelhante ao de políticos em véspera de eleição.

Ao mesmo tempo, a noção de que raça não existe, hoje predominante na biologia, é transplantada para a vida social. Num passe de mágica, deixam de existir as raças como categorias sociais historicamente construídas e também o racismo. A intenção dessa falsificação canhestra é transformar os negros de alvos em produtores do racismo.

A realização, em poucos dias, de duas manifestações, uma contra e outra a favor da ação afirmativa mostra que existe vida inteligente dos dois lados do debate. A discussão que ora se trava não será decidida no âmbito das ciências jurídicas, sociais ou econômicas, já que nelas encontramos elementos favoráveis às duas posições.

Trata-se de um debate eminentemente político, que reflete a visão de mundo dos que dele participam, e também -o que se costuma deixar de lado- as posições que cada um ocupa na sociedade. Esse debate, em uma sociedade que antes se refugia nas fantasias da "democracia racial", é o melhor produto da ação afirmativa até o momento.

De e minha parte, tenho certeza de que a ação afirmativa favorece a nação brasileira, ampliando as oportunidades abertas à maioria de nossa juventude para que esses meninos nos ajudem a superar as dificuldades que nos afligem há séculos.

ABDIAS NASCIMENTO, 93, escritor, professor-emérito de cultura africana no novo mundo da Universidade do Estado de Nova York/Buffalo. Foi senador (91 e 94-98) e deputado federal (83 a 87). É um dos signatários do "Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial", entregue ao Congresso Nacional nesta semana.

Das cores do silêncio

HEBE MATTOS

Em 1851, o Império do Brasil aprovou a implantação de um registro civil e a realização de um recenseamento geral, no qual a cor da população livre deveria ser declarada. Cerca de metade dessa população era classificada como par-da em estimativas populacionais do final do período colonial. O regulamento ganhou a alcunha de Lei do Cativo e resultou em uma revolta popular que acabou por fazer o Estado Imperial desistir da medida. A população livre rejeitava os marcadores raciais que a aproximavam da escravidão.

Desde esta época, desenvolveu-se uma verdadeira ética do silêncio em relação à cor dos brasileiros, sempre que em situações formais de igualdade. Nos documentos do período, porém, os escravos sempre tinham cor. Assim, apesar da ética do silêncio, os afrodescendentes livres eram confrontados com sua cor, toda vez que se afastavam de suas redes de relações pessoais.

Em 1823, Antônio Rebouças, filho de liberta, herói da Independência, quase foi impedido de chegar ao Rio de Janeiro. Para seguir em frente, teve que fazer prova de seus conhecimentos jurídicos e dos acontecimentos ligados à Independência da Bahia. Para ele, a única raça existente era a raça humana e, por isso, defendeu, nos termos da época, a presença da população afrodescendente nos conselhos da monarquia, em nome da união nacional. Não foi ouvido. Seu filho, o engenheiro abolicionista André Rebouças, compartilhava a mesma convicção antirracista. Considerava a reforma agrária um complemento essencial do processo de aboli-

ção. Ela não veio. Desiludido com a República, acompanhou o imperador no exílio e foi depois buscar suas raízes na África. Morreu com o coração africano.

A raça/cor como estigma e identidade ligados à memória da escravidão precede, no Brasil, o discurso científico sobre as raças. Sem questionar o estigma, uma ética do silêncio tentava incluir todos que conseguiam entrar no círculo dos cidadãos de bem e de bens. As políticas públicas a partir de 1870 se esforçavam por manter este círculo predominantemente branco. Uma criança negra que chegasse aos bancos escolares, em 1950 ainda seria obrigada a ler nos manuais de História que o brasileiro era um povo de aparência predominantemente branca, fruto da feliz mistura de três raças.

As pressões dos movimentos negros, desde a década de 1970, começaram a quebrar a ética do silêncio construída no contexto da sociedade escravista. As atuais propostas de leis de ação afirmativa visam transformar o quadro de desigualdade racial que o silêncio não conseguiu reverter. Não nasceram de cima para baixo. Ao contrário, revelam a presença de novos atores no processo político, um dos melhores frutos da democratização da sociedade brasileira desde a aprovação da Constituição de 1988.

Não consigo visualizar os riscos alardeados pelos críticos das medidas já em vigor ou ainda em discussão. Os efeitos positivos da aprovação da lei que tornou obrigatório o ensino de

Criou-se uma verdadeira ética do silêncio em relação à cor dos brasileiros

História da África e da Cultura Afro-Brasileira são evidentes na riqueza e pluralidade das iniciativas com ela relacionadas. A polêmica sobre a qualidade dos alunos ingressos nas universidades pelo sistema de cotas parece-me equivocada. O essencial para garantir a qualidade acadêmica do acesso às universidades públicas é a formulação de critérios e notas de corte mínimos. Há muitos aspectos a serem discutidos no estatuto da igualdade racial, mas o perigo de aprisionamento dos cidadãos em categorias raciais fixas criadas pelo Estado me parece bastante atenuado com o recurso à autodeclaração. Que implica, inclusive, o direito de não-identificação.

Todos já ouvimos falar da famosa pesquisa em que cerca de 97% dos entrevistados afirmaram não serem racistas, mas, ao mesmo tempo, disseram conhecer alguém que o era. Ao contrário de muitos dos meus colegas historiadores, a mim, a História sugere que falar da raça/cor de cada um, pensar junto como estas categorias foram construídas, enfrentando tensões antes silenciadas, é o caminho certo para construir uma sociedade melhor para todos, porque mais justa e menos marcada por tensões raciais.

HEBE MATTOS é professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

A previdência e o sonho do equilíbrio

ACIEL DA SILVA MAIA

Economista, é diretor-geral do Senado Federal

Vivemos um tempo marcado por grandes mudanças. É como se tudo necessitasse de uma reforma, geralmente adjetivada como iradiável, urgente, indispensável. Desse modo, se todas são assim batizadas, termina que nenhuma delas consegue ganhar, na prática, tal conotação. Os governantes terão de definir qual das reformas é a de maior prioridade, se quiser que ela avance. A reforma da previdência, sem dúvida grande candidata nessa escolha, deve ser vista em um cenário de rápidas transformações mundiais nos campos demográfico, econômico, político-institucional e social.

É fato que, nos países ocidentais em geral, e no Brasil especificamente, a dinâmica demográfica em-se caracterizado por rápida queda da fecundidade, agregando-se, ainda, crescentes valores de expectativas de vida na data da aposentadoria. É também uma constatação que, no Brasil, a taxa de fecundidade total — número de filhos nascidos vivos durante o ciclo reprodutivo da mulher — caiu de cerca de seis filhos/mulher na década de 50 para cerca de três filhos na década de 80, provocando acelerado aumento da faixa etária da população.

Por seu lado, alterações nas estruturas familiares, como a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho, modificam o panorama de demandas de proteção social, ao mesmo tempo em que exigem a revisão dos próprios conceitos que norteiam os planos de benefício. Ao mesmo tempo, novas formas de atuação da força

de trabalho, marcadas principalmente pelo crescimento da informalidade, pela crescente terceirização e pelo advento das chamadas profissões não-convencionais, atuam como fenômenos que alteram fortemente o conceito de relação de emprego. E não podemos descartar também que as tecnologias que suprimem mão-de-obra são uma constante em um mundo de mercados globalizados e competitivos.

No campo econômico, o desemprego estrutural continua sendo problema crônico. Os altos encargos incidentes sobre salários no mercado formal fazem com que as empresas arquem com custos totais de mão-de-obra relativamente elevados, mesmo com baixos salários. E tal realidade desemboca na tendência à informalização, provocando, principalmente, perda de receita previdenciária. O país ainda convive com uma estrutura de proteção social herdada do Estado Novo. Do imposto sindical obrigatório até o sistema de Previdência Social rígido, abrangente e centralizado, é o Estado que dita as regras e que, em muitos casos, executa diretamente os serviços.

O fato novo do momento é a idéia de que é imprescindível substituir o fator previdenciário pelo limite de idade para se requerer uma aposentadoria. Essa medida está sendo cogitada para ser levada à apreciação do Legislativo, quando da proposição de novas reformas previstas para o próximo quadriênio. Tal posição, além de ser apoiada pela CUT e demais centrais sindicais, está no cerne do projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), ora em tramitação no Congresso.

Mas a questão do fator previ-

denciário está longe de ser uma questão pacífica nos tribunais. Nas últimas semanas, a juíza federal Fabíola Queiróz condenou o INSS a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, de Sorocaba. A magistrada determinou que o INSS excluísse a incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria, criando, assim, um reajuste de 81,08% no valor do benefício a ser pago à trabalhadora, além de corrigir os valores atrasados.

Especialistas do assunto, como o pesquisador Guilhermo Delgado, do Ipea, em estudo realizado com outros profissionais em fevereiro deste ano, concluiu que se o presidente Lula, em um eventual segundo mandato, decidir trocar o fator previdenciário pelo limite de idade para requerer aposentadoria, não terá que passar pelo desgaste político de ter que aprovar uma proposta de emenda constitucional (PEC), mas terá, tão somente, que mudar a fórmula do cálculo do fator, definida por lei ordinária.

As mudanças em cogitação hoje, contudo, não são suficientes para resolver a questão do déficit do sistema previdenciário, deixando evidente que o próximo governo, qualquer que seja ele, deverá propor novas alternativas capazes de trazer, para o sistema previdenciário brasileiro o tão sonhado equilíbrio entre receitas e despesas, hoje muito distante da realidade.

Em respeito à isenção da cobertura jornalística, contemplada no Código de Ética do Correio Brasileiro, suspendemos a publicação, durante o período da campanha eleitoral, dos artigos do senador José Sarney (PMDB/AP), candidato à reeleição.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Paim.

A Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Assumindo esta Presidência, concedo a palavra à querida amiga Senadora Heloísa Helena, que terá o dobro do tempo que julgar necessário para o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Serei rápida. Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, realmente tenho quase como obrigação parlamentar – assim me sinto – nunca trazer assuntos eleitorais para os meus pronunciamentos. Nunca faço isso. Às vezes, acho que não combina muito bem tratar de eleição ao tempo em que estou no exercício do mandato, mas acaba que todas as pessoas vão falando sobre isso, todas as pessoas vão perguntando sobre isso também.

Tivemos a oportunidade, ontem, de iniciar a difícil, muito difícil batalha que o P-SOL enfrentará nesta eleição. Sabe V. Ex^a, como um dos Parlamentares que tanto nos ajudou na fase de legalização, o quanto é difícil construir um Partido. Muito difícil! Muito difícil! Fácil no mundo da política é o banditismo, a vigarice, isso tudo é fácil.

No mundo da política, parece que é assim. A política é um espaço muito importante, porque é na política que se definem as normas da vida em sociedade; é no mundo da política que se define tudo, tudo; das coisas consideradas mais simplórias, mas, de fato, muito importantes na vida da mãe, da criança, que é uma creche, até a área de segurança pública, a violência, o desenvolvimento econômico, a inclusão social, a política de juros, as políticas sociais, a distribuição ou a concentração da riqueza – tudo isso é definido no mundo da política.

Mas, talvez até pelo espaço precioso que ele é de transformar o mundo, é também no mundo da política que talvez se estabeleça o maior coeficiente de bandidos. É uma coisa impressionante. Talvez seja exatamente por isso, porque, como aqui é que se define a organização da vida cotidiana das pessoas, as normas estabelecidas da vida em sociedade, também, para o mundo da política, acaba demandando um número maior de pessoas associadas ao que de mais podre existe.

Às vezes, as pessoas de bem até se distanciam do mundo da política, porque é tanta vigarice, banditismo, mentira, traição que a pessoa de bem diz: "Não quero saber de me aproximar da política, de ser Vereador,

ou Prefeito, ou Senador, ou Presidente da República, ou Deputado, porque é tanto bandido que lá está que, talvez, lá estando eu, me contamine também".

Com certeza, pensam assim muitas pessoas de bem que deveriam disponibilizar seus nomes para participar das instâncias de decisão política, para que não estivessem mandando no nosso destino, no nosso País e na nossa Pátria aqueles que responsabilidade, de fato, não têm.

Às vezes, o afastamento do mundo da política contamina até nós. Lembro-me de que, uma vez, eu disse no programa do Jô Soares – recebi muitas cartas de mães e pais, preocupados com o futuro do Brasil, que diziam que eu não devia ter dito aquilo – que não quero os meus filhos no mundo da política. Quero-os no movimento social, no outro mundo da política, porque todos nós, ao reivindicar, ao pressionar, ao exigir, estamos fazendo política também. Mas, com cargo, com mandato, prefiro que eles não estejam; prefiro que eles possam ir à faculdade, trabalhar muito, não virar vigarista ou ladrão; prefiro que eles dêem a contribuição como cidadãos brasileiros sem necessariamente estar aqui.

É claro que, quando fazemos isso, também acabamos reproduzindo um comportamento que criticamos, que é o comportamento das pessoas de bem que se ausentam do mundo da política, das instâncias de decisão política, dos espaços de poder. Portanto, as pessoas perdem a possibilidade concreta, direta e emergente de participarem do futuro do País.

É evidente que foi com essa possibilidade, acreditando nisso, que resolvemos criar o P-SOL, que é um Partido pequeno – reconhecemos que é um Partido pequeno. É um Partido tão pequeno que, talvez, na disputa presidencial, terá apenas um minuto ou talvez menos de um minuto para discutir suas idéias, apresentar suas alternativas e, na nossa capacidade de avaliação, desmascarar a farsa técnica, a fraude política, a irresponsabilidade fiscal, social, financeira, orçamentária, contábil e administrativa desse projeto, esse projeto que se alardeia para a opinião pública até numa terminologia tecnicamente sofisticada, mas escondendo uma farsa, uma fraude técnica e política.

Nós, então, humildemente, achamos que nascemos para cumprir esse papel: um Partido pequenininho – é claro que não é um dos Partidos nanicos que funcionam como moeda de troca no jogo sujo eleitoral e que só se tornam nanicos, moeda de troca, porque alguns partidos grandes o permitem e deles se apropriam para que eles sejam "satélites" dessas estruturas partidárias. Mas é um Partido pequeno que tenta resgatar as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática que, pela atuação do atual Governo, acabaram quase que liquidadas no imaginário popular.

É por isso que a nossa tarefa é muito mais difícil, porque, depois de oito anos de Governo Fernando Henrique e quatro anos de Lula legitimando a verborragia neoliberal, o pensamento único, todos os dias, no imaginário popular, é evidente que até bons corações, ora inocentes, ora ignorantes, acabam também achando que essa é a única alternativa possível.

A gente inicia uma disputa eleitoral muito difícil. É claro que é muito difícil! Imaginem o que é enfrentar duas estruturas poderosíssimas: uma, a estrutura representada pelos oito anos de Governo Fernando Henrique. É lógico que muitos que serviram ao Governo Fernando Henrique hoje servem ao Governo Lula. São os eternos camaleões do mundo da política: “és poder, estou dentro; és governo, sou também”. Há esses que estão em todos os governos que passam. Passou um governo pela frente, eles viram governo. Se o governo é da Direita, eles passam a ser Direita. Isso é uma coisa impressionante!

Fora esses, há duas candidaturas muito fortes, muito poderosas. Não vou levantar os aspectos relacionados aos dólares nas peças íntimas do vestuário masculino. Não vou falar dos bilhões de dólares para os paraísos fiscais, do comportamento como moleque de recado do capital financeiro, dos sabotadores do desenvolvimento econômico, dos concentradores de renda para os banqueiros e dos distribuidores de migalhas para os pobres, para os marginalizados do Brasil. Não vou falar disso.

Mas são estruturas muito poderosas. Há muitas articulações políticas, regionais. É por isso que as pessoas pensam que estamos quase numa viagem interplanetária.

Imaginem a pressão para mim, na minha querida Alagoas! Eu, como bem lembrou hoje o Senador Arthur Virgílio, de forma generosa, fazendo considerações sobre mim, com certeza, teria uma probabilidade muito maior de ser reeleita Senadora. Trocar oito anos de mandato no Senado, com estabilidade financeira e política, por dois anos de campanha eleitoral, nadando contra a correnteza todos os dias não é uma coisa qualquer. Por circunstâncias históricas, foi assim. Poderia ter sido qualquer outra mulher ou qualquer outro homem militante da esquerda socialista e democrática que não se vendeu para ser aceito no convescote do capital e para se lambuzar com o luxo e a estrutura do poder. Poderia ter sido qualquer outra pessoa, mas acabou sendo eu.

Então, por circunstâncias históricas, sobrou para mim e para o meu querido companheiro militante César Benjamin, que, torturado pela ditadura ainda com dezesseis anos de idade, não se vendeu, não entregou os companheiros. E hoje é, como socialista, não apenas um internacionalista, mas é um patriota, um nacionalista, um homem que produz conhecimento,

porque está entre mulheres e homens intelectuais do Brasil que não venderam seus neurônios e a sua produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia para os poderosos de plantão, para os inquilinos das estruturas e dos palácios do poder. Ele é quem está conosco nessa chapa.

É uma tarefa difícil reeleger os nossos deputados federais; é uma tarefa difícilíssima andar pelo Brasil, porque é um país de dimensões continentais, e nós não temos os jatinhos, os bilhões, aerolulas e outras coisas mais. Então, não é uma coisa qualquer. Sabe V. Ex^a, que é da região Norte, o significado de andar pela região Norte e do Norte para o Nordeste, tão pertinho no nosso belo mapa do Brasil, mas tão longe na prática.

Duas vezes em um mês praticamente, eu saí à 1h30min da manhã de Manaus para chegar às 14h30min em Natal ou em outro Estado do Nordeste, dormindo em saguão de aeroporto, indo ao banheiro lavar o rosto para não ficar tão envergonhada de estar passando pelos saguões de quatro ou cinco aeroportos. Com essa crise da Varig, pela irresponsabilidade e insensibilidade, mais difícil ainda ficou.

As duas outras candidaturas, até pelo que apresentaram que iam gastar, são realmente muito poderosas. Senador Geraldo Mesquita, eu já desconfiava disso antes de entrar para a política, mas depois que entrei tive certeza: só enriquece na política se for ladrão. Claro que, se eu tinha um salário R\$1,1 mil como professora de universidade e passo a ter um salário de senadora ou de deputada, durante doze anos, eu teria a obrigação de melhorar de vida. Eu não melhorarei como o meu salário permitia e como a minha família merecia, porque quem é militante da esquerda socialista acaba disponibilizando um percentual muito grande de seu salário para a organização partidária. Aliás, para tristeza minha, descobri que, ao tempo em que eu estava no outro partido, toda a gigantesca contribuição partidária que eu dava acabava sendo usada para lavar dinheiro, porque todo o dinheiro que estava circulando na estrutura partidária tinha como desculpa, inclusive nos tais empréstimos, as contribuições dos parlamentares, que eram muito maiores, e dos militantes. Acabei descobrindo isso.

Mas não me arrependo. De certas coisas, porém, eu me arrependo. Não vou ser fingida, dissimulada nem cínica e dizer que não me arrependo dos riscos que corri ao longo de minha história de vida para defender algo que depois se configurou uma grande decepção e traição. Não vou ser fingida e dizer que não me arrependo nesses casos.

Das causas que defendi, especialmente a do socialismo, não me arrependo. Embora não acredite que vá vivenciar uma sociedade socialista nos moldes daquela em que acredito, não me arrependo. No planeta Terra não há nenhuma experiência socialista

que tenha materializado aquilo em que acredito, que é o socialismo, a liberdade, a tolerância, os aspectos plurais, o respeito. Existem experiências que temos de respeitar, cujos avanços temos de aplaudir, mas não são as ideais para mim.

Embora não acredite que vá vivenciá-lo com esta estrutura anatomofisiológica presente – a não ser que reencarnação haja –, acredito que é o socialismo a mais bela declaração de amor à humanidade. Para completar, sou cristã. As mais belas lições socialistas, eu aprendi, primeiro, no Evangelho, na Bíblia, com a história de luta e libertação do povo de Deus, mesmo antes de eu ler, como todos os militantes lêem muito, a história, os clássicos e a produção científica e literária da esquerda socialista e democrática.

Eu aprendi e não me arrependo de não ter vivenciado condições de vida melhores. Claro que, para uma pessoa simples como eu, hoje vivo em melhores condições. Não estou falando da vaidade feminina, porque sabem todos que acho que as mulheres têm de fazer o que gostam. Se querem usar o cabelo vermelho, roxo, *punk*, perua, de qualquer jeito, a mulher tem de ser do jeito que ela gosta. Se ela é simples, tem de ser respeitada como simples; se ela é muitíssimo arrumada, usa o sapato mais alto que há, mestra do encantamento, com o batom mais vermelho que existir, ela tem o direito de ser feliz. Portanto, não se trata disso. Estou falando da vaidade, do luxo, da arrogância, da ostentação, daqueles que acham que ser celebridade significa ser a celebridade da ostentação, do luxo, do dinheiro fácil.

Senador Paim, eu ganhava R\$1,1 mil como professora de universidade – se não tiver a honra de chegar ao Palácio do Planalto, vou continuar ganhando R\$ 1,1 mil no ano que vem, comendo pó de giz, na minha querida sala de aula na Universidade Federal de Alagoas. Portanto, com o salário que eu ganhei durante esses doze anos, melhorei de vida, mas enriquecer, só sendo ladrão. Não tem justificativa. Eu precisei, Senador Paim, chorar a morte do meu tio mais querido, que deixou para mim um patrimônio, para que eu pudesse construir uma casa para morar com os meus filhos. Então, não há dúvida: só enriquece na política quem é ladrão.

O cabra pode enriquecer no mundo empresarial, explorando mão-de-obra, não pagando ou seguindo as regras do capitalismo. Isso pode ocorrer, existem regras no mundo capitalista que possibilitam o enriquecimento, mas com o salário, não. Tem-se a obrigação de melhorar de vida, embora nós, da esquerda, nunca tenhamos feito isso porque priorizamos outro tipo de luta; outro tipo de luta sempre foi priorizada por todos nós.

Sei exatamente o que vai significar a dureza dessa campanha eleitoral. No entanto, é difícil descrever exatamente como me sinto. Às vezes, dá um misto

de depressão e de tristeza; às vezes, dá uma alegria muito grande encontrar alguém que diga: “Você falou o que eu queria falar. Que bom, porque agora eu não vou votar nulo” – com todo respeito a quem quer votar nulo, não tem nenhum problema. Aliás, qualquer que seja o resultado dessa eleição, nós, como democratas, temos obrigação de humildemente aceitá-lo. Se ele simbolizar, na nossa concepção, o triunfo do banditismo, temos de aceitá-lo; se simbolizar o triunfo da esperança, temos de aceitá-lo também porque faz parte do jogo democrático.

De coração, quero agradecer não apenas às militantes e aos militantes do PCB, do PSTU, do PCR e do P-Sol que estão conosco, mas, de forma muito especial, agradecer às muitas pessoas espalhadas pelo Brasil. Às vezes, chegam para mim e dizem: “Heloísa, vou votar em você, mas não concordo com o que você diz. Tenho dúvidas sobre o seu modelo de política econômica, sobre o que você fala dos juros, do superávit, da seguridade social, da democratização da riqueza, da informação e da cultura, das políticas sociais, da terra e do espaço urbano”, que são os quatro eixos centrais das nossas propostas. Mas dizem que é bom para a democracia e importante para o resgate da esperança. Especialmente muitas pessoas que não têm partido – muitas não gostam de partido, muitas têm o coração partido, mas não têm a alma vendida – estão nos ajudando muito nessa caminhada.

Como, sabem todos, sou cristã, sempre digo que, se até Jesus Cristo – imaginem o filho de Deus na terra, um “cabra” muito poderoso – disse: “Pai, afasta de mim esse cálice”. Por três vezes, Ele pediu ao Pai que afastasse d’Ele o cálice. Se Jesus Cristo suou suor de sangue. E, fisicamente, é demonstrado isso mesmo. Não é à toa que só o evangelista Lucas, porque era médico, entendeu o que estava acontecendo: a hematidrose, processo que ocasiona uma vasodilatação tão intensa dos capilares provocado por um profundo terror, medo, abalo moral, humilhação da estrutura física; falência muito grande da estrutura anatomofisiológica. O terror, o medo e o pavor dão isso mesmo: uma profunda vasodilatação dos capilares cutâneos que faz misturar o sangue ao suor de milhões de glândulas sudoríparas; na exsudação, se verifica o suor de sangue.

Com certeza, não estamos aqui reclamando das tarefas que vamos enfrentar, mas apenas agradecendo a todas as pessoas que têm demonstrado carinho, solidariedade e muita esperança para que continuemos essa caminhada que, volto a repetir, é muito difícil, mas preciosa e democrática para aqueles que pensam que o Brasil não é propriedade do PT, do PSDB e do seu único projeto; para aqueles que pensam ser possível a democratização da riqueza, da informação e da cultura, das políticas sociais, da terra, do espaço urbano, para aqueles que acreditam que, mesmo sob

a égide da globalização capitalista, é possível nela se inserir sem ser de forma subserviente, subordinada ao capital financeiro e aos interesses comerciais das grandes nações. Esses, com certeza, terão um projeto para entender, apreciar, aceitar ou não. Isso será muito bom para a democracia representativa brasileira.

Tivemos a oportunidade de lançar a nossa candidatura, do P-Sol, em Alagoas. Foi uma briga grande no meu Estado, porque morei em muitos lugares. Nasci em Pão de Açúcar, morei em Palmeira dos Índios, em Inhapi, em Igaci, num povoadozinho do alto sertão chamado Poço Branco, Mata Grande, até numa cidadezinha de Pernambuco, chamada Inajá. Foi muito difícil escolher um lugar, e por isso o lançamento se deu lá, Senador Paulo Paim, como tributo às negras e negros guerreiros, herdeiros da tradição de Zumbi, Dandara, Acotirene, República dos Palmares, lá na Serra da Barriga, onde havia negros, índios, brancos, pobres, oprimidos e marginalizados, que foram capazes de ajudar na celebração da luta e da esperança.

Ontem fizemos a primeira caminhada. Claro que nós sempre agradecemos o carinho e a atenção de todos os Estados brasileiros. Tive a oportunidade de estar em todos os Estados: na Bahia, no Maranhão, no Pará, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Piauí, Espírito Santo, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Amazonas, Paraná, Acre, Mato Grosso do Sul, nosso Distrito Federal, segunda casa de todos nós, Tocantins, Amapá, Rondônia, Roraima.

Nós andamos no processo de legalização. Não conseguimos ainda estar nesses lugares. E muitas serão as dificuldades para que consigamos chegar a cada um desses lugares, claro.

Ontem, fizemos a primeira caminhada também para duas homenagens. No Rio de Janeiro, temos o nosso querido Cezinha e o Milton Temer, nossos companheiros. Mas sentimos muito, especialmente quando saíamos ali da Candelária, no Rio de Janeiro, cujo espaço foi palco de dois momentos especiais e tão distintos: o grande comício das Diretas – portanto o espaço rico da democratização, da pluralidade, do encontro de gerações na busca da democratização do País – e o local do assassinato de oito crianças pobres (entre negros, brancos e favelados). E não é só no Rio de Janeiro que isso acontece. Essas malditas guerras silenciosas contra as nossas crianças e os nossos jovens se dão em todos os lugares do País, infelizmente, para tristeza de todos nós.

Claro que será muito difícil, para mim especialmente, que não vou me licenciar do Senado. Portanto, vou fazer as duas coisas ao mesmo tempo: continuarei a vir trabalhar no Senado, participando da CPI, e tentando fazer a campanha eleitoral. Espero que haja os debates e a exposição de idéias. Para profunda

surpresa minha, já está sendo discutido com os partidos os debates na Band, no SBT, na própria Rede Globo – que sempre foi motivo de tanta crítica de todos nós e agora está fazendo um claro esforço para tentar apresentar todos os candidatos, mostrando onde eles estão. Isso temos que reconhecer. E assim as outras estruturas de comunicação. Espero realmente que possamos ter o debate de idéias porque o horário eleitoral é uma covardia: nós, com menos de um minuto, e os dois grandes e poderosos, um com quase dez minutos e o outro com mais de oito minutos, é uma desgraça. Só eu, sendo asmática e portanto tendo aprendido a falar sem respirar, combalindo as minhas já combalidas cordas vocais, para agüentar um negócio desses. Mesmo assim, espero que haja o espaço necessário para o debate programático, o debate de idéias para que possamos tratar de cada um desses temas, que, sem dúvida, são apaixonantes, não são uma coisa qualquer.

Algumas pessoas tentam descaracterizar, tratar de forma preconceituosa, pejorativa, toda alternativa diferente; quando você diz que quer baixar a taxa de juros, imediatamente aparecem aqueles que fingem um ar de sofisticação técnica, usam palavras difíceis, mas é tudo farsa porque sabem que não haverá fugas de capitais. Todo mundo sabe – não estou falando das pessoas mais simples, porque tem tanta coisa que não entendo – que muitas pessoas criticam, com virulência, dizendo que é tudo impossível. Tudo mentira!

A legislação em vigor do País permite. A estrutura do Banco Central e do Ministério da Fazenda, se não sabotarem o desenvolvimento econômico fazendo molecagem a serviço do capital financeiro, permite; permite que se possa ter, o ano que vem, 160 bilhões novos para aumentar os gastos públicos; não para roubar ambulância, comprar Deputado, Senador, dólar nas peças dos vestuários masculino. Não para isso. Mas 160 bilhões para investir naquilo que dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda, possibilita a escola integral, a democratização das políticas sociais. São coisas que realmente podem ser feitas, e eu espero que tenhamos essa possibilidade; nós, do P-SOL, que estejamos à altura de representar, humildemente, um pouco de esperança, um pouco de identidade para o povo brasileiro. Como mulher, é claro, fico muito mais honrada ainda, porque tive o privilégio, Senador Geraldo Mesquita, de conviver com grandes mulheres. Eu não tive pai. É por isso que às vezes digo, Senador Paulo Paim, que não agüento grito de homem, porque acho que o homem que podia me ensinar a agüentar grito, que foi o meu pai, morreu quando eu tinha três meses de idade. Então, quando um homem altera a voz, já fico muito abusada, nervosinha.

Convivi com minha mãe, uma guerreira; convivi na universidade, na enfermagem, no movimento social.

No campo, ou na cidade, sempre encontrei não apenas as mulheres sobre as quais eu li, que vai de Rosa de Luxemburgo a Simone de Beauvoir; mas sempre encontrei, ao longo da minha história de vida, grandes mulheres, competentes, honestas. Então, para mim não tem nada de vaidade me sentir feliz e honrada de ser a primeira mulher a disputar a Presidência da República. Não trago aqui nenhuma vaidade pessoal, porque sempre encontrei mulheres que, quando eu olhava para elas, humildemente baixavam a bola. Por circunstâncias históricas, talvez eu tenha mais visibilidade, pelas lutas que travei, pelo mandato, pela minha história de vida, mas muitas outras mulheres espalhadas pelo Brasil são muito especiais.

Então, é muito especial ter a honra também de representar as mulheres brasileiras, que, como já tive oportunidade de dizer várias vezes, não aceitam a mentira, a roubalheira, a traição; há mulheres que acreditam, e homens também. Só tenho um filhinho homem; meus irmãos são homens, o mais velho morreu, o meu irmão querido foi assassinado.

É realmente muito especial ter a honra – e espero estar à altura dessa tarefa – de representar as mulheres brasileiras e as mulheres e homens de bem e de paz, que não abrem mão de ter vergonha na cara, amor no coração e de pensar um Brasil não como um país qualquer, visualizado no mapa pelas belezas naturais e pela grandeza e combatividade do seu povo. Mas pensar a possibilidade de fazer deste Brasil maravilhoso uma pátria soberana, justa, igualitária, fraterna, uma pátria da qual a gente se orgulhe; que a gente possa não pensar simplesmente no futuro dos nossos filhos, ou da nossa família, mas pensar também nos filhos da humanidade, nos filhos e nas filhas do Brasil, no futuro do Brasil.

Então, é importante ser parte dessa tarefa, por mais dolorosa, exaustiva – porque é realmente algo de outro mundo – que seja, como muitas outras que já enfrentamos. Digo sempre também que todos nós somos sobreviventes, sempre tivemos que fazer nascer um Davi por dia nos nossos corações para enfrentar os gigantes da truculência, da arrogância, da vigarice, da intolerância, em todos os espaços pelos quais já passamos. Então, preparados estamos, embora exaustos, cansados, sofridos, mas com a certeza de que podemos apresentar ao Brasil uma alternativa que simbolize sonhos, luta e, especialmente, uma nova realidade objetiva, concreta para o Brasil. Eu não tenho dúvida de que isso é possível se fazer e é exatamente por isso que a gente se move em toda essa luta.

Então, só tenho mesmo é que agradecer. Farei um esforço inimaginável para não voltar mais tratando do tema, mas muito mesmo para agradecer a generosidade, a delicadeza, o carinho de milhares de pessoas

espalhadas pelo Brasil que demonstram intenção de voto, que querem nos ajudar na caminhada.

Quando registramos a nossa candidatura e ficamos sabendo quanto o povo ia botar na campanha eleitoral, chegamos a tomar um susto e pensamos: meu Deus! A gente não tem nem dez mil; se disser que vai arranjar um milhão já é muito. E ia parecer tão estranho, porque era todo mundo com montante grande. Aí, fizemos a conta e pensamos: se quinhentas mil pessoas que assinaram a legalização – e foram mais de oitocentas – derem R\$10 cada uma, vamos conseguir algo que nem esperamos conseguir, porque nem vamos gastar uma quantia dessas em dois turnos de campanha. Eu não sei como é que esse povo vai fazer essa gastança toda. Deve ter alguma coisa por trás de sujo e inexplicável, porque onde toca sai secreção purulenta. É dinheiro demais. Eu nunca vi um negócio desses!

Quando fomos registrar a candidatura, tinha lá uma velhinha de 76 anos, aposentada, que tirou R\$20 da bolsa – eu morri de vergonha – e disse: “É o meu e o da minha filha”. Aí eu disse: mas não pode dar dinheiro. Fui explicar a legislação eleitoral: vamos nós duas tomar um sorvete por aí afora.

Ontem, também. Então, acho que todas essas pessoas vão nos ajudar muito. Mas, especialmente, acho que o que mais nos ajuda é a certeza que temos de que, independentemente até de votar em nós ou não, existem pessoas no Brasil, mulheres e homens de bem e de paz, repito, com vergonha na cara, com amor no coração, que não se vendem e que querem fazer deste nosso Brasil maravilhoso uma pátria soberana, igualitária, justa, fraterna, e sabem que é possível fazer. Não é possível fazer a longo prazo – a longo prazo é outra coisa –, mas a curto prazo, agora, não como mercadores de ilusão, não com a fajutice política, mas coisas que objetivamente são possíveis de serem viabilizadas, implementadas, implantadas no País da infra-estrutura, das relações comerciais internacionais – volto a repetir – não subservientes, subordinadas aos interesses comerciais das grandes nações ou ao capital financeiro, a esses senhores parasitas e sem pátria, é possível fazer. É preciso – é claro – da vontade da grande maioria da população brasileira.

Então, agradeço a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, e ao Senador Paulo Paim pelo tempo excedente, excessivo quase, mas era uma comunicação que eu me sentia, por uma questão até de delicadeza e de agradecimento, na obrigação de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senadora Heloísa Helena, antes de encerrar a sessão, eu queria dizer duas coisas a V. Ex^a: primeiro, esta aqui é a sua tribuna. Eu diria – e não é do seu feitio vir aqui fazer campanha – que, no seu lugar, eu usaria esta tribuna exaustivamente para

discutir com o povo brasileiro um projeto de país, de uma pátria fraterna, como diz V. Ex^a. Todo santo dia eu usaria esta tribuna para discutir com o povo brasileiro um projeto de uma pátria brasileira.

Outra coisa: V. Ex^a, que terá realmente um tempo minúsculo na televisão, assim como o Senador Buarque, pode ter certeza de que o tempo de televisão será minúsculo. Mas o que V. Ex^a e o Senador Cristovam disserem terá, de parte do povo brasileiro, a benevolência de ser objeto de reflexão durante muitas horas, ao contrário de alguns que, por falta de credibilidade, não o terão.

O Senador Paim está lembrando aqui a importância dos debates. Por isso presto-lhe uma homenagem. Creio que posso dizer com toda a segurança, em nome dos demais Parlamentares e dos servidores desta Casa, ao trabalhador da política que se chama Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Marcos Guerra, João Batista Motta, Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Do alto do salto alto”, de autoria do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 11 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da próxima eleição e afirma que o Presidente Lula, se reeleito, “será um presidente de coisa nenhuma, mais ou menos como agora. Terá uma representatividade para o cerimonial aqui dentro e fora do País, mas, poder de imprimir um rumo ao País, isso não aconteceu agora nem acontecerá no próximo mandato.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, diz respeito a um tema que me traz bastante preocupação e que foi externado pelo presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

Segundo o empresário, as classes produtoras estão preocupadas com a fuga de fábricas e empregos do Brasil para o exterior, motivadas pelas dificuldades advindas das políticas indefinidas da legislação brasi-

leira, que incentiva a especulação do capital rentista em detrimento dos setores produtivos.

É claro que precisamos incentivar as exportações de mercadorias nacionais, porque o Brasil tem um potencial produtivo que merece estar inserido nos grandes mercados internacionais.

E isso não significa deixar para trás todo um potencial nacional ainda crescente e promissor, ainda mais num momento em que as desigualdades sociais ainda são tão grandes e o quadro para a sua redução ainda parece tão distante, como tão bem mostrou o presidente em exercício da CNI.

O Brasil, hoje, figura como um dos grandes vilões internacionais na cobrança de tributos. Na verdade, a taxa real de juros brasileira é considerada a maior do mundo, que eleva a dívida pública e retrai os investimentos.

No início deste ano, a revista **The Economist** publicou uma tabela comparativa da carga tributária em vários países.

Percebe-se que o Brasil caminha em sentido contrário à tendência dos países desenvolvidos, principalmente os do Continente Europeu. A carga tributária do Brasil ocupava, em 2003, a vigésima terceira posição do *ranking* mundial.

Coincidentemente, além de líder mundial em juros reais, o Brasil também faz parte hoje de um pequeno grupo de países que conta com um emaranhado tributário caro e que inibe investimentos externos.

Enquanto o Brasil ostenta 61 impostos, taxas e contribuições e uma carga tributária em torno de 36% do PIB, a China, por exemplo, tem 25 impostos e uma carga de 16,7%, acenando para um cenário de gradual queda desde 1995.

No México, o peso dos impostos não chega a 20%. No Chile, uma carga tributária de 17,3% quase erradicou o analfabetismo, reduziu a miséria e ainda financia obras públicas.

O Brasil também está na contramão dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Reino Unido, que têm procurado estabilizar ou mesmo diminuir a carga tributária sobre o setor produtivo.

Esse é um modelo de política fiscal que o Brasil precisa adotar com urgência, sob o risco de afugentar tanto investidores como a massa produtiva do País.

Final, se os nossos empresários estão acreditando que investir no exterior é mais atraente, os estrangeiros também se mostram preocupados em investir no Brasil pelas mesmas razões.

O Brasil também precisa desburocratizar os serviços judiciais, oferecer e garantir crédito aos produtores, combater a sonegação de impostos e lançar uma verdadeira guerra ao contrabando e à pirataria.

Esses são os caminhos lançados pela Confederação Nacional da Indústria, a qual apoiamos por

considerar que é o caminho correto para garantir a retomada do crescimento de que o Brasil tanto necessita para se posicionar ao lado das grandes economias mundiais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos iniciando um processo eleitoral em que o debate sobre o futuro do Brasil é urgente e extremamente necessário.

As classes produtoras em todas as instâncias clamam por mudanças e não podemos ficar insensíveis aos seus apelos.

O Brasil tem todo um potencial que precisa ser incentivado, apoiado, mobilizado, pois a descrença é

a pior das companheiras de quem quer crescer e se desenvolver.

O empresariado brasileiro tem toda a razão em clamar por apoio, e nós temos o dever de ser portavozes desse clamor.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

Do alto do salto alto

RIODE JANEIRO - Não é somente a seleção de futebol que está andando de salto alto. A experiência ensina que o salto alto é expressão geralmente mal informada de uma superioridade que a realidade desmente.

Também o presidente Lula está andando de salto alto após a ressaca dos escândalos que bagunçaram o seu governo. Montado no cómodo patamar de 60% das intenções de voto em diversas regiões do país, ele já se sente reeleito — somente um fato novo (e improvável) impedirá um novo desgoverno.

A questão que me parece certa é a reeleição de Lula, em campanha eleitoral explícita há mais de três anos e sem concorrente categorizado à vista.

Reeleito, será um presidente de coisa nenhuma, mais ou menos como agora. Terá uma representatividade para o cerimonial aqui dentro e fora do país, mas, poder de imprimir um rumo ao país, isso não acon-

teceu agora nem acontecerá no próximo mandato.

Na atual gestão, tudo o que houve foi um processo que vinha de outros governos e que ele não conseguiu atrapalhar. No mais, foi a sucessão de escândalos dentro do próprio governo, com gente sua. Tivemos agora a invasão do MLST ao Congresso, promovida também por gente sua, que escolheu o Legislativo para a depredação com a finalidade de enfraquecer um dos poderes da nação.

O protesto seria inaceitável, embora com lógica, se fosse dirigido ao próprio Lula. Mas, como disse um dos invasores, “Lula é dos nossos”.

O que tudo isso significa? Que está em gestação uma espécie de ditador legalizado pelas urnas. Montará sua equipe com retalhos, agindo apenas diante de portas arrombadas, com notas oficiais condenando desde assaltos aos cofres públicos a assaltos a dependências da União. Um ditador só possível num país chamado Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 19 de junho do corrente.

Segundo a matéria, a Planam, empresa que comandou a fraude das sanguessugas na saúde foi também intermediária na liberação de verbas do Ministério da Ciência e Tecnologia. O esquema de desvio de dinheiro público era bem maior do que se pensava,

envolvia não só ambulâncias mas também ônibus equipados para projetos de “inclusão digital itinerante”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga

Planam, empresa que comandou fraude na Saúde, intermediou liberação de verba para projeto de inclusão digital itinerante

outro lado

Planam só se manifestará após perícia

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A advogada Laura Giselle Maia, que defende diretores da Planam em ação penal decorrente da Operação Sanguessuga, afirmou que seus clientes somente irão se manifestar sobre os papéis obtidos pela **Folha** após a realização de uma perícia técnica.

O deputado Coriolano Sales (PFL-BA) disse não ter conhecimento de ofício em seu nome elaborado pela Planam e enviado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Os deputados Feu Rosa (PP-ES) e João Correia (PMDB-AC) negaram qualquer envolvimento em irregularidades praticadas pela Planam.

Um assessor do gabinete da deputada Edna Macedo (PTB-SP) informou que ela tomou a iniciativa de suspender a tramitação da emenda que apresentou para o segmento de inclusão digital itinerante.

Em nome do deputado Júnior Betão (PL-AC), um assessor de nome Paulo afirmou que o parlamentar não tem nenhuma relação com a Planam.

Em nota, o deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) afirmou que “todos os documentos oficiais assinados pessoalmente por mim são produzidos por assessores de meu gabinete em Brasília e de meu gabinete regional em Volta Redonda, RJ”. Também em nota, Jefferson Campos (PTB-RJ) negou relação com a Planam.

Informado sobre a reportagem, o deputado

Maurício Rabelo (PL-TO) achou melhor aguardar e disse que ele “está com a consciência tranquila”.

Não responderam aos recados deixados pela **Folha** em seus gabinetes os deputados Elaini Costa (PTB-RJ), Heleno Silva (PL-SE), Irapuan Teixeira (PP-SP), José Divino (PRB-RJ), Osmânio Pereira (PTB-MG), Reginaldo Germano (PP-BA) e Vieira Reis (PRB-RJ). O ex-deputado Ricardo Rique (PTB-MT), que exerceu mandato entre até março, não respondeu a recado deixado no gabinete que ocupava na Câmara.

A **Folha** não conseguiu localizar o deputado Nilton Capixaba (PTB-RO). Em nome de Raimundo Santos (PL-PA), um assessor que se identificou como Jackson disse desconhecer os ofícios e que as emendas apresentadas pelo parlamentar não foram empenhadas.

Segundo o assessor de João Mendes de Jesus (PSB-RJ), se o ofício não está assinado, então não pertence ao deputado.

O prefeito do município de Rolante, Pedro Luiz Rippel, disse que uma pessoa chamada Rodrigo se apresentou a ele com a proposta de conseguir verbas federais para um projeto de inclusão digital. O suposto técnico, que jamais teria citado o nome da Planam, cobrou uma comissão de R\$ 1.000, caso houvesse sucesso. “Mas não conseguimos nada. Ainda bem”, disse Rippel.

André Cardoso Campos, prefeito de Pancas (ES), negou qualquer relação com a Planam.

Na tarde de sexta-feira, ninguém atendeu ao telefone no gabinete do deputado Fraga. O mesmo aconteceu com a prefeitura de Poconé (ES).

Deputados usavam ofício padrão feito pela Planam para informar ministério sobre emendas destinadas à aquisição de ônibus

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Planam, empresa que comandou a máfia dos sanguessugas no Ministério da Saúde, atuou também para a liberação de recursos no MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia).

O esquema de desvio de verbas públicas dos sanguessugas, que se tornou conhecido pelas fraudes na compra de ambulâncias e teria movimentado R\$ 110 milhões desde 2001, teve também como alvo em 2005 o dinheiro destinado à aquisição de ônibus equipados com computadores para dar aulas de informática em prefeituras do país, projeto conhecido como inclusão digital itinerante.

Em meio a um conjunto de papéis obtidos pela **Folha**, há ofícios em nome de 20 deputados destinados ao então ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB-PE), nos quais os parlamentares informam sobre a inclusão no Orçamento de emendas deles destinadas a iniciativas no segmento de inclusão digital.

Em texto padrão, os documentos deixam espaço em branco para o parlamentar escrever o nome da entidade que deverá gerir o projeto. Os ofícios fazem parte da contabilidade da Planam. Os arquivos foram copiados da base de dados da Planam por Maria da Penha Lino, a ex-servidora do Ministério da Saúde responsável por agilizar os trâmites burocráticos necessários à liberação do dinheiro para a máfia dos sanguessugas.

Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, Maria da Penha, que foi funcionária da Planam até março de 2005, acusou 81 parlamentares de envolvimento com o esquema. Os documentos obtidos pela **Folha** agora trazem quatro nomes que estão na lista dos sanguessugas e que também aparecem na nova fraude: os deputados Heleno Silva (PL-SE), João Correia (PMDB-AC), Júnior Betão (PL-AC) e Osmânio Pereira (PMDB-MG).

Brecha digital

Como foram entregues à reportagem em meio digital, os ofícios não apresentam as assinaturas dos parlamentares. Porém, os documentos têm data, foram elaborados em papel timbrado da Câmara e chegaram ao seu destino.

Com a intermediação da Planam, que é negada pelos deputados ao sabermos que sua assinatura não consta dos documentos, metade dos parlamentares teve seus pedidos atendidos. Em 2005, 57% de R\$ 9,95 milhões destinados diretamente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia à inclusão digital itinerante foram empenhados em favor de projetos intermediados pela Planam. Por meio da Finep (Fundação de Estudos e Projetos), órgão vinculado ao MCT, outros R\$ 2,23 milhões foram usados para pagar projetos apresentados em ofícios feitos pela Planam.

Em maio, quando surgiram as primeiras pistas de que o esquema dos sanguessugas poderia ter atuado em outros setores, o MCT suspendeu todos os projetos de inclusão digital.

A Finep detectou “indícios de fraude na execução dos projetos”, conforme nota de esclarecimento divulgada na época. Auditoria feita pelo órgão con-

cluiu que “estritamente do ponto de vista processual dos projetos [...], não há evidências de normas vigentes”.

O projeto de maior valor foi lastreado por emenda da deputada Edna Macedo (PTB-SP). É de R\$ 1,6 milhão e destina-se a ônibus de inclusão digital para cidades de São Paulo. A assessora da deputada disse que, por iniciativa de Edna, a emenda foi cancelada.

Um ofício de 3 de maio de 2005, atribuído ao deputado Júnior Betão (PL-AC), informa ao ministro Eduardo Campos o destino de duas emendas voltadas para iniciativas de inclusão digital: R\$ 950 mil para municípios do Acre e R\$ 150 mil para a cidade de Rio Branco (AC). Apesar de suspender o pagamento depois, o ministério empenhou verbas para a emenda de valor mais alto.

O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) conseguiu a liberação de pagamento para uma emenda de R\$ 1,08 milhão destinada a municípios do Rio de Janeiro.

Os documentos obtidos pela **Folha** incluem ofícios elaborados pela Planam em nome de dez prefeitos e destinados, entre janeiro e abril de 2005, a Eunício Oliveira, então ministro das Comunicações. Os ofícios apresentam projetos de inclusão digital, sempre em modelo padrão, por meio dos quais as prefeituras pedem, cada uma, R\$ 250 mil para comprar e equipar seus ônibus.

Dos dez projetos intermediados pela Planam, o ministério empenhou verbas para pagar três deles, mas em valores inferiores e com destino a telecentros fixos. Sob a gestão do ministro Hélio Costa, Rolante (RS) recebeu R\$ 55 mil. Houve empenho de verbas para Pancas (ES - R\$ 80 mil) e Poconé (MT - R\$ 55 mil).

NOVO ATAQUE DOS SANGUESSUGAS

Planilhas da empresa Planam, que comandou a máfia dos sanguessugas, mostram como deputados usavam ofícios preparados pela empresa para pedir recursos ao Ministério da Ciência e Tecnologia

COMO FUNCIONAVA

1 Deputados apresentavam emendas ao Orçamento da União pedindo recursos para a compra de ônibus destinados a projetos de inclusão digital

2 Depois, os deputados apresentavam ofícios ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Eles informavam sobre a apresentação da emenda e pediam que a verba fosse liberada. Os ofícios eram feitos pela Planam



INDÍCIO Enunciado padrão elaborado pela Planam e entregue aos deputados, que pediam liberação de verbas

Deputados

Ofícios

Verba

Ministério da Ciência e Tecnologia

Empresa será alvo de nova investigação

DA SUBCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal vai investigar a atuação da Planam no Ministério da Ciência e Tecnologia para a

liberação de verbas de projetos de inclusão digital. Durante, por meio de ofícios preparados pela empresa e apresentados por deputados. Na terça-feira passada, a Folha mostrou parte dos documentos em nome de 20 deputados destinados ao então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Camanho.

procurador regional do Ministério Público Federal. Ele também é o coordenador das investigações de caráter criminal que apuram o envolvimento de prefeitos distribuídos por 13 Estados, além do Distrito Federal, com a máfia dos sanguessugas que atuou no Ministério da Saúde. "O modelo é o mesmo utilizado para a compra de am-

bulâncias. Agora surgem os sanguessugas digitais. Também chama a atenção a existência de nomes de novos parlamentares supostamente envolvidos no esquema. Para Camanho, a Planam mantinha uma espécie de "ldt fraude" com o objetivo de agilizar a apresentação de projetos. O material será investigado. (AM)

DEPUTADOS QUE ENVIARAM OFÍCIO AO MCT

Parlamentares que aparecem em ofícios na contabilidade da Planam

Deputados que têm ofícios para o Ministério da Ciência e Tecnologia	Valor do projeto mencionado no ofício, em reais	O que foi efetivamente pago (via Finep), em reais
Coriolano Sales (PFL-BA)	800.000	
Edna Macedo (PTB-SP)	1.600.000	
Elaini Costa (PTB-RJ)	800.000	
Enivaldo Ribeiro (PP-PB)	SEM VALOR	
Feu Rosa (PP-ES)	400.000	
Heleno Silva (PL-SE)	500.000	
Heleno Silva (PL-SE)	350.000	350.000
Irapuan Teixeira (PP-SP)	SEM VALOR	
Jefferson Campos (PTB-SP)	SEM VALOR	
João Correia (PMDB-AC)	800.000	
João Mendes de Jesus (PSB-RJ)	800.000	800.000
José Divino (PRB-RJ)	800.000	
Júnior Betão (PL-AC)	150.000	
Júnior Betão (PL-AC)	950.000	
Maurício Rabelo (PL-TO)	800.000	
Nilton Capixaba (PTB-RO)	400.000	
Osmário Pereira (PTB-MG)	800.000	
Paulo Baltazar (PSB-RJ)	1.080.000	1.080.000
Paulo Baltazar (PSB-RJ)	SEM VALOR	
Raimundo Santos (PL-PA)	400.000	
Raimundo Santos (PL-PA)	600.000	
Reginaldo Germano (PP-BA)	800.000	
Ricardo Rique (PTB-MT) *	400.000	
Vieira Reis (PRB-RJ)	400.000	

Total
2.230.000

* Deputado, que era suplente, exerceu mandato de 17/02/2005 a 30/03/2006

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Lula chefia um governo de mão sujas, diz FHC”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em doze de junho do corrente.

A matéria trata do discurso proferido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na última convenção do PSDB. O ataque foi duro, o Presidente Lula foi chamado de vira-casaca, fanfarrão e frouxo.

Sobre a posse de Lula ele disse: “Eu me emocionei, mas hoje posso lhe dizer, do alto dos meus 75 anos, que tampouco tive desilusão maior”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para registrar o artigo intitulado “Sujeira grossa digna dos mensaleiros”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, de 28 de maio do corrente.

O autor, ex-ministro Maurício Corrêa, tece comentários sobre a ciência política, analisa as mudanças em

seus conceitos através da história, sempre com o olhar voltado para o a “nossa” política. Faz críticas aos mensaleiros e ainda aos que, “como esses, tantos outros também fazem da política instrumento de mercancia, enriquecimento e corrupção.”

E continua: “É inconcebível que gastos exagerados despendidos por certos candidatos valham apenas pelo que vão perceber de subsídios... elegendem-se para fazer da tribuna parlamentar chamariz do lucro e da traficância de interesses escusos.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARTIDOS

Lula chefia um governo de mãos sujas, diz FHC

Tucano faz discurso duro na convenção, em que chamou presidente de vira-casaca, fanfarrão e frouxo

Expedito Filho
ENVIADO ESPECIAL
BELO HORIZONTE

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chamou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vira-casaca, fanfarrão, frouxo e "chefe de um governo que sujou as mãos". Em discurso proferido durante a convenção do PSDB, o ex-presidente fez um ataque forte a Lula e afirmou que, na véspera de completar 75 anos, o presidente se tornou sua maior decepção. Segundo FHC, Lula rasgou a própria biografia e esqueceu tudo o que aprendeu ao longo de sua vida.

Ao se referir ao presidente, FHC o definiu como sendo "um que tão rapidamente esqueceu tudinho que se esperava dele. E passou a ser simplesmente fanfarrão. Ele fala, fala, fala e não diz nada que toque realmente a verdade".

Para o ex-presidente, a crise de corrupção revelou um governo que se deixou levar pela marca da corrupção. "O governo sujou as mãos. E não foi responsável. Deixou que lavassem, do lado do seu gabinete, o maior veio de corrupção já visto neste País", discursou FHC. A própria escolha da base de apoio seria um sinal claro do desvio seguido por Lula. "O atual governo tem o PSDB como adversário, e os partidos do mensalão como sustentáculo do seu poder", lembrou.

O ex-presidente assegurou que com a eventual eleição de Geraldo Alckmin essa situação deve mudar. "Ele não será fanfarrão. Não precisa. Não será frouxo. Trabalhará. Não fará turismo o tempo inteiro. Geraldo não fez isto quando governou

Aécio desaprova o candidato

...No reino das aparências está tudo resolvido entre Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Chegaram e saíram juntos da convenção como se convivessem em harmonia, mas intramuros não há dúvida: Alckmin deixou Belo Horizonte ontem magoado com o comportamento de seu anfitrião, que não o apoiou com a firmeza e a dedicação necessárias. "A falta de apoio em Minas é o pior problema da campanha", desabafou um assessor de Alckmin. O próprio candidato já pediu a Fernando Henrique Cardoso que tente convencer Aécio a envolver-se de corpo e alma na campanha.

O comportamento dubio de Aécio já teria gerado comentários de desapontamento e advertências por parte de Alckmin. "Esse negócio de esperteza tem limites", advertiu o candidato, segundo relato de tucano com trânsito

na cúpula do partido – lembrando que, se Aécio não o apoiar com a força necessária, poderá sofrer as consequências daqui a quatro anos, quando não contará com o apoio do PSDB paulista para disputar a Presidência.

O corpo-mole de Aécio se explicaria pelo fato de ele desejar ouvir de Alckmin compromisso de apoio a sua eventual candidatura em 2010. O paulista deveria descartar a reeleição, caso vença agora, e desde já negar apoio a José Serra. "Ele tem feito essa proposta repetidas vezes", comentou um assessor de Alckmin.

Para o ex-governador, negociar nesses termos é um tiro no pé, além de injusto com Serra – que tem se posicionado como homem de partido. A estratégia de Aécio é vista como kamikaze, pois pode deixar o governador sem apoio paulista. ● A.P.S. ● E.F.

São Paulo, a exemplo de Mário Covas", provocou.

Fernando Henrique disse que um dos momentos mais emocionantes de sua vida pública foi quando passou a faixa presidencial para o presidente Lula. Ele lembrou que passava o poder para um líder sindical, apesar de Lula ter feito uma oposição dura ao seu governo durante oito anos. "Eu me emocionei apesar disto", relembrou FHC. "Mas eu hoje posso lhe dizer, do alto dos meus 75 anos, que tampouco tive decepção maior. Eu jamais vi alguém passar tão rapidamente a ser o homem dos banqueiros, depois de ser capaz de dizer tudo o que

disse no passado, inclusive as críticas ao meu governo."

Ao comparar Lula com Alckmin, FHC disse que o petista não tem a mesma convicção do tucano para governar. "Quem não tem convicção muda a casaca e não merece o apoio do povo", afirmou o ex-presidente.

Ele também reclamou do fato de Lula nunca ter reconhecido que já encontrou o governo ajeitado com moeda forte e a inflação sob controle. Antontem, Lula disse que quando tomou posse o Brasil já existia, mas parecia "um lego desmontado", referindo-se a um brinquedo infantil de montar. ●

COLABOROU ANA PAULA SCINOCCA

~~REFORMA~~ Sujeira grossa digna dos mensaleiros

A política é a ciência por excelência da organização social do homem. A vida em sociedade o obrigou a encontrar meios que permitissem melhor convívio de todos. Para isso, tornou-se necessário criar-se mecanismos de proteção dos bens e serviços existentes, disciplinando-os, ordenadamente, para que todos pudessem deles se beneficiar. Em seu significado aristotélico original pode-se dizer que política é a arte de bem governar os povos. A mutação do conceito ao redor do mundo, especialmente em nosso país, deve-se aos desvios sofridos durante sua longa trajetória histórica, que acabou fazendo dela o que, de fato, nunca foi. Ou, ainda, valendo-se de Max Weber, que, já à sua época – imagine-se agora! – afirmava que as pessoas não mais viviam apenas para a política, mas da política.

Tal é a deformação de sua prática hoje em dia, que o vocábulo política, com todo seu substrato inicial, perdeu a expressão nobre da pólis grega, como gênese embrionária de ciência da administração pública, conforme a entendiam os primeiros formuladores nas cidades-Estado, onde seu exercício decorria da direta delegação do povo para maior e melhor utilidade da res publica.

Não faz política quem a subverte para a realização de interesses menores. Antigamente, e isso ainda acontece em alguns países, o mandato popular era exercido de forma graciosa como serviço relevante prestado à sociedade. É normal que as coisas no mundo tenham passado por transformações. Explica-se, assim, o preceito constitucional, no caso do Brasil, de que ninguém pode trabalhar de graça, sendo, por isso mesmo, vedado o enriquecimento ilícito. Como trabalhar para o Estado, em princípio, é forma de prestação de serviço como outro qualquer, é certo que a função dos agentes políticos detentores de mandato popular seja estipendiada pelos cofres públicos.

Com isso, era de esperar que, pelo menos as atividades por eles desenvolvidas, fossem

honrosa e dignamente exercidas sem que os autores debandassem para o submundo do crime. Desbordando-se do cumprimento das bases rudimentares da ética, a nação foi vítima do achincalhe infligido por boa parte de seus representantes no Executivo e Legislativo, pegos com a boca na botija na perpetração de crimes de variada tipificação, em prejuízo do dinheiro do povo.

Mais do que nunca, acordou o país do pesadelo desse cataclismo, dando-se de frente com a patifaria gerenciada por um bando de servidores palacianos e parlamentares, que deram o tombo na plataforma do moralismo petista de Lula, para firmar uma união com o crime e jogar na cesta de lixo os compromissos de ética assumidos com o povo.

Evidentemente que esse tipo de procedimento desnatura a representação política e dispõe seus infratores, e o próprio segmento político, na vitrine da indignação e da revolta popular. Essa não é verdadeiramente a política idealizada pelos estetas criadores das cidades-Estados, da pólis, dos formuladores da democracia representativa, do governo do povo, para o povo e pelo povo, como sentenciou Lincoln no famoso discurso de Gettysburg, mas política espoliativa, mentirosa, pífida e traiçoeira, como nos demonstraram os mais festejados corifeus da república do mensalaço.

Como esses, tantos outros também fazem da política instrumento de mercancia, enriquecimento e corrupção. É inconcebível que gastos exagerados despendidos por certos candidatos valham apenas pelo que vão perceber de subsídios. Nem tampouco fazem-no pelo diletantismo de servir. Elegem-se para fazer da tribuna parlamentar chamariz do lucro e da traficância de interesses escusos. Certamente isso não é política. É inversão de política. É consagrada traição com o eleitor, com o povo e a nação.

Sempre entendi que, mesmo na acepção da práxis política, tal como ordinariamente se a tem na atualidade de arte de desenvolver raciocínios inteligentes, visando à vitória, devem os que a exercitam obedecer a princípios de ética e correção. Sagacidade, perspicácia e até mesmo certa dosagem de espartezza ou astúcia, no sentido de habilidade ou manha, são manifestações plenamente aceitáveis no

jogo político, uma vez que compõem o xadrez que define a maior capacidade e competência de uns com relação a outros. Dar rasteira, passar os outros para trás, desprezar compromissos, trair, fazer, enfim, o jogo sujo, não é forma de fazer política, mas descaminhos de sanidade moral, que mais se enquadram no rol da deslealdade e baixaria do que de política.

Na política brasileira esses fatos são frequentes. Seus praticantes são os que enlameiam e conspurcam a ratio de sua expressão, pois, ainda que não perfilhem a natureza helênica de sua nobreza, pelo menos que não se julguem potências da astúcia política, quando, na verdade, são reles passadores de rasteira na lealdade alheia. Isso é sujeira grossa digna do clube dos mensaleiros.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Ruína diplomática”, publicado pelo jornal **O Globo**, de 12 de maio do corrente.

O artigo faz uma crítica à atual política externa brasileira e afirma que a sua derrocada se deu porque o Governo Lula rompeu com as boas práticas históricas do Itamaraty ao misturar diplomacia com ideologia.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Ruína diplomática

Quando entrar hoje nos salões do encontro de líderes da América Latina, Caribe e Europa, em Viena, na Áustria, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deixará de ser saudado com a pompa que o seu cargo merece. Mas a atmosfera em torno do presidente em nada deverá lembrar os tempos logo após a posse no Palácio do Planalto, quando começou a ser executada a estratégia diplomática de construir a imagem globalizada do operário que chegou lá para redimir os pobres. E não apenas os pobres brasileiros. Novidade no circuito político internacional, Lula foi personagem central no Fórum de Davos, dividindo espaço no *resort* dos Alpes suíços com nomes de primeira grandeza na esfera diplomática e dos negócios bilionários. A imprensa do Primeiro Mundo abriu-lhe generosos espaços. Provocava repercussões mesmo quando sugeria fórmulas exóticas para o combate à pobreza planetária, como a constituição de um fundo nutrido por uma taxação sobre o comércio de armas, numa ligação esdrúxula entre a vida e a indústria da morte.

Lula herdou uma agenda farta de conversações diplomáticas construída a partir da Rodada de Doha, de liberação dos mercados, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e da proposta feita ainda por George Bush pai, de constituição da Área de Livre Comércio das Américas, Alca. Demonizado pelo PT e aliados, o projeto da Alca passou a segundo plano no governo Lula. Em troca, Brasília, sob os novos donos do poder, executou uma ampla operação para aglutinar países emergentes e pobres e com isso aumentar o poder de barganha nos embates na OMC com o bloco dos Estados Unidos, Europa e Japão para o corte de subsídios agrícolas e a redução de barreiras tarifárias.

O surgimento do G-20, puxado por Brasil, China, Índia e África do Sul, foi um êxito da diplomacia nacional. Mas ao mesmo tempo, com o assessor especial para assuntos externos, o militante petista Marco Aurélio Garcia, Lula iniciou uma operação para projetar uma sombra de liderança sobre a América Latina. Ora colocando-se ao lado do caudilho Hugo Chávez, da Venezuela, ora apoiando abertamente candidaturas de esquerda na Bolívia (Evo Morales) e no Uruguai (Tabaré Vázquez). Lula aplainava o terreno para desfilarem como o grande líder continental.

A estratégia foi a pique. O Lula que desembarcou na Áustria enfrenta sérias dificuldades no continente, despediu-se do sonho da liderança regional incontestada e ainda corre o risco de não obter qualquer vitória relevante com o G-20 — e tudo isso sem poder recuar e retornar para valer o tema da Alca. Afinal, os Estados Unidos, diante da resistência brasileira e argentina à Alca, exercida em nome do Mercosul, têm executado com êxito a tática de isolar Buenos Aires e Brasília por meio de acordos bilaterais já fechados ou em negociação no continen-

te. Tem sido assim com Chile, Colômbia, Equador, Peru e, para espanto de Lula e companheiros, o Uruguai poderá ir pelo mesmo caminho. A intenção manifestada por Tabaré Vázquez de firmar um tratado com Bush representará a saída automática do Uruguai do Mercosul e agravará a crise em que já se encontra a aliança comercial. E como Néstor Kirchner acaba de decretar assunto de interesse nacional argentino a campanha contra o projeto uruguaio de duas fábricas de papel do outro lado do Rio Uruguai, Montevideu está cada vez mais próximo de Washington.

Entre os escombros da diplomacia de Lula para a região, emerge como líder de parte da América Latina o caudilho venezuelano Hugo Chávez, mais interessado, junto com Fidel Castro, em montar uma cabeçade-ponte contra os Estados Unidos do que em ajudar a promover o efetivo desenvolvimento integrado da região. Liderança esta comprada com petrodólares, cacife que falta a Lula. Chávez mistura como ninguém diplomacia com ideologia. O governo Lula, rompendo com as boas práticas históricas do Itamaraty, fez o mesmo. Daí a derrocada de sua política externa. As lições de prudência, racionalidade e multilateralismo do Barão do Rio Branco foram engavetadas. O resultado é a crise com a Bolívia do pretenso amigo Evo Morales — incentivado por outro muito amigo, Chávez — na qual está envolvida a Petrobras e se encontra em jogo metade do abastecimento de gás do Brasil.

Um diplomata experiente diagnosticou com propriedade um dos males da política externa lulista: “hiperatividade”. A ânsia de lançar-se como liderança regional, também com objetivos políticos internos, estimulou animosidades, semeou desconfianças. A Argentina nunca escondeu a resistência ao desejo brasileiro de uma cadeira cativa no Conselho de Segurança da ONU. E, não sem motivos, o Brasil deixou de ser apoiado por latino-americanos para nomear o presidente do BID e o diretor-geral da OMC.

O Brasil de Lula apostou na visão escurada, das décadas de 60 e 70, do conflito Norte-Sul e perdeu. Aliados no G-20 como Índia e China estão mais interessados em vender para os americanos e absorver sua tecnologia do que em se contrapor a eles. Emparedada na América Latina, a diplomacia brasileira resta, a curto prazo, trabalhar por um desfecho positivo na fase final da Rodada de Doha. Mas as perspectivas também não são promissoras, com os sinais de que os EUA não estariam mais interessados num acordo, preferindo reaproximar-se dos antigos aliados europeus, os campeões do protecionismo.

Ao comparecer ao Senado, terça-feira, o chanceler Celso Amorim revelou um desconforto com as posições de Chávez e Morales. Vem tarde a constatação. Pelo menos indica que ainda há alguma capacidade de análise fria no Itamaraty. Se ela será capaz de evitar mais derrotas, impossível prever.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Avanço limitado”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 13 de junho do corrente.

O editorial destaca que a economia e o Estado não podem sustentar o atual ritmo de expansão de despesas sociais por muito mais tempo. A economia e o Estado brasileiro não podem sustentar uma expansão de gastos sociais nessa velocidade por muito mais tempo, já que os gastos em 2005 saltaram para 21,4% e os investimentos caíram de 16% para menos de 3% no mesmo período.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, diz respeito ao artigo “A saúde e os po-

bres”, de autoria do ex– prefeito de São Paulo, José Serra, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 09 de junho do corrente.

O artigo destaca que passou a ser norma desativar programas bem-sucedidos do governo anterior. Segundo o autor, é difícil “explicar por que tudo isso vem acontecendo, as razões de tantos retrocessos e tanta traição a causas anteriormente defendidas por Lula e seu partido”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado também seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Avanço limitado

A economia e o Estado não podem sustentar o atual ritmo de expansão de despesas sociais por muito mais tempo

COM MAIS força desde que o arranjo constitucional de 1988 foi implantado, a União vem ampliando os gastos em programas sociais. Aos projetos precursores, como a aposentadoria rural e os benefícios ligados à Loas (Lei Orgânica da Assistência Social), foram se somando políticas clássicas de renda mínima, instituídas sob a gestão Fernando Henrique Cardoso e, sob a administração Luiz Inácio Lula da Silva, unificadas no Bolsa-Família e expandidas.

Estima-se que um contingente de 30 milhões de brasileiros (cerca de 15% da população) seja beneficiado diretamente pelos programas, ao custo de R\$ 80 bilhões neste ano (em torno de 4% do PIB). Em 2006, apenas o Bolsa-Família atingirá 11,1 milhões de famílias (21% dos domicílios),

10% mais pobres do país tiveram sua renda aumentada em 23,3%. Os 20% mais pobres, em cerca de 15%. A tendência, embora com menos força, persistiu ao longo dos anos seguintes.

O impacto dos programas sociais sobre as famílias mais pobres é incontestável. Ele significa, basicamente, mais acesso a comida e a produtos essenciais. Todavia, a expansão desses programas logo encontrará seus limites —se é que já não está encontrando—, dado o baixo crescimento da economia.

A aceleração dos gastos com benefícios assistenciais e serviço da dívida pública ocorre em detrimento dos investimentos da União e vem sendo financiada com aumento de impostos. Em 1987, a União destinava 3,1% das despesas não-financeiras a benefícios assistenciais. Em 2005, esses gastos saltaram para 21,4%. Por sua vez, os investimentos caíram de 16% para menos de 3% no mesmo período.

A economia e o Estado brasileiro não podem sustentar uma expansão de gastos sociais nessa velocidade por muito mais tem-

com dispêndios de R\$ 8,5 bilhões, o que equivale a expansão de 31% em relação a 2005.

Esses programas resultaram em aumento da renda dos mais pobres e na redução da desigualdade. O salário mínimo e outros benefícios a ele indexados também contribuíram para o crescimento da renda das populações de menor poder aquisitivo. Com o reajuste para R\$ 350 do piso salarial em 1º abril, houve um aumento real (descontada a inflação) de 32,2% neste rendimento durante os três primeiros anos do governo Lula. Em oito anos da gestão FHC, o aumento real ficou próximo de 21%.

Assim, entre 2001 e 2004, os

po, a não ser que a média de crescimento anual do PIB (2,2% na última década) no mínimo dobre. Foi muito além do razoável a escalada dos tributos: a carga de quase 40% de tudo o que se produz é um peso que, aliado ao custo elevadíssimo do capital, fustiga a atividade das empresas e a expansão do emprego.

É hora de aliviar o contribuinte, de cortar gastos públicos correntes de forma duradoura, de baixar os juros básicos e de retomar a capacidade de investimento do Estado —de preferência em setores que aliem grande impacto social e alta geração de postos de trabalho, como saneamento básico e habitação.



A saúde e os pobres

SE

José Serra

A História se repete como farsa, dizia Marx, sobre a França de Louis Bonaparte, no 18 Brumário. Na América Latina, poderíamos dizer hoje, os caudilhos renascem como farsa – em vez de Bolívar, Chávez. Mas, perguntará o leitor, o que isso tem que ver com o tema da saúde, sugerido no título?

Vamos lá. Há uma cidade em Pernambuco chamada Abreu e Lima, em homenagem ao general brasileiro e pernambucano que lutou ao lado de Simón Bolívar pela libertação da Venezuela (e da Colômbia) do domínio espanhol. Pois não, é que o demagogo Chávez descobriu que naquela cidade havia dezenas de pessoas precisando de uma cirurgia de catarata? Foi então que o tycoon petroleiro da Venezuela infligiu – depois do affair Bolívia – uma segunda humilhação ao governo brasileiro no prazo de um mês, pequena, mas significativa: mandou um avião buscar os pernambucanos doentes dos olhos para serem operados em Caracas...

Nada contra curar os olhos de compatriotas, mas a oftalmologia brasileira deve estar ofendida, assim como todos os que acompanham a evolução do quadro da saúde pública em nosso país. E não apenas porque o Brasil tem uma excelente medicina dos olhos, mas também em razão de que, precisamente por ser a doença da catarata disseminada no Brasil e afetar duramente a vida dos mais pobres, que nem sequer têm diagnóstico a respeito, foi organizado desde o final dos anos 1990 um gigantesco mutirão nacional para a realização de cirurgias gratuitas

em todos os cantos do País. Lembrou-me até hoje da emoção que foi visitar equipes de oftalmologistas da USP e da Unifesp trabalhando junto a populações indígenas na Amazônia.

Foram centenas de milhares de cirurgias ao longo dos anos, a ponto de quase eliminarmos nossas carências nessa área e de deixarmos para o sistema de saúde convencional a detecção e correção apenas dos casos novos. Escrevo com tristeza esse “quase” porque os mutirões acabaram sendo suspensos pelo governo Lula – e não só em relação a catarata, mas também a outras cirurgias eletivas. Por quê?

De fato, essa suspensão representou, infelizmente, apenas um dos passos na operação desmonte promovida pelo governo do PT na área da saúde. E olhe que o presidente Lula, num de seus arroubos pós-boas pesquisas eleitorais, se declarou predestinado a tornar os pobres menos pobres “neste país”... Como cumprir essa missão vitimando o SUS, responsável pela atenção à saúde de 80% dos brasileiros que não têm acesso a um plano privado? Cadê a divina predestinação presidencial?

Não tenha dúvida, caro leitor, a respeito do desmonte. A batalha pela disseminação dos medicamentos genéricos foi deixada de lado pelo Ministério da Saúde. O Cartão Único da Saúde foi para o espaço. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária perdeu eficiência e foi loteada entre partidos políticos. O mesmo aconteceu com a Agência Nacional de Saúde, que regula a atuação dos planos de saúde. Pior ainda é o que se vê na Fundação Nacional de Saúde (que combate as endemias), arrasada pela comercialização de cargos e emendas.

Mais ainda: o programa brasileiro da Aids, considerado o melhor do mundo em desenvolvimento, tem enfrentado tropeços graves. Deixou-se de avançar na “guerra” das patentes e na substituição de importações, a custos menores, de medicamentos estratégicos.

As Santas Casas e outros hospitais filantrópicos sérios, apesar de sua enorme importância no atendimento à população carente, têm sido financeiramente arrojados. Isso em lugar do “Proer das Santas Casas” e dos reajustes substanciais promovidos pelo governo Fernando Henrique! Ou dos investimentos nas reformas e no reequipamento de hospitais: R\$ 1 bilhão só por conta do Reforsus, idealizado pelo governo Fernando Henrique e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial (Bird). Até o programa de treinamento de auxiliares de enfermagem, o Profae, feito em conjunto com o BID, foi desativado.

Não se registram, também, avanços significativos no Programa de Saúde da Família e na distribuição gratuita da cesta

básica de medicamentos por intermédio dos Estados e dos municípios. Nessa área, diga-se, preferiu-se o caminho eleitoreiro das farmácias populares federais, com medicamentos pagos, contratação de pessoal, manutenção de lojas... Se os recursos aí despendidos fossem destinados à farmácia básica, teria sido possível mais do que duplicar a distribuição gratuita.

Nem toda essa desmontagem da saúde no governo Lula se deveu a cortes de recursos, embora eles também tenham ocorrido. De acordo com o Tribunal de Contas da União, no ano passado o Executivo federal subtraiu do orçamento da área da saúde cerca de R\$ 1,6 bilhão, destinando-o ao programa Bolsa-Família. Nenhuma objeção a esse programa, mas, convenhamos, transferência de renda não é despesa de saúde, e o que o governo está fazendo é desobedecer à emenda constitucional que fixou os pisos de gastos municipais, estaduais e federais nesse setor.

Tal emenda foi aprovada em 2001 graças ao empenho no Ministério da Saúde e ao apoio na

Passou a ser norma desativar programas bem-sucedidos do governo anterior

sociedade e do Congresso Nacional, incluindo a bancada do PT. Nela foi prevista uma lei para 2004 que regulamentaria o assunto, estabelecendo, com clareza, os critérios de qualificação de despesas, valores e proporções. Mas o governo Lula tem bloqueado a aprovação dessa lei, pois sem ela fica mais fácil a burla, praticada tanto na esfera federal como na maioria dos Estados.

Explicar por que tudo isso vem acontecendo, as razões de tantos retrocessos e tanta traição a causas anteriormente defendidas por Lula e seu partido – eis aí um belo exercício de sociologia ou psicologia do conhecimento para teses de pós-graduação. Os ingredientes da análise, permito-me adiantar, são óbvios: debilidade do compromisso efetivo com os mais pobres, incompetência, absoluta falta de preparo, eleitoralismo – passou a ser norma, inclusive, desativar programas bem-sucedidos do governo anterior só por serem de adversários políticos –, confusão entre partido e governo, entre governo e Estado e voracidade fisiológica, para dizer o menos.

Marx disse que Louis Bonaparte “se tornou vítima de sua própria concepção de mundo”. Infelizmente, no nosso caso, a vítima da concepção de mundo do governo do PT tem sido a saúde dos brasileiros – e dos brasileiros pobres.■

José Serra foi ministro da Saúde no governo FHC

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia último dia 22 de junho, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto estabelecendo a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

A iniciativa do Governo visa, em seu objetivo geral, garantir à população acesso seguro e uso correto de plantas medicinais e de remédios fitoterápicos. Também busca promover a utilização sustentável da biodiversidade brasileira e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria no setor.

Como objetivos específicos estão:

- a ampliação das opções terapêuticas aos usuários, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais;

- a construção do marco regulatório para produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países;

- a promoção da pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva;

- a promoção do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos e o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional neste campo;

- e, por fim, a promoção do uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado.

Será criado um grupo de trabalho interministerial para elaborar um programa específico sobre o assunto, envolvendo o Ministério da Saúde, que estará na coordenação, e a Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, historicamente, a sabedoria popular acessa esta grande farmácia da natureza, que são as plantas medicinais.

O avanço tecnológico na indústria farmacêutica, a partir do isolamento dos princípios ativos presentes em vários vegetais, acabou por impor uma tendência à utilização preferencial de quimioterápicos.

Com isso, as plantas medicinais e a fitoterapia foram colocadas em segundo plano e muitas vezes tratadas como charlatanismo ou curandeirismo.

Até mesmo o conhecimento tradicional das benzedadeiras, dos curandeiros e dos pajés, pesquisado com afinco pelas grandes indústrias farmacêuticas, era tratado cotidianamente pelos profissionais de saúde com ceticismo e descrença.

Ao construir uma política que aproxima o conhecimento tradicional com o sistema de saúde, alguns princípios foram levados em conta, tais como a melhoria da atenção à saúde, o uso sustentável da biodiversidade brasileira e o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento industrial e tecnológico e a perspectiva de inclusão social e regional.

A agricultura familiar representa com “vantagens a disponibilidade de terra e trabalho, detenção de conhecimentos tradicionais, experiência acumulada na relação com a biodiversidade e práticas agroecológicas voltadas ao atendimento dos mercados locais e regionais”.

O mercado de fitoterápicos cresce em torno de 15% ao ano. Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que aproximadamente 40% dos medicamentos atualmente disponíveis foram desenvolvidos direta ou indiretamente a partir de fontes naturais.

É notável o crescimento do consumo de plantas medicinais ou medicamentos à base de plantas em todas as classes sociais no Brasil e no mundo.

A construção política dessa medida foi resultado de cinco anos de debates entre as áreas competentes do Governo, a comunidade científica e a sociedade civil, e estabelece as linhas de ação prioritárias para o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

Ela também visa a consolidar as iniciativas de relevância no País e as recomendações nacionais e internacionais sobre o tema.

Apoiando desde a capacitação para boas práticas de manejo e cultivo de plantas medicinais até a produção do fitoterápico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está agindo na área de fitoterapia e plantas medicinais por meio de parcerias com redes e organizações governamentais e não-governamentais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário também tem buscado parcerias internacionais, como o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), para impulsionar o Programa Regional de Apoio à Rede de Desenvolvimento de Plantas Medicinais no Mercosul. Coordenado pelo MDA, o programa tem o objetivo de promover a redução da pobreza dos agricultores

familiares, por meio da diversificação da produção e do incremento da renda, com a expansão do cultivo de plantas medicinais e a transformação em medicamentos Fitoterápicos.

Desde a Antigüidade, as plantas medicinais têm sido a base dos principais produtos indicados para a saúde.

O reconhecimento de seu valor como recurso clínico, farmacêutico e econômico cresce progressivamente em todo o mundo.

Este avanço na utilização de plantas medicinais e fitoterápicos impôs a necessidade de legislar sobre os diferentes critérios de segurança, eficácia e qualidade que devem envolver esses produtos.

Somos donos da maior biodiversidade do planeta, principalmente em função da região amazônica. Possuímos uma rica diversidade étnica e cultural e um valioso conhecimento tradicional relacionado ao uso de plantas medicinais, com o potencial necessário para o desenvolvimento de pesquisas que resultem em novas tecnologias e serviços terapêuticos.

A inserção do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde terá reflexos culturais e econômicos e será realizado em consonância com políticas públicas definidas pelo Ministério da Saúde. Uma das delas é a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, aprovada no último dia 4 de maio, por meio da Portaria 971.

Naquela portaria são definidas as ações e responsabilidades dos gestores federais, estaduais e municipais na implementação de novos serviços na rede pública de saúde e também a adequação de iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas em algumas regiões do País.

Práticas como fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura e termalismo social (uso de águas minerais para tratamento de saúde) podem, desde o lançamento da PNPIC, ser implementadas nas unidades do Sistema Único de Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a assinatura desse decreto pelo Presidente Lula demarca um grande avanço a ser comemorado e celebrado sobretudo pelos agricultores familiares. Os agricultores familiares e, principalmente, as mulheres serão os maiores produtores em potencial de plantas medicinais dentro dos padrões de qualidade necessários.

Se, por um lado, essa política atende aos agricultores familiares, por outro, busca a diminuição da dependência tecnológica do Brasil no setor e estabelece uma posição de destaque do País no cenário internacional.

É nesse sentido que quero parabenizar o nosso Governo. Mais uma vez, discussões que se estendiam por anos e aprofundavam o abismo entre Governo e sociedade se resolvem de maneira consensuada e permitem, dessa forma, o avanço das políticas públicas de inclusão social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão extraordinária, a realizar-se segunda-feira, dia 10 de julho, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 763, de 2006 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2006 (nº 787/2003, na Casa de origem), que *institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 845, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aelton Freitas.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova*

redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 478, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2006 (nº 1.375/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 374, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2006 (nº 1.380/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 375, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2006 (nº 119/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 521, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2006 (nº 1.424/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 642, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2006 (nº 1.548/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 522, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 200, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2006 (nº 1.558/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 523, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 201, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2006 (nº 1.572/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 524, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 202, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº 1.731/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 203, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006 (nº 1.758/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 205, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2006 (nº 1.799/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965.*

Parecer favorável, sob nº 558, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 206, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2006 (nº 1.839/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 527, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 207, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2006 (nº 1.897/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Du-*

pla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 559, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2006 (nº 1.913/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 560, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2006 (nº 1.942/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 561, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2006 (nº 1.976/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 562, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2006 (nº 1.068/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 643, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.
PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)

OS Nº.14199

ATO DO PRESIDENTE**Nº 044 , DE 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **RODRIGO CAGIANO BARBOSA**, ocupante do cargo efetivo de Analista de Legislativo, matrícula nº 46787, da Função Comissionada de Diretor Adjunto da Secretaria de Controle Interno, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 6 de julho de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 045 , DE 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

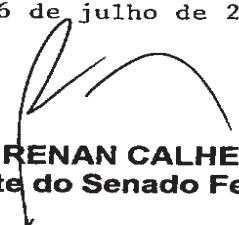
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar a Comissão instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº. 19, de 2006, os servidores: **Francisco Maurício da Paz**, matrícula nº. 32790, **Wilson Roberto Theodoro**, matrícula nº. 47305, **Claudia Cinira Abrahão Tolentino**, matrícula nº. 24015, **Shalom Einstoss Granado**, matrícula nº. 53871, **Tânia Regina Girardi Alves**, matrícula nº. 43634, **Gilson Sebastião da Silva**, matrícula nº. 25309, **Deomar Rosado**, matrícula nº. 104842, **José Paulo Botelho Cobucci**, matrícula nº. 46520 e **Beatriz Dias de Faria Sena**, matrícula nº. 52120.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Ato será presidida pelo primeiro membro designado no artigo anterior, o qual será substituído, nos seus eventuais afastamentos e/ou impedimentos, pelo segundo membro do mesmo artigo.

Art. 3º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 046 ,DE 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar a Comissão instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, os servidores: **Mariângela Gonçalves Cascão**, matrícula nº. 139303; **José Alexandre Lima Gazineo**, matrícula nº. 53330; **Andréa Góes Bakaj Rezende**, matrícula nº. 27641; **Paulo Afonso Lustosa de Oliveira**, matrícula nº. 25437; **Alberto Machado Cascais Meleiro**, matrícula nº. 53275; **Paula Cunha Canto de Miranda**, matrícula nº. 16862; **Fernando Luiz Brito de Melo**, matrícula nº. 104805; **Selino Xavier dos Santos**, matrícula nº. 33781; **João Carlos Zoghbi**, matrícula nº. 39308 e **Edval Ferreira Silva**, matrícula nº. 42824.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Ato será presidida pelo primeiro membro designado no artigo anterior, o qual será substituído, nos eventuais afastamentos e/ou impedimentos, pelo segundo membro.

Art. 3º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 160 , DE 2006**

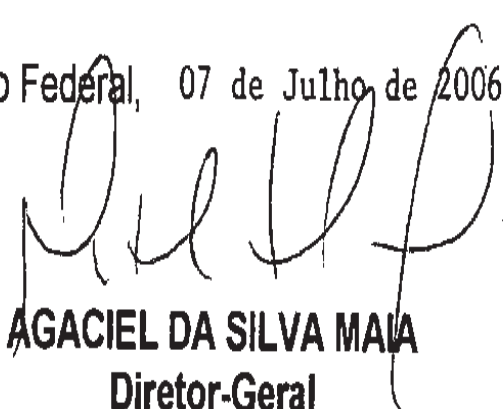
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso ~~de~~ suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo de para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial Temporária de que trata a Portaria nº 171, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



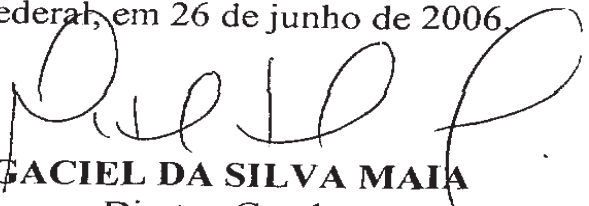
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1134, DE 2006 (*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **009.873/06-6**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **FÁBIO ROGÉRIO FERREIRA SALES**, matrícula n.º 168418, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Motorista do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 26 de junho de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

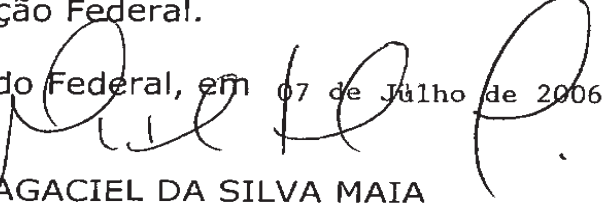
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1268 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.366/98-1.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1014/1998, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **JOÃO EVANGELISTA NARCISO**, Técnico Legislativo, Área 1, Nível II, Padrão 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 01/06/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **05/05/2006**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicação

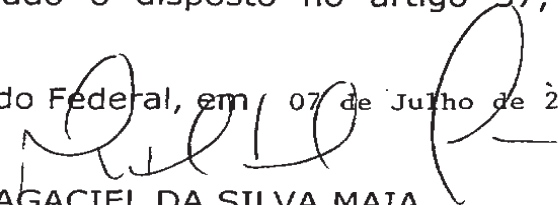
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1269 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022.657/94-0.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 456/1994, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ARMÊNIO FERREIRA PINTO**, Técnico Legislativo, Área 6, Nível II, Padrão 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 01/06/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **28/04/2006**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

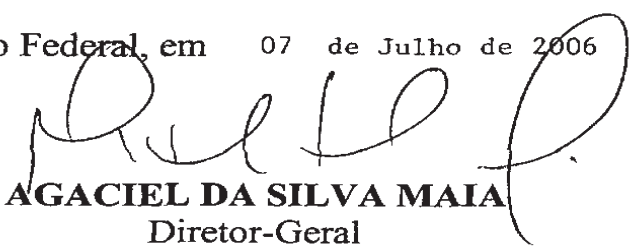
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1270 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010534/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARLENE FENGLER**, matrícula n.º 148249, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



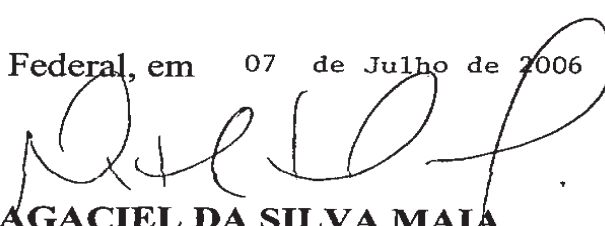
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1271, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010532/06-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO VINICIUS DOS SANTOS DELA ROCA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006

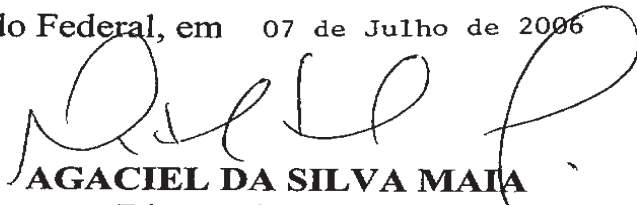

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1272, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010499/06-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANIA MARIA DE MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Targino Maranhão.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006

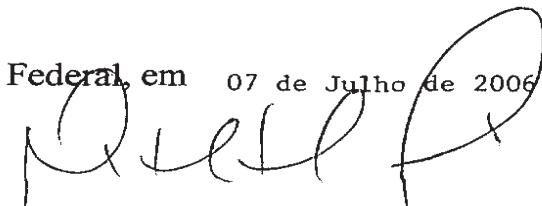

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1273 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010531/06-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TAÍS ALVES MATOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006

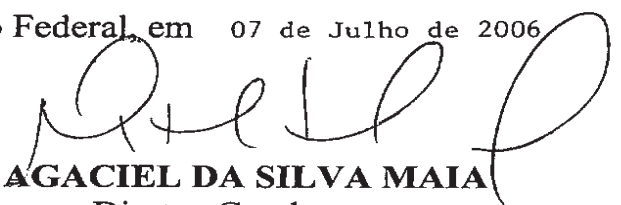

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1274 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010533/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NILTON FELIPI AMORIM** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006

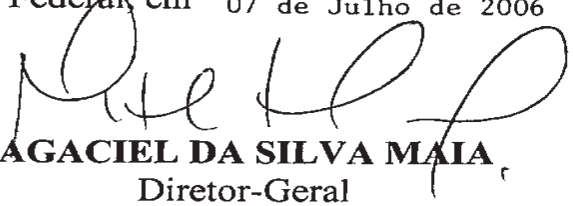

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1275 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.523/06-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA RIVANETE ANDRADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Sociais.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



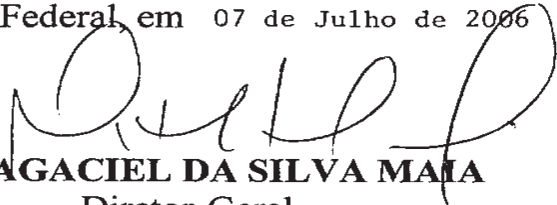
AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1276 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.524/06-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS NEY ALVES MIRANDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



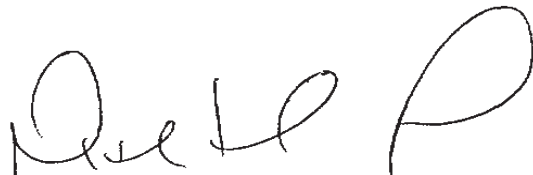
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1277, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010426/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ CARLOS MATTE, matrícula 52404, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Polícia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Treinamento e Logística da Subsecretaria de Logística e Controle Operacional, a partir de 04 de julho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



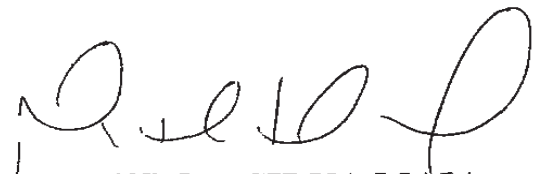
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1278, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010425/06-3,

RESOLVE dispensar o servidor EVERALDO BOSCO ROSA MOREIRA, matrícula 52398, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Polícia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Investigação da Subsecretaria de Polícia Judiciária, a partir de 04 de julho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1279 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010419/06-3,

RESOLVE designar o servidor PAULO AUGUSTO GOMES E SOUSA, matrícula 31619, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Registro Taquigráfico da Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário, a partir de 04 de julho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1280 , DE 2006

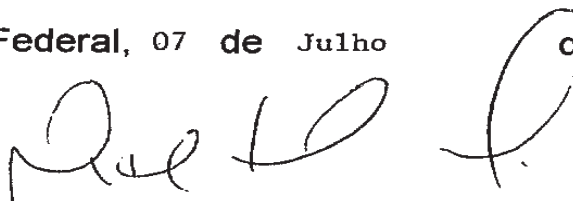
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CÁSSIO MURILO ROCHA, matrícula nº 52220, e GIOVANI PEREIRA DO AMARAL, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012135/05-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1281 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **RENATO CAMARGO VISCARDI**, matrícula nº 21249, e **GETRO ARTIAGA LIMA E SILVA**, matrícula nº 25371, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000754/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1282 , DE 2006**

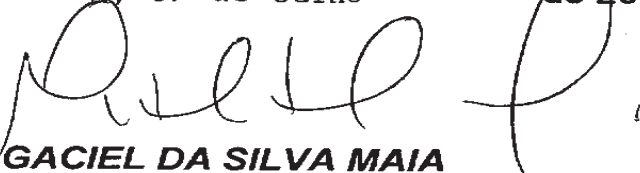
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 50020, e **JOSÉ RAIMUNDO NETO**, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010123/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006.



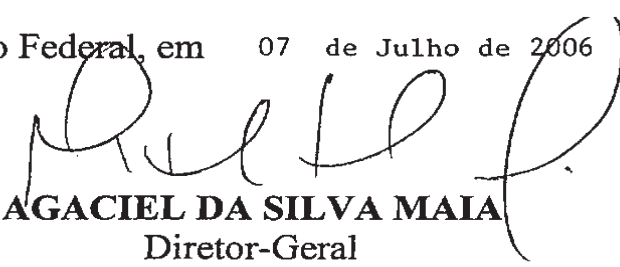
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1283 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010534/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RONALDO BRITO FREIRE**, matrícula n.º 175253, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



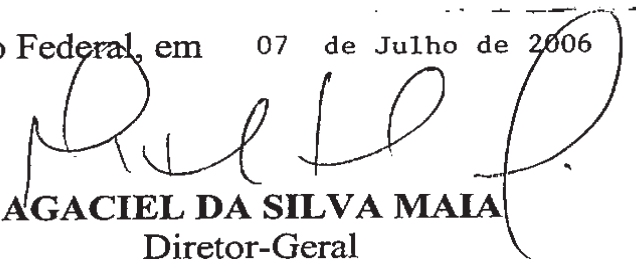
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1284 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010534/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LETÍCIA KÁTIA DOS SANTOS DELA ROCA**, matrícula n.º 175253, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1285 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA CONSUELO FREIRE BEZERRA, matrícula 5191-6, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC06, do Serviço de Cadastro Parlamentar da Subsecretaria de Pessoal Ativo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Registros Funcionais, da Subsecretaria de Pessoal Comissionado, a partir de 29 de junho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1286 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora IRENE FAGUNDES SILVA, matrícula 4191-1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC06, do Serviço de Cadastro Parlamentar da Subsecretaria de Pessoal Ativo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Cadastro Parlamentar, a partir de 29 de junho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1287 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA FÁTIMA MASCARENHAS**, matrícula 3698-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC06, do Serviço de Cadastro Parlamentar da Subsecretaria de Pessoal Ativo, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Admissão, da Subsecretaria de Pessoal Comissionado, a partir de 29 de junho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1288 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **MARIO SOLON RIBEIRO DE OLIVEIRA**, matrícula 41480, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Pessoal Ativo, a partir de 29 de junho de 2006.

Senado Federal, 07 de Julho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

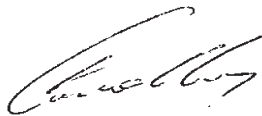
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 001 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **JOSÉ FIUZA LIMA**, matrícula nº 104520/PD, para Gestor Titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula nº 105593/PD, do contrato nº 36/2005, constante do processo nº 922/05-6, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a Empresa **VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 12 de **SAUERO** de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

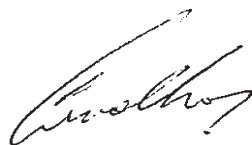
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 002 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **JOÃO ARTUR MOTTA COIMBRA**, matrícula nº 105950/PD, para Gestor Titular, e como seu substituto o servidor **ALEXANDRE COELHO BAATISTA JUNIOR**, matrícula nº 105871 /PD, do contrato nº 34/2005, constante do processo nº 550/05-1, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a Empresa **BUSINESS OBJECTS DO BRASIL LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 12 de **SAUERO** de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 003 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula nº 106231/PD, para Gestor Titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula nº 105597 /PD, do contrato nº 35/2005, constante do processo nº 1923/04-8, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a Empresa **MICROLÍNEA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 16 de *SAUERO* de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 004 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, matrícula nº 104520/PD, para Gestor Titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula nº 105597 /PD, do contrato nº 36/2005, constante do processo nº 922/05-6, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a Empresa **VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 20 de *SAUERO* de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 005 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **ALEXANDRE ABDU EL-MOOR**, matrícula nº 104544/PD, para Gestor Titular, e como sua substituta o servidor **VICTORIA MARIA DE FREITAS MURAT GEBAILI**, matrícula nº 105550 /PD, do contrato nº 33/2005, constante do processo nº 1154/04-4, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **Empresa LW TECHNOLOGIES LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 20 de *SAUERO* de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 06 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula 106231/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 01/2006, constante do processo nº 615/05-6 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA MICROLOG INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 07 de *fevereiro* de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

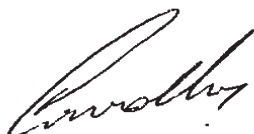
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 007 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS**, matrícula 101269/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RICARDO DE OLIVEIRA RAMOS**, matrícula 104623/PD, do contrato nº 02/2006, constante do processo nº 2315/04-1 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA LIGHT INFOCON TECNOLOGIA S/A**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 07 de fevereiro de 2006.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 08 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMA**, matrícula 104520/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 003/2006, constante do processo nº 919/05-5 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 21 de fevereiro de 2006.



EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 09 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ROSILMAR DE OLIVEIRA**, matrícula 101208/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **CLEVERSON SILVA**, matrícula 104817/PD, do contrato nº 005/2006, constante do processo nº 1059/05-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA PRO-SUSTEMS INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 21 de fevereiro de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 10 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **CLÁUDIA HELENA MIRANDA GUIMARÃES**, matrícula 103291/PD, para gestora titular, e como sua substituta a servidora **MIRIAM GASSENFERTH VELOSO INNECCO**, matrícula 104600/PD, do contrato nº 006/2006, constante do processo nº 1921/04-5 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA DOBEL – DISTRIBUIDORA DE DIÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA E ESTADOS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 28 de março de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 11, DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula 106231/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 007/2006, constante do processo nº 0884/05-7 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 29 de março de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

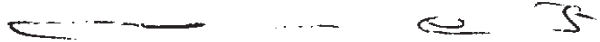
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 12, DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matrícula 41420/SF, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA**, matrícula 103990/PD, da Nota de Empenho nº 2006NE000179, constante do processo nº 1188/05-4 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA GENERALI DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 07 de abril de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 13 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, matrícula 104520/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 008/2006, constante do processo nº 0921/05-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 07 de abril de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 14 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR**, matrícula 106255/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **DEVAIR SEBASTIÃO NUNES**, matrícula 106267/PD, do contrato nº 009/2006, constante do processo nº 699/05-5 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA BRASÍLIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 07 de abril de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 15 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 105202/PD, para gestor titular, e como sua substituta a servidora **IVONE MONTEIRO GOMES**, matrícula 104271/PD, do contrato nº 012/2006, constante do processo nº 1024/05-1 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN e a EMPRESA DATA GRAPHICS INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 18 de *abril* de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 16 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, matrícula 101671/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **ANTONIO JOSÉ BROCHADO DA COSTA**, matrícula 104258/PD, do contrato nº 011/2006, constante do processo nº 1154/05-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN e a EMPRESA LEISTUNG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 17 de *abril* de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN**Nº 17, DE 2006**

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA**, matrícula nº 13990/PD, para Gestor Titular, e como seu substituto o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matrícula nº 41420/SF, do contrato nº 13/2006, constante do processo nº 201/06-5, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **AVAL EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 10 de maio de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN**Nº 18, DE 2006**

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 29, de 2003, em seu artigo 21, parágrafo segundo, **RESOLVE**:

Art. 1º - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo, instituído pelo Ato do Diretor do PRODASEN nº 49/2005, incumbida de apresentar solução para implantação de sistema de compras eletrônicas para o Senado Federal;

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, 11 de maio de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
Diretor da Secretaria Especial
de Informática – PRODASEN

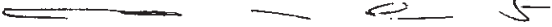
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 19 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, matrícula 101671/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **ANTÔNIO JOSÉ BROCHADO DA COSTA**, matrícula 104258/PD, do contrato nº 15/2006, constante do processo nº 1102/05-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 22 de maio de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 20 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **RICARDO VIANA DE CAMARGO**, matrícula 102067/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 105615/PD, do contrato nº 62/2003, constante do processo nº 745/03-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA B2BR – BUSINESS TO BUSINESS INTEGRATION BRASIL**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 22 de maio de 2006.

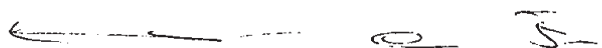

EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 21 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **RICARDO VIANA DE CAMARGO**, matrícula 102067/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **LUÍS RICARDO COUTO BORGES**, matrícula 105615/PD, do contrato nº 63/2003, constante do processo nº 745/03-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 22 de maio de 2006.



EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 22 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO ARTUR MOTTA COIMBRA**, matrícula 105950/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **GETÚLIO ALMEIDA DOS SANTOS**, matrícula 105822/PD, do contrato nº 04/2006, constante do processo nº 854/05-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA BUSINESS OBJECTS DO BRASIL LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 05 de junho de 2006.



EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 23 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **FRANCISCO JOSÉ FIÚZA LIMA**, matrícula 104520/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 20/2006, constante do processo nº 920/05-3 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA COLUMBIA STORAGE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 16 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 24 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JUAREZ DE OLIVEIRA**, matrícula 103990/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matrícula 41420/SF, do contrato nº 23/2006, constante do processo nº 266/06-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA IPANEMA SEGURANÇA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 16 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 25 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula 10623-1/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 25/2006, constante do processo nº 923/05-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 16 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 26 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **LUIZ FLÁVIO BRANT DE MORAES E SILVA**, matrícula 105512/PD, para gestor titular, e como sua substituta a servidora **ANDREA SOARES RODRIGUES**, matrícula 105937/PD, do contrato nº 21/2006, constante do processo nº 512/05-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA AZ TECNOLOGIA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 16 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 27 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO REGO**, matrícula 104910/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **PAULO DE MORAES NUNES**, matrícula 105214/PD, do contrato nº 27/2006, constante do processo nº 516/05-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA DATAGRAPHICS INFORMÁTICA LTDA-EPP**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 16 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 28 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula 106231/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, do contrato nº 10/2006, constante do processo nº 116/06-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA SYMMETRY INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 21 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 29 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **OTÁVIO DE MORAES LISBOA**, matrícula 101749/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **JOSÉ HENRIQUE SILVA SOUSA**, matrícula 104740/PD, do contrato nº 26/2006, constante do processo nº 1218/05-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA TRUE ACCESS CONSULTING LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 27 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 30 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO DE MORAES NUNES**, matrícula 105214/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO REGO**, matrícula 104910/PD, do contrato nº 030/2006, constante do processo nº 101/06-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA ONE LÍNEA TELECOM LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 27 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

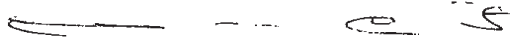
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 31 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ SALO REIMAM**, matrícula 104970/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **PAULO ROBERTO MENDES**, matrícula 105020/PD, do contrato nº 24/2006, constante do processo nº 619/05-1 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA HORA H TREINAMENTO E INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 27 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 32 , DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **KENY JOSÉ DE OLIVEIRA VILELA**, matrícula 105901/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **MARCELLO VAVALLO**, matrícula 105433/PD, do contrato nº 29/2006, constante do processo nº 470/05-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA NI – NEGÓCIOS INTEGRADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 29 de junho de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

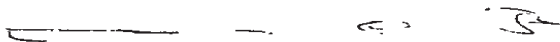
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 33, DE 2006

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 105597/PD, para gestor titular, e como seu substituto o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, matrícula 106231/PD, do contrato nº 22/2006, constante do processo nº 461/05-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA MICRON SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 29 de *junho* de 2006.


EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Moraes** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS